

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

## **Empoderamento e ONG: Limites e Possibilidades**

por

Daniela Santana Feijó

Dissertação submetida como requisito parcial  
para a obtenção do grau de  
Mestre em Ciência Política

Profa. Dra. Celi Regina Jardim Pinto  
Orientadora

Porto Alegre, Maio de 2006.

## CIP - CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Santana Feijó, Daniela

Empoderamento e ONG: Limites e Possibilidades / Daniela Santana Feijó.—Porto Alegre: PPGPOL da UFRGS, 2006.

147 p.: il.

Dissertação (mestrado) —Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, 2006.

Orientadora: Pinto, Celi Regina Jardim

Dissertação: Ciência Política

ONGs, Legitimidade, Representatividade, Empoderamento, Igualdade, Diferença

# **Empoderamento e ONG: Limites e Possibilidades**

por

Daniela Santana Feijó

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de

## **Mestre em Ciência Política**

Linha de Pesquisa: Democracia e Representação

Orientadora: Profa. Dra. Celi Regina Jardim Pinto

Banca examinadora:

Professora Rosa Maria Bueno Fischer  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Professor Carlos Schmidt Arturi  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Professora Mercedes Maria Loguercio Cnepa  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dissertação apresentada e aprovada em  
28/05/2006.

Andre Marengo  
Coordenador

<b>1. Introdução</b>	<b>8</b>
<b>2 As ONGs e o Empoderamento – Referencial Teórico</b>	<b>18</b>
<b>2.1 Um breve histórico das ONGs: dos anos 60 aos 90 – caminhos percorridos.</b>	<b>18</b>
<b>2.2 Década de 90 - virada discursiva das ONGs frente ao Estado: do “embate para o debate”.</b>	<b>25</b>
<b>2.3 Legitimidade e ONG, essas organizações estão se constituindo como espaços públicos autônomos de representação?</b>	<b>32</b>
<b>2.4 Da relação com o Estado ao empoderamento: o direito a ter direitos.</b>	<b>42</b>
<b>3. O empoderamento nas ONGs de São Paulo: Geledés e Fala Preta! – a trajetória de vida das integrantes.</b>	<b>52</b>
<b>3.1 Trajetórias de Vida</b>	<b>54</b>
3.2 Solimar Carneiro	55
3.3 Nilza Iraci	59
3.4 Deise Benedito	67
3.5 Elisabete Pinto	74
<b>4. Rio Grande do Sul – a trajetória de vida das integrantes da ACMUM, Maria Mulher e Thêmis. Estudo comparado entre todas as trajetórias estudadas.</b>	<b>84</b>
<b>4.1 Trajetórias</b>	<b>87</b>
4.2 Maria Luísa	87
4.3 Noelci Homero	94
4.4 Simone	97
4.5 Rúbia	99
4.6 Empoderamento: reflexões	101
<b>5. Empoderamento do Outro: projetos de empoderamento das ONGs estudadas.</b>	<b>108</b>
<b>5.1 Centro de Documentação e Pesquisas</b>	<b>108</b>
<b>5.2 Geração de Renda</b>	<b>108</b>
<b>5.3 Projeto Brio</b>	<b>111</b>
<b>Projeto Salva-Vidas</b>	<b>113</b>
<b>Economia Solidária</b>	<b>114</b>
<b>5.3 Auto-Estima, Reconhecimento e Direitos Humanos</b>	<b>117</b>
5.4 Auto-Estima	118
<b>Projeto Ações Comunitárias</b>	<b>118</b>
5.5 Reconhecimento	120
<b>Projetos de Ações Afirmativas</b>	<b>120</b>
<b>Ampliando as Falas Pretas! Ações Afirmativas na PUC SP</b>	<b>120</b>
<b>Ações Afirmativas Geledés</b>	<b>121</b>
<b>Projeto Afro Ascendentes</b>	<b>121</b>

5.6 Direitos Humanos _____	123
<b>SOS RACISMO _____</b>	<b>123</b>
<b>Projeto Rappers _____</b>	<b>126</b>
<b>Advocacia Feminista _____</b>	<b>128</b>
<b>Direitos Sexuais e Reprodutivos _____</b>	<b>128</b>
<b>Projeto Salva-Vidas Bando _____</b>	<b>128</b>
<b>Projeto Observatório em Políticas Públicas de Combate ao HIV _____</b>	<b>130</b>
<b>Projeto de Formação de Promotoras Legais Populares _____</b>	<b>131</b>
<b>5.7 O Empoderamento do Outro – um caminho para o self-enforcement da ONG. ____</b>	<b>133</b>
<i>6 Conclusão _____</i>	<i>136</i>
<i>Referências: _____</i>	<i>143</i>

Com afeto,  
aos meus amigos e familiares

# Agradecimentos

Quero expressar minha gratidão à professora Céli Pinto pelos valerosos conselhos com os quais orientou a execução deste trabalho, pela atenção e estímulo despendido durante este estudo.

Agradeço também ao professor Edward Telles, da UCLA, pelo interesse manifesto e pelos recursos fornecidos à pesquisa, com os quais a etapa de São Paulo pôde se efetivar.

Quero ainda expressar minha gratidão a Fabio, Luciana e Lúcia, pela afetividade e amizade manifestadas no curso dessa dissertação.

Muito obrigada aos “meus” entrevistados, pela receptividade com a qual fui acolhida, pelas informações, generosamente fornecidas durante o período de realização do presente trabalho.

## Resumo

A centralidade desse estudo está na intersecção da temática das organizações não governamentais com a do empoderamento. Primeiramente, fez-se uma retomada das discussões concernentes às organizações não governamentais, sua relação com o mercado e o Estado, envolvendo questões como a legitimidade e a representatividade das ONGs. A seguir, é feito um estudo sobre o empoderamento sob o ponto de vista teórico - através das principais abordagens conceituais, e sob o ponto de vista prático: por meio da análise das trajetórias de vida de lideranças de ONGs (com recorte de gênero e raça) e dos projetos dessas organizações que visam a promoção de empoderamento. O elemento diferencial em relação aos estudos anteriores, está na aproximação e no aprofundamento das reflexões entorno do tema “igualdade e diferença” quando aplicado ao empoderamento.

Palavras-chave: ONGs – Legitimidade – Representatividade – Empoderamento – Igualdade – Diferença

## Abstract

This study focuses on the intersection of the non-governmental organisations thematic and the empowerment's one. Firstly, we have recaptured the discussions about non-governmental organisations, their relations with market and state, taking in account some questions like NGO's legitimacy and representativity. After we have analysed empowerment under the theoretical point of view – through the main conceptual approaches and under the practical point of view: by analysing NGO leadership's careers (considering both gender and race) and those organisations that promote empowerment. This study distinguish from the previous ones by getting closer and deeper from reflexions about the theme “equality and difference” applied to empowerment.

Keywords: NGOs – Legitimacy – Representativity – Empowerment – Equality – Difference



## 1. Introdução

O estudo das organizações não governamentais (ONGs) e dos processos de empoderamento a essas vinculados assume especial relevância dentro do atual contexto brasileiro. Cenário onde existe um amplo debate sobre a redução do papel do Estado como provedor direto de políticas sociais, função que vem sendo assumida por segmentos da sociedade civil, nos quais as ONGs estão incluídas. Assim, um crescente número dessas organizações atua em áreas negligenciadas pelo Estado, centraliza demandas de populações por esse não contempladas, propõe e realiza ações para solucionar os problemas desses públicos.

Organizações não governamentais têm sido amplamente estudadas. Inicialmente, todos os trabalhos foram desenvolvidos pelas próprias ONGs, que utilizavam a auto-referência com vistas à visibilidade do seu trabalho. As primeiras pesquisas acadêmicas produzidas no Brasil datam da segunda metade da década de oitenta: Landim (1988). Na década de noventa, as ONGs foram objeto de numerosos estudos em diversas áreas do conhecimento, como a Administração (Tenório, 1997; Wilhelm, 1995), Assistência Social (Raichelis, 1998), Comunicação (Cabral, 1996), Direito (Feix, 2001; Barbosa e Oliveira, 2001), Sociologia (Silva, 1992), Antropologia (Steil, 2001; Bonetti, 2002) e Ciência Política (Arantes, 1999; Avritzer, 1994; Fernandes, 1994; Gohn, 1995; Landin, 1998; Teixeira, 2001 e Vieira, 2001).

Tal interesse pelas ONGs foi impulsionado pelo forte crescimento, diversificação e ramificação dos temas por essas abordados, bem como por uma espécie de “virada discursiva”

dessas organizações: se num primeiro momento (compreendido entre a década de 60 a segunda metade dos anos 80) procuraram se diferenciar do Estado, do mercado e de formas organizativas como igrejas, partidos e movimentos, através do “não” inserido na sigla e por um viés mais de oposição de seus integrantes, sobretudo referente aos dois primeiros; num segundo momento (a partir dos anos 90), essa demarcação, de cunho mais opositor, se atenua. Isso ocorre tanto pelo fato de as ONGs já terem alcançado um grau de autonomia em relação a esses, o que lhes permite maior liberdade quando com os mesmos estabelecem vínculos, como pela atitude da nova geração de integrantes que ingressam nas ONGs, oriundos de uma postura mais profissional e menos militante do que na primeira geração. Tais fatores contribuíram para a maior inserção dessas organizações dentro da esfera pública oficial, conduzindo para dentro do Estado suas demandas e exigindo desse, soluções. Concomitantemente, levam e canalizam demandas de e para públicos da sociedade civil, ou a chamada “esfera pública não oficial” (Benhabib, 2002), aumentando seu raio de ação.

A abrangência das questões conduzidas pelas ONGs para dentro dessas esferas e a interação com elas mantida representam um fenômeno que vem despertando o interesse da academia. Dentro da Ciência Política, os estudos se concentram na contribuição das ONGs para a teoria democrática (Pinto, 2004; Souza, 2001), abordando aspectos como participação (Teixeira, 2001); cidadania (Vieira, 2001; Landim, 1993); legitimidade e representatividade dessas organizações (Teodósio, Chagnazaroff e Souza, 2004).

Concernente ao empoderamento, estudos sistemáticos são encontrados em teoria da administração (Rutina, 2000; Mills, 1996; Scott, 1998) na qual, esse é observado como um conjunto de estratégias, dentro de instituições, visando à ascensão profissional de seus integrantes. Em menor número, existem trabalhos realizados na área da Psicologia (Friedman, 1996), nos

quais a principal preocupação é a melhora da auto-estima, condição subjetiva essencial para que o indivíduo possa atingir suas metas. De forma também restrita, encontram-se publicações sobre o assunto dentro da Sociologia (Lisboa, 2000; Deere, 2002), disciplina que agrega as idéias da Psicologia – originalmente voltadas para indivíduos – visando aplicá-las a grupos e as expande; nesse sentido, a auto-estima, ou a aquisição de auto-confiança, é apenas o passo inicial para que grupos possam se engajar em ações a fim de obter ganhos políticos. Referências similares são encontradas em pesquisas efetivadas dentro do feminismo (Collins, 1998), no qual o empoderamento é engajamento e ação para promover justiça às questões de gênero. Dessa forma, muito sutilmente, os estudos nessa área específica sugerem ser o empoderamento um meio para auxiliar a redução de injustiças relacionadas a gênero, ou seja, diminuir desigualdades. Dentro da Ciência Política, a referência é feita por Souza (2001). Muito próxima às reflexões da Sociologia, a autora percebe o empoderamento como ações para tomada de consciência e engajamento de grupos, anteriormente excluídos, visando a participação no processo decisório. Temos ainda, estudos na área de Educação (Assis, 1993), os quais apontam a aquisição de conhecimentos como o elemento necessário ao empoderamento dos indivíduos.

Tendo presentes as discussões acima referidas, procuramos realizar um estudo cujo cerne se orienta na intersecção da temática das ONGs com a do empoderamento. Esse estudo teve origem, em 2002, dentro do projeto de pesquisa “As ONGs e a Esfera Pública no Brasil – um estudo de ONGs defensoras de direitos e promotoras de projetos de empowerment”, projeto elaborado e conduzido pela prof. Dra. Céli Regina Jardim Pinto, professora do departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nesse projeto, realizou-se um levantamento das ONGs feministas no Brasil e dos trabalhos por essas realizados. Dentro desse

recorte, pudemos verificar a temática do empoderamento dentro dessas, principalmente naquelas que trabalham com a questão racial. Nosso objeto de pesquisa começou a ser delimitado.

O foco estará direcionado para a compreensão dos processos de empoderamento nas organizações não governamentais que trabalham a partir das temáticas gênero e raça. Dentro dessa perspectiva, o estudo que ora introduzo se justifica tanto pela relevância das ONGs como novos atores no cenário político atual, cuja diversidade das questões por esses conduzidas às chamadas esferas públicas ainda não foi trabalhada em sua totalidade no âmbito da Ciência Política, constituindo-se, nessa área, um tema em aberto; como por serem ainda quase inexistentes as pesquisas que contemplem o empoderamento nessa ciência, seja sob o ponto de vista teórico, seja sob o ponto de vista prático. Além de focalizar essa discussão - em especial, quando aplicada às organizações não governamentais, através da análise de suas estratégias para promoção desse - este estudo objetiva ampliá-la, procurando desenvolver, dentro da Ciência Política, o debate entorno das reflexões sobre igualdade e diferença quando aplicadas ao empoderamento - abordagem que constitui um elemento diferencial em relação às investigações realizadas até o presente momento.

Para tanto, nos propusemos a analisar um dos problemas que o empoderamento visa a solucionar e, talvez um dos maiores desafios para o caso brasileiro: como, através desse, se podem buscar soluções para a questão da diferença; colocado de outra maneira, através do empoderamento é possível elevar o patamar de igualdade dos sujeitos envolvidos nesse processo? Nossa hipótese de trabalho apontou para a existência dessa possibilidade, porém com o alcance ainda bastante limitado seja pelas propostas das ONGs (voltadas para públicos específicos, dentro

de regiões, geralmente, bastante delimitadas), seja por atuarem dentro de um contexto como o brasileiro, conhecido pela profunda desigualdade econômica, social e cultural de sua população.

Tendo a questão acima como norteadora, delimitamos o campo de pesquisa e a abordagem que lhe seria dada visando respondê-la. Inicialmente, procuramos bibliografia específica, sobre ONGs e o empoderamento. Não havia estudos acadêmicos publicados que reunissem e trabalhassem conceitualmente esses dois temas. As publicações encontradas que os agregavam foram artigos eletrônicos, inseridos em sites de organizações não governamentais, e o material por essas publicado. Nesses, não existia uma análise expressiva sobre as ONGs e o empoderamento, aliás, os assuntos eram tratados separadamente (como no debate acadêmico). Muita referência sobre o que são e o que fazem as ONGs foi encontrada, porém, quanto ao empoderamento, nos materiais fornecidos pelas organizações, existia apenas a referência, como se esse fosse algo dado e amplamente compreendido; assim, não encontramos dele nenhuma alusão substantiva.

Orientamos, assim, o rumo de nossas investigações para os trabalhos acadêmicos publicados sobre cada tema. Encontramos bastante material sobre as ONGs: com abordagens que procuravam entender desde a negativa inserida na sigla, isto é, a delimitação inicial de espaço das ONGs (Steil, 2001), até sua relação com movimentos (Cabral, 1996), partidos, Estado, mercado (Arantes, 1999; Teodósio, Chagnazaroff e Souza, 2004) e organizações da sociedade civil. Inseridas nessa relação, questões como a representatividade e a legitimidade das ONGs foram levantadas, com bastante agudez, pelos autores (Fernandes, 1994; Teixeira, 2001; Vieira, 2001). Todavia, especialmente no que tange a esses aspectos, muito ainda deve ser trabalhado dentro da Ciência Política: no capítulo um, por exemplo, tecemos nossa crítica a Fernandes (1994:67) “o valor das ONGs deriva do que fazem e não de quem representam”, pois, com isso, o autor exclui

de antemão, o debate sobre representatividade dessas organizações, essencial quando essas, não raro em seus discursos, se auto-referem como as representantes da sociedade civil. Discussão que buscamos aprofundar, cientes de que futuros estudos sistemáticos nesse aspecto possam colaborar para melhor elucidá-lo.

Quanto ao empoderamento, especialmente dentro das ciências ditas humanas e, mais especificamente, a Ciência Política e a Sociologia, pouca produção acadêmica foi encontrada. Reunimos, então, estudos de outras áreas do saber: algumas inferências importantes foram retiradas dessas publicações. Ao iniciarmos o estudo do empoderamento, vimos que um grande obstáculo é a sua conceitualização: as publicações existentes nos fornecem uma idéia bastante genérica do que esse significa. Foi preciso reunir as idéias dos autores, as quais nem sempre primaram pelo rigor e pela clareza (freqüentemente, muito dispersas dentro do texto), e a essas dar um encadeamento. Encontramos algumas inferências muito interessantes, como o engajamento em grupos e ação para buscar soluções a problemas coletivos; temas que abordavam os excluídos (e transpusemos essa idéia para a temática, mais abrangente, da inclusão e exclusão dos sujeitos em diferentes esferas) e reflexões sobre o empoderamento como maneira de solucionar injustiças referentes a gênero, essas últimas foram as mais instigadoras para que desenvolvêssemos nossa principal abordagem relativa ao empoderamento: esse como supressor de desigualdades - a partir da perspectiva que envolvesse as discussões sobre igualdade e diferença. Como não havia estudos específicos que trabalhassem o empoderamento dentro dessa temática, procuramos a bibliografia mais recente sobre o assunto, inserida no contexto da teoria democrática. Nossos estudos anteriores nessa linha de pesquisa conduziram a inferir a possibilidade de inserção do empoderamento nesse contexto.

O passo seguinte foi delimitar mais o campo de pesquisa (escolha das organizações que trabalham com recorte de gênero e raça). Inicialmente, planejávamos trabalhar com as ONGs porto-alegrenses Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras; ACMUM - Associação Cultural de Mulheres Negras e Thêmis - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero. Em relação ao público-alvo, as duas primeiras direcionam seus trabalhos mais incisivamente para questão racial; na Thêmis, por seu turno, o foco é “mulheres”, ainda que a questão de raça esteja inserida nos seus trabalhos. A opção pela última, que implicava um afastamento (ainda que pequeno) do corte racial, deu-se em função do conhecido trabalho de empoderamento que tem dado visibilidade à organização: o projeto Promotoras Legais Populares. Particularmente, esse programa teve um desdobramento surpreendente e muito interessante para a compreensão do empoderamento: a formação, dentro desse, de uma associação voltada para a defesa dos interesses das promotoras em relação às lideranças da ONG, processo político bastante rico e que seria uma lástima negligenciá-lo.

Tão logo foi balizado o universo da pesquisa, houve uma agradável notícia que impulsionou a extensão desse estudo. Foi confirmado o recebimento de uma verba (vinculada ao departamento de sociologia da Universidade da Califórnia – UCLA) para realização de entrevistas na capital paulista, junto às ONGs vinculadas às questões de afros-descendentes. Dessa maneira, nosso trabalho pôde ser estendido às ONGs paulistas Geledés – Instituto da Mulher Negra e Fala Preta! – Organização Negra para o Terceiro Milênio, organizações que, tais quais as porto-alegrenses escolhidas, também possuíam projetos visando o empoderamento.

A etapa posterior foi definir, de forma mais detalhada, a metodologia que iríamos utilizar. Já tínhamos, como ponto de partida, a pesquisa bibliográfica e a consulta às informações

disponíveis nos endereços eletrônicos dessas organizações (buscando realizar análise de histórico, missão, projetos e publicações das ONGs). Isso, como já havíamos constatado, não seria suficiente para responder a proposição que orienta nosso estudo. Era preciso pesquisar essas organizações mais minuciosamente. Para tal, optamos pela pesquisa qualitativa, com inserções diretas no campo da pesquisa através da realização de entrevistas abertas semi-estruturadas com integrantes das ONGs. Escolhemos as principais lideranças (por seus vínculos mais estreitos com essas organizações), pois as mesmas poderiam fornecer informações mais precisas sobre os trabalhos de empoderamento dessas organizações junto ao seu público-alvo, foco inicial de nosso estudo. No entanto, nossas pesquisas anteriores já nos apontavam que o empoderamento não é, necessariamente, unilateral, (vindo de um suposto “empoderador”, a liderança da ONG, para um sujeito a ser “empoderado”, seu público), assim, as lideranças também “empoderam-se”. Isso nos fez repensar a formulação de entrevistas a fim de verificar essa assertiva. Outro fator relevante seria investigar, nesses discursos, as reflexões das líderes quanto às ONGs e a ligação dessas organizações com movimentos, partidos, sociedade civil, Estado e mercado. Nossa estratégia, então, voltou-se para o trabalho com as trajetórias de vidas das integrantes entrevistadas: a partir da reconstituição de suas próprias histórias de vida, as lideranças poderiam fazer uma reflexão sobre os temas abordados. Nosso objetivo era conhecer a formação e constituição das lideranças que estão, hoje, nas ONGs; verificar sua inserção em movimentos sociais, associações, filiação partidária, entre outros, bem como da ONG nesses espaços; examinar suas inferências quanto ao papel das ONGs, de uma maneira geral, abordando questões como a relação entre essas, Estado e mercado e, de forma específica, as organizações não governamentais como promotoras de empoderamento através de seus projetos (isto é, voltados para o público-alvo da ONG) e examinar



as inferências da líder em relação a seu próprio processo de empoderamento - quando existente. Tendo esses aspectos presentes, em abril deste ano, elaboramos a entrevista.

O questionário seguiu um modelo que contemplava os assuntos acima mencionados. Após sua finalização, selecionamos e organizamos todo o material disponível sobre cada ONG pesquisada, de acordo com as informações às quais tínhamos acesso. Primeiramente, pesquisáramos as organizações não governamentais situadas em Porto Alegre, opção dada pela proximidade e pelo mais fácil acesso ao campo de pesquisa. Ao final de maio, entrevistamos a ONG Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras. Duas integrantes foram entrevistadas. A seguir, em junho, entrevistamos três integrantes da ACMUM - Associação Cultural de Mulheres Negras. Em São Paulo, nos dias 23 e 24 do mês de agosto, entrevistamos duas integrantes da Geledés e duas da Fala Preta! Durante os meses em que ocorreram as entrevistas, elaboramos o primeiro capítulo da dissertação, de cunho mais teórico. Possuíamos, no período, a seguinte estrutura para a pesquisa: primeiro capítulo, teórico; segundo capítulo, análise da trajetória de vida das integrantes entrevistadas; terceiro capítulo, exame de projetos de empoderamento promovidos pelas ONGs selecionadas.

A etapa a seguir foi a transcrição das entrevistas, todas gravadas e de duração média de 90 minutos. Para melhor compreender o material inserido nas entrevistas, nossa opção foi utilizar a análise de conteúdo do discurso dessas líderes. Assim, a cada transcrição, procuramos fazer uma descrição minuciosa da trajetória de vida das integrantes aliada a inferências analíticas do conteúdo de suas falas. Em setembro, constatamos que a divisão dessa pesquisa, referida no final do parágrafo anterior, não seria possível, sem incorrer na perda de dados preciosos para o estudo. Compreendemos que era preciso dividir o segundo capítulo em dois. Separamos, então, as ONGs

de São Paulo das organizações de Porto Alegre, essa divisão não foi arbitrária, posto que as integrantes entrevistadas que chamamos de “nova geração”, com discursos um tanto diferentes das demais integrantes de ONGs, estão nas organizações de Porto Alegre. Evidentemente, isso não significa dizer que representantes dessa geração, não estejam nas ONGs paulistas: estão, como pudemos verificar através de conversas informais efetuadas com esses membros nas organizações referidas. Nosso trabalho apresentaria, agora, quatro capítulos. No último, descrevemos projetos de empoderamento, de forma bastante sintética, e, ao final, é feita uma análise dos mesmos.

Esperamos, com a apresentação deste trabalho, contribuir para o avanço da compreensão dos processos de empoderamento, especialmente, dentro das organizações não governamentais, bem como do aprofundar a análise das discussões entorno dessas organizações, sobretudo referente à sua legitimidade e à sua representatividade.

## 2 As ONGs e o Empoderamento – Referencial Teórico

### 2.1 Um breve histórico das ONGs: dos anos 60 aos 90 – caminhos percorridos.

Nos anos 60 e em todo o período de 70, a ação política de resistência à ditadura era expressa por um trabalho ligado às bases populares realizado em conjunto com os centros e institutos de educação popular os quais, por sua vez, estavam bastante relacionados aos movimentos sociais e eram caracterizados pela informalidade, pela fragmentação e dispersão do seu trabalho. Esses espaços eram marcados pela provisoriidade: seriam abandonados quando os movimentos sociais pudessem tomar as rédeas do processo histórico. Eram locais de militância política, não sendo vistos como alternativas de emprego. Nesse período, o valor da militância se sobrepõe ao da profissionalização (Landim, 1998). Muitas ONGs são oriundas deste contexto, porém o nome e a identidade como tal ainda pouco aparece na prática de seus discursos.

Na década de 80, a sigla ONG, já presente em discursos de agências internacionais, passa a designar um campo de atuação no qual antigos militantes serão inseridos profissionalmente (Landim, 1993). Exilados voltavam ao Brasil trazendo a experiência e o contato com agências internacionais, aspecto fundamental para a construção das ONGs no país. Conforme Fernandes (1994), essas agências precisavam de parceiros locais que fossem capazes de formular projetos, acompanhar sua execução e prestar contas. Necessitavam de uma estrutura administrativa e jurídica que os movimentos sociais não possuíam, pois careciam de estabilidade institucional. As

ONGs aparecem como parceiras de cooperação internacional e de apoio às ações comunitárias e movimentos de promoção social (Fernandes, 1994:80).

É ainda no marco dos anos 80, que movimentos sociais ganham maior visibilidade, bem como aumentam os adeptos à teologia da libertação, com o espraiamento das comunidades eclesiais de base, ligadas à Igreja Católica, crescentes em número desde a década anterior. Nesse período, cresce também um novo sindicalismo. Na agenda política, tem-se a diversificação dos movimentos sociais a partir de questões que ultrapassam os interesses de classe, passando a ceder mais espaço, em relação às décadas anteriores, a temas de cunho geográfico, ambiental, político, de gênero e etnia. As reivindicações tornam-se mais plurais e muitas ONGs surgem impulsionadas pela mesma diversificação.

O termo ONG começa a ser debatido. Em 1986, no Rio de Janeiro, ocorre o Encontro Nacional dos Centros de Promoção Brasileiros, onde participam entidades nacionais e internacionais. “Uma das pautas do encontro foi o questionamento do caráter negativo imbuído na sigla. Como resultado, tem-se o reconhecimento de uma possível impropriedade da definição negativa, porém esta prevalece para demarcar espaço simbólico no cenário político” (Steil, 2001: 45). Outro aspecto importante era o de que o termo diferenciava-se das entidades que haviam acolhido as ONGs, como a Igreja Católica e as universidades – ainda que o contato com essas instituições continuasse. Todavia, com o passar dos anos, houve uma tendência a maior autonomia frente às mesmas.

A década de 90 é o pano-de-fundo em que se estabeleceram as ONGs as quais direcionaremos nosso trabalho: ACMUM (Associação Cultural de Mulheres Negras), Maria Mulher e Thêmis (situadas em Porto Alegre, RS); Fala Preta! e Geledés (ambas em São Paulo,

SP). Em comum, trabalham com a questão de gênero e raça, com exceção da Thêmis, na qual, apesar de não descurada, a perspectiva de raça não é enfoque principal; ponto também comum é a abordagem, em suas falas, das principais questões envolvendo o debate concernente às ONGs, falas que serão úteis para clarificar o entendimento do assunto e que serão discutidas ao longo deste capítulo. Seus projetos visam às ações de empoderamento, assunto a ser analisado nos próximos capítulos, por hora, seguiremos com as discussões relativas às ONGs, buscando o esclarecimento da temática na qual essas organizações estão inseridas e, por extensão, compreender o universo das organizações pesquisadas. Ao final do capítulo, nossa atenção estará voltada para o empoderamento, abordando as definições e inferências conceituais nele implicadas.

Nos anos 90, dentro do Estado brasileiro, assistimos à intensa privatização dos serviços públicos, com repasse para a iniciativa privada de serviços básicos de educação, saúde, transporte, entre outros. Muitas das tarefas do Estado passam para a sociedade civil (conceito a ser abordado neste capítulo), onde estão inseridas as ONGs que, conforme Fernandes (1994:67), não têm caráter representativo, dependendo seu valor das respostas aos serviços que podem oferecer (debate que retomaremos adiante), especialmente através dos projetos, de cuja eficácia depende seu sucesso, é o que este autor caracteriza de privado porém público: são instituições propriamente privadas, mas sem fins lucrativos. Lucros eventuais devem ser reinvestidos nas atividades-fim, não cabendo a sua distribuição entre os membros da organização.

É na esteira dos anos 90, que a palavra militância perde espaço em prol de outras como profissionalização, parceria e voluntariado. Essa mudança discursiva possivelmente reflete a demarcação de espaço das ONGs, especialmente frente aos partidos políticos e aos movimentos sociais. No que tange o relacionamento entre ONGs, Estado e partidos políticos, questões

importantes, especialmente concernentes à representação e legitimidade destas organizações, são colocadas por Fernandes (1994), Teixeira (2001), Vieira (2001) e Pinto (2003). Vieira (2001:124) propõe um desafio: “se as ONGs se apresentarem como representativas da sociedade civil teriam, então, de se referir aos temas centrais da democracia e da representação”. Será mesmo que teriam? Ou, colocado de outra maneira, e se não se referissem, seriam, se é que são, “menos” representantes da sociedade civil? De onde vem essa legitimidade que se tenta atribuir as ONGs para representar essa sociedade? Para avançar nessa discussão, vejamos ainda, mais elementos que estão subjacentes à sigla ONG.

Uma ONG costuma se definir pelo que não é: nem Estado, nem mercado. As classificações costumam apontar para o fato de uma ONG ser um meio-termo entre Estado e Mercado, sendo comum, no vocabulário compartilhado entre as ONGs, o uso dessa definição (RITZ, 2005), criando uma identidade mesmo entre organizações com interesses diversos e, às vezes, conflitantes. Outro ponto em comum é o fato de as ONGs possuírem missões ou ainda, objetivos, isto é, princípios que devem nortear suas ações, para que essa não se distancie de seus propósitos e do público para quem sua ação é direcionada, enfim, é a declaração que a ONG se dispõe a fazer no âmbito de uma causa e, abrir mão desse princípio pode colocar em risco sua identidade.

A definição “nem Estado, tampouco mercado” usada para situar o termo ONG é ainda bastante fluida e imprecisa para caracterizar esse tipo de organização. Podemos observar, por exemplo, a partir de informativos impressos e de páginas eletrônicas de organizações não governamentais, que essas apresentam semelhanças com o aparato estatal e com empresas privadas nos quesitos organização, distribuição de funções, hierarquia e, mesmo no aspecto ao qual mais buscam se diferenciar, o da prestação de serviços – a questão aqui não é o tipo de

serviço prestado, o social, aí pode existir um distanciamento entre empresa (mercado) e ONG. Todavia a missão de uma ONG pode não se diferenciar muito de uma empresa, especialmente quando a última passa a abarcar a “dimensão social” em seu vocabulário e mesmo quando essas procuram parcerias com as ONGs, buscando causas que tenham a ver com o seu negócio, que agreguem valor as suas marcas e envolvam seus funcionários. Cabral (2001) aponta para a estrutura das ONGs se assemelhar a de pequenas empresas, “onde a cooperação para o desenvolvimento se transforma em mercadoria (...) seus trabalhadores estabelecem com elas uma relação de troca de dinheiro por força de trabalho, que exige além de conhecimento específico, uma dedicação quantificada em horas de atuação e resultados”. No caso de atuar apenas como prestadoras de serviços eficazes, seu caráter político de atuação correria o risco de desaparecimento em função de características estritamente funcionais.

Ainda com relação às empresas, Arantes (1999) alerta para a possibilidade de ao invés de uma parceria com fins públicos, haver somente um “deslizamento semântico, filtro político semântico, fraude vocabular, mas também uma espécie de filtro moral”. Quer dizer, a ONG aparece como o “espaço da moralidade”. Essa idéia é ainda bastante presente quando se faz referência às ONGs. A origem disso encontra-se no nascedouro do termo: como expusemos acima, as agências internacionais, para financiar projetos de cunho social no então chamado terceiro mundo, precisavam de uma estrutura organizativa que os movimentos sociais não possuíam. Acrescentamos aqui, que essas não desejavam simplesmente doar dinheiro via Estado, pois uma das preocupações era de que este dinheiro fosse rigorosamente aplicado em projetos sociais e temiam que o repasse do financiamento para o Estado, já marcado por um histórico de corrupção, fosse menos eficaz do que para outras estruturas organizativas. As ONGs vêm suprir essa demanda, procurando apresentar um serviço isento dos rótulos pejorativos, já atribuídos ao

Estado e ao Mercado<sup>1</sup>. Virgínia Feix, quando então coordenadora da ONG porto-alegrense Thêmis, assim se referiu em relação à aproximação entre ONG, Estado e empresa:

“Há, cada vez mais, necessidade de maior especialização e maior profissionalização das ONGs, por isso que, de certa forma, elas estão tomando a forma de empresa, o que é um risco e deve ser cuidado. Deve ser cuidado por quê? Porque a ONG não pode perder a vinculação com a luta, com a transformação da realidade e isso é que é o grande desafio: de construir as ONGs na perspectiva de uma democratização do Estado. Eu acho que as ONGs podem ser um instrumento de aprofundamento da democracia participativa, uma vez que elas são expressão dos movimentos sociais, elas têm condições de quebrar aquela “falsa neutralidade” do Estado, aquela burocracia, aquela abstração que, a gente sabe, acaba se perdendo e sendo engolida pela pressão do mercado, pelos interesses privados. Então as ONGs com profissionais formados, capacitados para trabalhar com políticas públicas, com formação para o setor social, elas podem ser um contraponto a essa pressão, esse lobby do setor privado, para garantir que os recursos públicos sejam devolvidos para profissionais que atuem na área pública e que destinem a sua produção, a sua atividade econômica para fins públicos”.

Esse discurso está de acordo com o que Fernandes (1994), conforme apontado acima, chama de “privado, porém público”. Também traz elementos importantes como o medo da perda da identidade em função do cunho cada vez mais profissional que essas organizações estão tomando. Por isso, a atitude vigilante frente ao Estado - que pode ter como elemento explicativo adicional, a trajetória de vida militante da nossa entrevistada; a crença de que as ONGs sejam fomentadoras de participação (de determinados públicos) dentro do Estado e o fato de serem “expressões do movimento social”, idéia que dá margem à pelo menos duas interpretações: ser expressão no sentido de incorporar temas dos movimentos para dentro da ONG e contribuir para que lhes sejam dados maior visibilidade, mantendo a clara demarcação de espaço entre esses e as

---

<sup>1</sup> Em relação ao Mercado, em comparação aos períodos anteriores, atualmente há maior permeabilidade das ONGs a interagir “com” empresas, como veremos, e mesmo a possibilidade de elaborar produtos – que não especificamente material bibliográfico, agindo, de certa forma, “como” empresas. A Crioula, do Rio de Janeiro, por exemplo, possui uma *griffe* que vende produtos, como artesanato e camisetas, produzidos na ONG. A Fala Preta!, de São Paulo, também está vislumbrando essa alternativa: “tem uma questão que é dinâmica, que tem uma marca (...) se você faz parceria com quem que queira prestar serviços à sociedade civil e ensinar pessoas, você consegue muitas coisas, mas para isso as pessoas têm que começar a pensar grande...” (Elisabete Pinto, integrante da Fala Preta!).



ONGs. E “expressão do movimento” na proporção que incorporam a representação desse. Assim, a fronteira entre ONG e movimento restaria pouco delimitada, muito menos pela fusão dos temas dos movimentos com os das ONGs, do que o fato desse argumento deixar margem para as ONGs assumirem o papel de protagonistas da ação social, e, com isso, limitarem a autonomia do movimento; debate que retomaremos mais adiante.

No que tange o relacionamento intra ONGs, há uma relação que vai das parcerias (através das redes e articulações, que contribuem para divulgar, trocar informações e expandir os trabalhos das ONGs) à competição. As ONGs costumam competir para apresentar a proposta mais inovadora, mais eficiente, a fim de conseguir recursos para a sua causa, tanto humanos (atrair bons profissionais, voluntários) como financeiros. Em relação à captação de financiamentos, Avritzer (1994) salienta que as ONGs mais abastadas, mais organizadas, têm maiores chances de receber as melhores parcelas da distribuição dos recursos disponíveis e aponta para o perigo de as ONGs pequenas serem engolidas por organizações maiores, ou desaparecerem tão logo iniciem sua trajetória, mostrando que é preciso mais do que um bom projeto para uma ONG existir. Os financiamentos também podem influenciar as estratégias para a continuidade da organização quando direcionam o fluxo dos investimentos para determinados públicos. Se a ONG, antes contemplada com a verba de tal ou qual fundação para determinados projetos, pára de recebê-la em virtude da mudança de disposição do órgão financiador, existem as seguintes alternativas: tenta captar recursos de outra maneira, o que nem sempre é viável em curto prazo, ou adapta-se às exigências do órgão, mudando ou ampliando seu público. Isso pode implicar o “desvio” da sua missão e mudanças administrativas para adaptar-se às novas exigências, passando a adotar uma postura coadjuvante frente ao financiador.

## 2.2 Década de 90 - virada discursiva das ONGs frente ao Estado: do “embate para o debate”.

A busca por financiamentos foi um dos fatores responsáveis pela mudança discursiva das ONGs frente ao Estado. É possível observar, através da análise do histórico dos financiamentos das ONGs (site ABONG e da rede RITZ), que vêm incorporando, paulatinamente, verba oriunda do Estado para seus projetos. Digamos que o foco mudou, entre a década de 60 e a de 90, do “embate para o debate”. Se no início de suas trajetórias, as ONGs procuravam demarcar um lugar frente ao Estado o negando, simplesmente; hoje, essa postura é muito mais flexível por algumas razões: as ONGs já alcançaram um espaço razoavelmente balizado para sair de uma estratégia mais de oposição para a de cooperação e alcançaram um grau de organização que lhes confere mais segurança para agir de forma a manterem-se de maneira independente frente ao Estado. Assim, o risco apontado por essas organizações de serem “engolidas” por esse, diminuiu. Mais confortáveis para a ação, as ONGs buscam cada vez mais se delimitarem como espaços públicos autônomos para interagir com a institucionalidade: “o Estado tem um papel, e nós não queremos este papel, o nosso papel é outro, inclusive a nossa autonomia nos permite questionar este Estado” Carneiro, integrante da Geledés).

Um outro fator que explica essa mudança de comportamento frente ao Estado é a atitude da “nova geração” de integrantes de ONGs:

“Penso que as organizações que ainda estão em atividade, tanto do movimento negro, quanto do movimento de mulheres negras, tiveram origem através de militantes orgânicos, de pessoas que tinham o seu ingresso e a sua trajetória na militância desses movimentos e, no caso de Maria Mulher, foi com as transformações sociais e com esse crescimento do terceiro setor que acabou ficando uma organização e desenvolvendo ações específicas na área da saúde, educação, direitos humanos, como é o nosso caso. Então, eu penso que a geração que formou, que deu sustentação para esses movimentos e para as organizações é uma geração de militantes. Agora, eu percebo que as mais recentes, quem está chegando, mais recentemente, da minha época e atrás de mim, vem através de um outro percurso” (Maria Luíza, psicóloga).

Na “primeira geração”, muitos integrantes vinham de uma postura militante frente a um Estado autoritário e uma parcela de seus membros, nessa fase inicial, era oriunda de movimentos sociais, com um ideário que tinha como base a autogestão social e a auto-organização popular, com históricos de vida bastante marcados pelo viés de oposição ao Estado, oposição que foi levada adiante na realização de seus trabalhos dentro das ONGs que então se formavam. Já a “nova geração” conta com a crescente profissionalização, seja das integrantes antigas que retomaram ou deram continuidade aos estudos paralelamente ao aprendizado que a ONG proporciona (através do contato com outras ONGs por intermédio de redes, cursos e palestras com profissionais contratados pela própria organização para a chamada capacitação de seus membros); seja das novas integrantes, muitas já contratadas em virtude da profissionalização prévia adquirida em cursos técnicos ou superiores, nesse caso as ONGs acabam sendo, ao menos inicialmente, uma alternativa de trabalho:

“Estava formada (...) uma colega minha me ligou, perguntou se eu já tinha um trabalho remunerado, eu disse que não, e me ligou para mim ligar para a Elaine, que é diretora aqui da ONG. Eu liguei, vim aqui e comecei a trabalhar no projeto Observatório” ( Simone, psicóloga da ACMUM).

“O professor Oliveira Silveira que faz parte do Conselho Nacional de Igualdade Racial me falou da ACMUM, fiz meu primeiro contato, me ligaram, para mim vir, passar por uma entrevista e, pela entrevista, eu tinha mais experiência na área e aí me chamaram para fazer parte do projeto Comunicativa” (Laudsiane, pedagoga).

A “nova geração”, mais ligada aos tempos de abertura democrática, não traz, comumente, na bagagem, essa postura militante mais opositora ao Estado, e mesmo as atividades militantes não são, necessariamente, a condição para ingresso na ONG – isso está mais relacionado aos critérios das ONG quanto à escolha de seus integrantes - de caráter mais normativo, intrínseco a sua missão e regimento interno; e ao perfil profissional exigido pelos projetos, podendo, o que não é incomum, a militância iniciar após o ingresso da integrante na organização:

“Penso que a sociedade foi evoluindo e se conformou de uma forma um pouco diferente das gerações que nos antecederam. A gente não pode desvincular isso da história de repressão política que a gente teve no país. Eu nasci no ano em que foi instituída a ditadura militar, mesmo que se eu fosse criança, ou fosse adolescente eu não pensasse e nem tivesse alguém na minha família que chamasse para essas reflexões é claro que eu sou, de alguma forma produto disso, eu cresci com imprensa amordaçada, com a lei da censura e isso tudo nos constitui. Acho que foi mais difícil para a gente, das gerações mais recentes que já viveram sob o regime da repressão poder ter uma participação política mais incisiva como as gerações que nos antecederam, inclusive as que acabaram fundando as organizações, criando e lutando, essas pessoas tiveram experiências e tiveram vivências anteriores a esse período que, de uma forma ou de outra, foram importantes. Mesmo quem não participou ativamente, mesmo quem não cai na luta armada, nem na clandestinidade, viveu num outro contexto. (...). Acredito que a militância hoje é significativamente diferente. O que aconteceu é que a gente acaba construindo a nossa militância meio que muito perpassado pelas carreiras profissionais, pelas ações, pelo nosso exercício. (Maria Luíza, psicóloga da Maria Mulher)

“Na minha família tive um tio, já falecido, que sempre foi do movimento negro, mas a minha família mesmo, biológica, não teve ninguém. Então eu não tenho esse histórico; no trabalho com a anemia falciforme é que eu fui conhecer um pouco mais, do movimento, eu ia a algumas reuniões e a ACMUM reforçou mais isso, por a ONG ser específica (...). Eu não tenho uma relação estreita com o movimento, eu trabalho para uma organização de mulheres que é a ACMUM, mas eu não consigo, a gente pode até se entender como parte do movimento negro, nós fazemos parte do movimento negro, só que nós somos uma ONG, que trabalha com coisas específicas, com projetos, então isso é um pouco diferente”. (Simone psicóloga)

Cabral (2001:3) aponta para a função de “militantes profissionais” que muitos integrantes de ONGs estão assumindo. Para o autor, as ONGs não substituem politicamente os movimentos sociais, nem mesmo falam em nome deles, mas incorporam a representação do social frente à opinião pública por intermédio da mídia e institucionalmente em alguns espaços multilaterais, como fóruns e conselhos. Conforme Cabral, as ONGs irão cumprir o papel de formuladoras de políticas públicas, e “atuarão nos espaços que já estão começando a ocupar: conselhos governamentais paritários, mídia, fóruns amplos etc. Contribuirão para aprofundar as discussões sobre os temas relativos a sua atuação, além de capacitar os movimentos sociais”.

Dessa maneira, o papel das ONGs como “expressão do movimento social”, apontada acima por Virgínia Feix, está em desacordo com as observações de Cabral quando a expressão é interpretada no sentido de as ONGs assumirem a representação do movimento. Todavia, corrobora com o que Cabral acentua como um papel das ONGs: “a representação do social”, quando compreendida como a incorporação de temas do movimento, contribuindo para dar-lhes visibilidade. Concernente à função de “capacitar os movimentos sociais”, Maria Luíza, da ONG Maria Mulher, afirma:

“Mas, esse engajamento e esse ‘comprometimento’ acabam se fazendo também de uma outra forma que não a militância por si só. Eu acho que a gente tem um misto, atualmente. A gente tem as nossas carreiras técnicas que, de um lado, são importantes para a militância, no sentido de qualificar as nossas ações, já que a gente intervém através de ações atualmente e a formação política que a gente acaba tendo, então, por conta deste contato com as gerações mais antigas, que dão sentido, daí, a nossa carreira técnica”. (Maria Luíza, psicóloga).

A capacitação referida Maria Luíza está relacionada ao conhecimento técnico possuído e não é apenas voltada para o outro, um sujeito externo para quem a ONG direcionaria essa qualificação; a integrante está inserida na militância: ‘qualificar nossas ações’. Nesse momento, fundem-se os papéis de militante e integrante da ONG: as ações da organização “qualificam” e agregam os temas da militância. A partir daí, tem-se os caminhos: usar a temática do movimento para dar-lhe visibilidade (e por que não, à ONG inclusive?); apontar-se como representantes do movimento. Discurso que é contestado por integrantes de ONGs como Nilza Iraci, integrante da Geledés e Maria Conceição, integrante da Maria Mulher, que se dizem inseridas dentro do movimento, porém não representantes do movimento. Como brinca Conceição: “o movimento negro não é um senhor que caminha por aí”. Fala que aponta a difusividade desse movimento e é justamente esta difusividade (de natureza geográfica, ideológica e que agrega interesses os mais diversos) que torna difícil a qualquer pessoa, ou grupo, tomar para si a representação do movimento.

Por sua vez, o conjunto dos movimentos sociais reivindica sua autonomia, afirmando que o espaço de direção política não pode existir fora do movimento, ao mesmo tempo em que precisa incentivar os espaços de formulação e maior acúmulo administrativo e de financiamento a possíveis projetos (Cabral, 2001:3). Essas colocações pertencem ao imaginário que povoa as contradições de militantes que vieram, recentemente, a trabalhar em ONGs. “Sua participação política se dá a partir da aprovação de projetos do envolvimento que têm neles a partir de um salário. São tidos como agentes de cooperação, não mais companheiros de luta defendendo uma causa comum”. Isso, segundo o autor, não mencionando que o compromisso com os trabalhos que

desenvolvem muitas vezes inibe participação de militantes em seus movimentos ou os vínculos institucionais mantidos pelas ONGs implicam numa participação que restringe a individualidade:

“O que eu percebo é que, geralmente, as integrantes antigas, elas passaram pelo movimento negro. É isso que eu sinto. Elas passaram, elas têm uma história para contar do que elas viveram no movimento negro, mas, no momento, hoje, enquanto lideranças elas, estão dentro da sua organização, estão trabalhando muito, mas elas não estão mais no movimento negro como elas estiveram”. (Simone, ACMUN).

A fala de Solimar Carneiro, integrante da Geledés e com histórico de militância desde a década de 70 traz elementos que contrastam um pouco com a de Simone:

“A atividade militante não é deixada de lado. A gente nunca perde isso de vista. Então, não há espaço que não seja importante onde a gente não tenha que estar (...). O que há é que a gente possa delimitar o espaço de trabalho porque a gente já trabalhou muito, então se distribui o trabalho, às vezes um diz: eu não vou, vai você, não vai você, então alguém vai.”

Dessa maneira, Solimar destaca a permanência, o elo junto ao movimento que não se dissolve. Quanto ao fato “não estar no movimento como estiveram” que diz respeito às percepções de Simone, notamos que, no concernente às atividades militantes, realmente a presença física da integrante nem sempre faz-se essencial (e daí a constatação: ela já não está tão presente como esteve), o importante, nesse caso, é ter um representante da ONG dentro da militância, esse fica exatamente mais lembrado por fazer parte da ONG do que como indivíduo isolado. A militância, nesse discurso, aparece também como um espaço de trabalho da ONG, de captação de demandas e visibilidade da organização.

Em relação ao Estado, é bastante comum aos novos integrantes enxergá-lo mais como um meio para atingir determinados fins, um “parceiro”, especialmente num momento em que está sendo cada vez mais difícil a captação de verbas de agências internacionais, pois essas têm direcionado a maior fatia dos financiamentos disponíveis para países do Leste Europeu e África (site ONU, 2005). No Brasil, as verbas têm sido direcionadas para as regiões Norte e Nordeste (IBGE, 2005).

Com isso, é necessário que as ONGs busquem outras formas de financiamento e uma delas é via projetos patrocinados pelo Estado. A aproximação com esse costuma se efetivar nos dois sentidos: da ONG para o Estado – através da busca por financiamentos, suporte técnico e estratégias de visibilidade, dentre as quais os reclames, proposição, participação em fóruns e conselhos – de caráter deliberativo, consultivo e fiscalizador de políticas públicas; dessa forma o Estado passa a ser um dos espectros de ação das ONGs. Mesmo aquelas que, em sua origem, estavam mais voltadas à realização de seus projetos - independentemente do Estado, e, em alguns casos, pouco preocupadas em tomar parte dos debates do papel das ONGs frente a esse, coisa para ONGs “maiores”- começam a perceber que, voltando seu foco apenas para si, suas chances de expansão tornam-se menores, especialmente quando confrontadas com demandas por ampliação. Era preciso expandir o foco de ação: participar de redes, se articular e, de alguma forma, se relacionar com o Estado. Do Estado para a ONG, quando reconhece nela um agente para distribuição dos recursos de maneira eficaz por algumas razões, dentre estas: pela especificidade dos seus trabalhos, o que garante um conhecimento que nem sempre os agentes estatais possuem e pelo reconhecimento dos trabalhos anteriormente realizados pela organização (visibilidade da ONG); pela ética de não corrupção vinculada ao discurso das ONGS e que busca respaldo na



prestação de contas de seus projetos – geralmente propostas que têm por objetivo a eficácia com baixos recursos; pelo baixo custo, visto que há muito trabalho voluntário nas ONGS (site ABONG, 2005) e pela capilaridade dessas organizações: há ONGS que chegam onde o Estado não chega, têm acesso a uma parte da população que com o Estado mantém um vínculo muito fraco, acessando-o ora em períodos eleitorais, ora quando dele necessita para serviços predominantemente no âmbito da saúde e segurança; ainda assim, freqüentemente, com certa desconfiança em contatar os agentes estatais, especialmente no que tange à segurança; na qual a imagem do Estado está mais vinculada a de um opositor do que a de um parceiro ou amigo. Juntamente a isso, ocorre o desconhecimento de parte desse público da extensão dos serviços prestados pelo Estado e aos quais essa população tem direito.

### 2.3 Legitimidade e ONG, essas organizações estão se constituindo como espaços públicos autônomos de representação?

Dentro da relação ONG e Estado, vimos que nos momentos iniciais o estabelecimento de uma linha divisória bem definida frente a esse era necessário para demarcar espaço. O “não”, contido na sigla, funcionava como elemento limitante e como opositor. Com o tempo, o viés de oposição dessas organizações se atenua. Elas se fortaleceram frente ao Estado e ganharam uma certa “legitimidade”. Mas, de onde emana, para onde vem e para onde vai esta legitimidade? Primeiramente, a legitimidade de que se referem as ONGs supõe reconhecimento, esse vem de um trabalho contínuo dessas organizações para adquirir o que chamam de “visibilidade”, estratégia

que se torna cada vez mais importante para a sobrevivência da organização. Visibilidade é a publicização do trabalho da ONG dentro ou fora do território nacional. Isso se efetua quando a organização amplia seus contatos: através do seu público alvo, dando publicidade às suas questões através da Advocacy<sup>2</sup>, por meio de comunicação com outras organizações, via redes, encontros, a chamada “articulação”; bem como através do contato com o mercado e com o Estado. As ações que conseguem destaque na imprensa também são bastante visadas, já que a visibilidade é um dos sustentáculos no qual se apóia a legitimidade dessas organizações, assim, ser atuante e presente é a fonte de onde provém sua legitimidade. Todavia, essa é uma característica quase auto atribuída, que escapa das formalidades da representação, aspecto que Fernandes (1995:24) percebe como forma de as ONGs abrirem canais para as “demandas de participação latentes na sociedade e, especialmente, para aqueles segmentos e aqueles temas que não encontram um lugar satisfatório nos canais já estabelecidos de comunicação”.

Quando a referência é “escapar das formalidades da representação” há que ter certo cuidado, pois a primeira pergunta é: “quem delegou poder à ONG para realizar suas ações; em outros termos, quem as ONGs representam? A sociedade delegou poder às ONGs?” Se há algum poder delegado não o foi pela via formal, o voto; no entanto, no concernente ao Estado, a formalidade também se vincula ao aspecto burocrático, ao preenchimento de determinados

---

<sup>2</sup> Termo inglês sem ainda tradução própria na língua portuguesa. Diz respeito a uma ação de Advocacia e Defesa em um sentido público que emerge no âmbito da sociedade civil e não do Estado. *Advocacy* está relacionada à pluralidade de ações de formulação de legislação e de políticas públicas e “*pode referir-se também a ações voltadas para a sociedade, a exemplo da Advocacy junto à mídia*” (Rodrigues 1999:1) visando mudanças nas instituições, relações e práticas sociais. Segundo Rodrigues, o conceito de *Advocacy* está relacionado às ONGs sobretudo a partir da década de noventa “*quando estas organizações alcançam importância mundial fazendo-se representar nas Conferências Internacionais das Nações Unidas, paralelamente à representação oficial dos países*” (p.2). Serviu para expressar um tipo de ação propositiva, visando ao Estado, de organizações não governamentais, utilizando-se de processos de sensibilização e argumentação, de interlocução e de construção de alianças. Na prática da *Advocacy*, há também o monitoramento e acompanhamento de políticas públicas, referida por algumas ONGs como “controle social” (site ABONG, 2005). Neste trabalho, entendemos que esse monitoramento das políticas públicas está relacionado a um outro conceito utilizado a seguir: a *accountability*.

documentos para acessar recursos e mesmo para participar da elaboração de políticas públicas, por exemplo. Nesse aspecto Wils, citado por Teodósio, Chagnazaroff e Souza (2004), salienta que o relacionamento entre ONGs e Estado pode significar o acesso das ONGs ao monitoramento e desenho de políticas públicas e o estabelecimento de compromissos com o Estado e outros atores locais, não só com organizações populares de base. Nesse ponto, o discurso de Noelci, dirigente da ONG Maria Mulher, é esclarecedor:

“Eu acho que a maioria das ONGs não têm um atendimento, não têm um contato direto com o público, ficam mais mesmo é na construção, na elaboração e no acompanhamento de políticas públicas, mas para isso precisa ter essa base que é o contato direto com as pessoas (...) mas são muito poucas as organizações que têm o contato direto com o público, é mais mesmo da questão da reflexão, da produção literária, que é também importante, que subsidia o trabalho”(Noelci Homero, integrante da Maria Mulher).

Nessa fala, está ressaltada a preocupação de grande parte das ONGs de focalizarem seus trabalhos não só em uma base popular, o que corrobora com o apontamento de Wils (conforme Teodósio, Chagnazaroff e Souza, 2004), como também Noelci acentua o direcionamento das atividades dessas organizações para tarefas que exigem mais reflexão do que ação - o que é um dos fatores que explica a crescente valorização e chegada de acadêmicos às ONGs. Fica evidente também, uma certa ambigüidade: a noção de que são necessárias essas atividades não diretamente ligadas a uma base popular (das ONGs que têm essa base como público alvo), ao mesmo tempo, a necessidade de manter o contato com essas bases, pois é, muitas vezes, esse relacionamento com esse público que justifica seu trabalho. Noelci acredita serem poucas as organizações que possuem o contato direto com o público; porém, as demais lideranças entrevistadas salientam a

necessidade desse contato, e observam isso como meta a ser sustentada, o que alerta para que a tendência apontada por Noelci, se confirme apenas parcialmente:

“Eu acho que tem dois perfis profissionais em função do que as ONGs são hoje; as ONGs também mudaram. Há uma necessidade de profissionalização, há necessidade de capacitação, há necessidade de você ter quadros de gerenciamento na sua organização e há a necessidade de você ter a militância porque também sem militância você não faz ONG, a menos que você tenha uma especificidade de trabalhar com a questão teórica. Mas uma ONG com as características do Geledés tem que ter os seus quadros profissionais devidamente capacitados para o atendimento das demandas que a organização recebe. Ao mesmo tempo, você tem que ter o ativista que faz a denúncia. Então, eu acho que são dois perfis e não necessariamente você pode prescindir de um ou outro (...) tem que ter o contato com o público (...) não perder de vista a base, a base que é mais rica para a organização”. (Solimar Carneiro, dirigente da Geledés).

Logo, ao menos no tempo presente, essas organizações não pretendem se afastar de seu público alvo, população que é condição de existência e de sobrevivência da ONG. Ademais, é muito mais difícil captar recursos para o que Noelci se refere como “produção literária”, pois nesse quesito, as verbas são escassas, sendo que as universidades costumam ter prioridade na obtenção dessas e os financiadores das ONGs ainda priorizam trabalhos que, junto a um público, envolvam “ação” combinada com eficácia (site ABONG, 2005). Apesar da escassez dos recursos, a produção literária (ainda que, como vimos, não seja em detrimento do trabalho com as bases) não é descartada: “(...) temos uma preocupação em demonstrar do ponto de vista teórico, porque senão a universidade o fará” (Solimar Carneiro, Geledés). Dessa maneira, as ONGs se constituem como locais (concorrentes) de produção de conhecimento.

Em relação ao monitoramento de políticas públicas, é crescente o número de ONGs que incluem essa temática na sua esfera de ação - como o fazem as ONGs selecionadas neste

trabalho<sup>3</sup>. Para isso, trabalham dentro do que caracterizam como intervenção, formulação e ação direta nas políticas públicas, supervisionando, acompanhando e exigindo lisura das ações estatais, realizando o que Smulovitz (2001) chama de “accountability<sup>4</sup> social”, na qual o exercício da accountability pode realizar-se tanto pela via institucional como pela não institucional, nesse sentido, as ONGs estariam mais próximas da segunda opção. A accountability social, conforme Smulovitz, é quando associações de cunho diverso da sociedade civil, movimentos sociais e ONGs promovem ações mobilizatórias que monitoram funcionários e políticas públicas através de estratégias de mobilização (controle vertical, não eleitoral), midiáticas (sanção simbólica) e judiciais (sanção legal). A principal crítica que pode ser feita a esse tipo de accountability é o fato de que serve para expor e denunciar atos ilegais, mas não para praticar sanções, logo, é um controle decorativo. Smulovitz (p.3) rebate: produzem custos reputacionais que podem ter conseqüências políticas manifestadas institucionalmente. Todavia, como aponta O’Donnel (2000), há necessidade de que os atos ilegais sejam apurados, para que não se culpabilize quem não esteve imbricado em determinada matéria. O autor também percebe o efeito limitado que têm essas ações caso as agências estatais não lhe dêem continuidade e não apliquem as sanções previstas em lei.

---

<sup>3</sup> Em relação ao monitoramento de políticas públicas, há trabalhos bastante interessantes realizados por outras organizações, como por exemplo, projetos realizados por ONGs como a AGENDE (Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento), a CEPIA (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação) e a SOF (Sempre Viva Organização Feminista).

<sup>4</sup> accountability, termo inicialmente usado por O’Donnel (1998) que o define como a existência de mecanismos que possibilitem a responsabilização dos que ocupam cargos públicos, sejam eleitos ou não, por seus atos à frente das instituições do Estado, isto é, a prestação de contas desses ocupantes perante a sociedade. O autor aponta dois modelos de accountability: vertical e horizontal, a primeira ocorre quando essa prestação de contas se faz por meio das eleições e das reivindicações sociais através da liberdade de opinião e de associação e do livre acesso às informações, sendo para isso necessária a existência de uma mídia livre. A segunda envolve “a existência de agências estatais que têm autoridade legal e estão realmente dispostas e capacitadas para empreender ações que vão desde o controle rotineiro até sanções legais ou inclusive impeachment em relação a atos e/ou omissões de outros agentes ou agências do Estado que podem, em princípio ou presumidamente, ser qualificadas como ilícitas” (O’Donnell, 1998: 01).

Tendo presente a idéia de que as ONGs concorrem para fiscalizar o Estado, quem fiscaliza as ONGs? Teodósio, Chagnazaroff e Souza (2004), referindo Bratton, sublinham quatro diferentes estratégias que o Estado pode utilizar em suas relações com as ONGs: a partir da estratégia de monitoramento, o Estado verifica quais são as ações das ONGs e, caso necessário, limita o registro de organizações de que não goste. Esse foi o temor de muitas organizações brasileiras quando surgiu a lei das OSCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, Lei 9.790/99): em linhas gerais, foi a tentativa de o Estado regularizar as associações da sociedade civil<sup>5</sup>, dentre as quais as ONGs: somente dele receberiam recursos as organizações que estivessem moldadas a esse formato. Nesse aspecto, desenvolveu-se um relacionamento entre parceiros relutantes: poucas organizações não governamentais tornaram-se efetivamente OSCIPs<sup>6</sup>. Grande parcela das ONGs e a própria ABONG (Associação Brasileira das Organizações não Governamentais) entendeu isso como uma forma de o Estado subtrair-lhes a autonomia, também houve problemas de adesão à forma OSCIP pelas exigências legais que implicava e que muitas vezes não correspondiam à realidade das ONGs e pela falta de informação junto ao ministério público<sup>7</sup> (site ABONG). Com isso, os financiamentos tiveram de adaptar-se ao formato legal da ONGs, pois nem sempre as OSCIPs dispunham dos recursos solicitados pelo Estado – em contrapartida as ONGs continuam a estabelecer uma série de compromissos formais quando o financiador é o Estado (site ABONG, 2005). Apesar disso, o Estado continua trabalhando para

---

<sup>5</sup> Inseridas dentro do chamado Terceiro Setor. Conforme Fernandes (1996), o Primeiro Setor é o governo, responsável pelas questões sociais, o Segundo Setor é o privado, responsável pelas questões individuais. Com a “falência” do Estado, o setor privado começou a auxiliar na resolução de questões sociais, assim constituiu o Terceiro Setor: organizações e iniciativas privadas voltadas à produção de bens e serviços públicos

<sup>6</sup> Dados extraídos da página do Ministério da Justiça.

<sup>7</sup> O Ministério Público vem trabalhando para facilitar o acesso ao formato OSCIP: facilitando o acesso às informações necessárias e regulamentarizando de maneira mais condizente com a realidade do Terceiro Setor – desde que o formato OSCIP foi lançado, várias alterações já foram feitas. (Dados do *site* do Ministério Público).

que as ONGs se adaptem ao formato OSCIP e tem, cada vez mais, dificultado a obtenção de recursos fora do molde por ele proposto, o que faz com que as ONGs repensem sua postura. Outras estratégias, utilizadas pelo Estado, são a coordenação, que “procura distribuir as atividades das ONGs de modo mais balanceado entre áreas geográficas e setores, com o intuito de evitar duplicação” (Teodósio, Chagnazaroff e Souza; 2004:3); a captação, que visa atrair as ONG’s para o tipo de atividade que o governo deseja e, assim, “distanciá-las de ações consideradas como potencialmente ameaçadoras” (Teodósio, Chagnazaroff e Souza; 2004:3) e, ainda, a dissolução; através desta o Estado estabelece condições que lhe permite o controle sobre as ONGs para aprovar ou não suas atividades, limitando a abrangência de ação da ONG ou fechando a organização, caso necessário.

Um outro problema para a questão do controle das ONGs pelo Estado é a sua “natureza descentralizada, segmentada, difusa e ao mesmo tempo internacionalizada” (Fernandes, 1995:22) que dificulta o controle sobre as mesmas, nesse caso, as ONGs pequenas estão sujeitas a menor controle do que as grandes organizações. Outra relação do Estado com as ONGs, destacada por Deise Benedito da ONG Fala Preta! é a de oportunismo, isto é, o apoio às organizações muitas vezes realizado somente em períodos eleitorais e também a apropriação deliberada de projetos de ONGs (sem conferir às organizações nenhuma espécie de reconhecimento) ou a participação apenas na visibilidade do projeto, sem que concorra por fornecer quaisquer recursos às ONGs.

No que concerne o desenho de políticas públicas, Teodósio, Chagnazaroff e Souza citando Hulmes e Edwards (2004:5), destacam que essa ainda é “uma questão que recebe pouca atenção na agenda do Estado, em comparação com itens relacionados com ajuste estrutural, políticas macroeconômicas e a reforma do setor público”. Todavia as ONGs estão trabalhando na busca de

maior inserção junto à agenda do Estado, especialmente quando publicizam questões específicas, quando buscam um protagonismo nas ações da chamada sociedade civil. Nesse aspecto, podem, segundo Teixeira (2001) estar “minando o desenvolvimento social”, isto é, trazendo as suas questões para dentro de seu público e não as questões de seu público para dentro da ONG (encarado de forma mais positiva). Aqui é preciso cautela, pois o que ocorre, na prática, é um intercâmbio de informações. Certamente, esse nem sempre é igual, e as ações de empoderamento costumam apontar para isso, como podem reforçar a idéia de que esse público-alvo não é tabula rasa, necessariamente possuidor de uma visão segmentada da realidade, cabendo a ONG o papel de educação política, ou seja, uma instância produtora de verdades. Tendo como ponto de partida a relação de troca entre ONG e público alvo, essas organizações poderiam estar contribuindo para o que Souza (2001) caracterizou como “chamar os desorganizados à sociedade civil<sup>8</sup>”.

Por sociedade civil utilizamos a definição dada por Cohen e Arato (1992) “o enquadramento institucional do moderno mundo da vida estabilizado por direitos fundamentais os quais incluirão no seu conjunto a esfera do público e do privado sob o ponto de vista do mundo da vida”. Acrescenta-se que, para os autores, sociedade civil se define em termos de associações sociais que transpassam as relações de classe, um espaço para a experimentação social, para o desenvolvimento de outros modos de vida. Em relação ao público da sociedade civil, permanece a idéia de multiplicidade, com espaços para os grupos não institucionalizados organizados. Os autores fazem distinção entre sociedade civil e sociedade política, esta última é o espaço em que

---

<sup>8</sup> Com a ressalva que nem todo o público para quem essas organizações se dirigem está desorganizado, ao contrário, muitos são selecionados pelas ONGs em virtude de atividades relacionadas à liderança comunitária, participação em conselhos, fóruns, entre outros; assim, é justamente por encontrarem-se articulados que se vinculam à organização. Esse é o caso da seleção para receber o curso de capacitação para Promotora Legal Popular, realizado pelas ONGs Thêmis e Geledés: como critério de seleção, as integrantes devem ser obrigatoriamente alfabetizadas e, preferencialmente, lideranças comunitárias.



se defende a autonomia de grupos, a articulação dos conflitos entre os mesmos, que têm na esfera pública (instituições) sua dimensão principal, mas não está a essa reduzida, dada a importância ao conflito. Ao mesmo tempo, negam a total separação entre essas duas sociedades, pois é duvidoso que as formas apolíticas de solidariedade e de vida dos grupos independentes sobrevivam sem prescindir da sociedade política. Paralelamente, é desorientador identificar sociedade civil com liberalização e sociedade política com democratização, como se uma pudesse agir independentemente da outra. O processo de transição prescinde dos meios institucionais. Dessa maneira, a sociedade civil deve ser auto-reflexiva sobre seus temas e normas e sua limitação frente à sociedade política.

Os autores acreditam que o fortalecimento da sociedade civil pode ocorrer quando suas demandas, processadas por conselhos e outros mecanismos e espaços tornam-se políticas públicas que orientam as ações governamentais, isto é, quando o Estado prescinde dessa representação social que discuta e formule proposições. Esse é o objetivo de muitas organizações da sociedade civil, na qual estão inseridas as ONGs. Novamente, a palavra “representação” aparece. Segundo Fernandes (1994:67) “o valor das ONGs deriva do que fazem e não de quem representam”, com isso, o autor exclui, de antemão, o debate sobre representatividade dessas organizações. Entretanto, é justamente vinculado às ações que as ONGs realizam que se insere, no discurso dessas organizações, a função de representação da sociedade civil e, em certos momentos, essa função é legitimada pelo Estado: quando as ações de ONGs conseguem se transformar em políticas públicas<sup>9</sup>. Assim, as ONGs estariam concorrendo para ser as “representantes da

---

<sup>9</sup> É o caso dos Grupos de Apoio aos Portadores de HIV (GAPAs) que conjuntamente com movimentos sociais, associações de classe, universidades, conseguiram, em 1986, a formação da Comissão Nacional de AIDS (CNAIDS) que constituiu-se como o “*Fórum Permanente para propostas e formulações de políticas públicas de enfrentamento da AIDS e é a instância consultiva mais importante do Ministério da Saúde*”. (Página eletrônica do Ministério da Saúde, 2005).

sociedade civil”, uma representação não oficial, que busca quebrar o monopólio da representação estatal, procurando um reconhecimento público como agentes políticos autônomos, contribuindo para a construção de espaços públicos de tematização de um número variado de questões, de debates, proposição e denúncias, atuando dentro do que Seyla Benhabib (2002) chama de “esfera pública<sup>10</sup> não oficial”, levando as questões dessa esfera para dentro das instituições do Estado, ou seja, para dentro da esfera pública oficial.

Fazendo a ressalva dos poucos momentos em que essas ações transformam-se em políticas públicas as quais podem se estender para o conjunto da sociedade, a “representação” das ONGs é bastante pontual. Como não é representação formalmente delegada, como o é a política, que tem no voto o argumento de legitimidade, abre-se lacuna para a crítica, nem sempre infundada, de que as ONGs sequer representam um público específico, dando publicidade para as questões desse, e sim, se auto-representam, crítica reforçada pelo argumento de que, apesar da boa-vontade e do voluntarismo presente em algumas dessas organizações, as ONGs não têm o compromisso com algo básico, próprio do Estado: a universalização dos serviços prestados. Dentro desse contexto, não há nenhum comprometimento formal de essas organizações resolverem problemas públicos por completo. Elas podem concorrer para minimizá-los, porém não têm o compromisso com a universalização, com a igualdade (quando estendida para públicos diferenciados daqueles em que a organização atende). Na sociedade civil encontra-se o princípio da liberdade (sem incorrer na associação imediata com liberalização, redutora para Cohen e Arato), na qual também há espaço para formas de associação as quais, conforme Teixeira (1995), podem promover a

---

<sup>10</sup> Aqui entendida, como o locus onde as pessoas se relacionam como iguais. Ponto relevante no livro “The Claims of Culture” (2002) é a proposta da autora, Seyla Benhabib, do modelo ao qual denomina: “Dual Track Approach”, isto é, considera a existência de duas esferas públicas: a primeira abarcaria as instituições representativas, isto é, a esfera pública oficial e a segunda, as associações civis, grupos, movimentos sociais; estaria dentro do que a autora denomina “esfera pública não oficial”.

sociabilidade num contexto individualista. “Em suas atividades, os fins coletivos e os bens coletivos são percebidos como respondendo aos interesses individuais dos envolvidos. A vida pública se inscreve nas iniciativas particulares” e, através de seu exercício da liberdade exercitam-se as formas de controle do Estado, sem substituí-lo, ou seja, sem entrar na lógica de livrar o Estado do compromisso com a questão social, assumindo-a, pois quando o Estado se desonera de suas funções básicas, pode dificultar às ONGs a realização de atividades como a formulação e a fiscalização das políticas públicas (formas de interagir com a institucionalidade), ficando-lhe, como ressaltado anteriormente, o mero papel de executor das políticas estatais. Neste aspecto, é bastante visível a pouca ocorrência de atividades de “monitoramento e elaboração de políticas públicas”, bem como de advocacy e pressão política (site ABONG, 2005) nos programas de ONGs concernentes à geração de renda, por exemplo, (aqui o meio termo é quase inexistente: ou estão completamente vinculados ao Estado, ou trata-se de iniciativas particulares que não prescindem desse); em contraposição com programas de gênero, de direitos humanos, de meio ambiente e de AIDS, mais incisivos nas estratégias com relação ao Estado.

## 2.4 Da relação com o Estado ao empoderamento: o direito a ter direitos.

Em relação ao não compromisso formal das organizações da sociedade civil (dentre as quais as ONGs), com a igualdade, acima referido, apontamos que, no tangente ao empoderamento, o que se está buscando é a ampliação do patamar de igualdade (de públicos específicos). Isso se efetua pelo princípio da universalização da igualdade a partir da perspectiva

da diferença (exercida através da liberdade) que englobaria interesses, em princípio, individuais, a serem discutidos, agregados e tornados coletivos e reconhecidos dentro do que Benhabib (2002) caracteriza como esferas públicas oficial e não oficial.

Com o objetivo de tornar as relações mais iguais, é que a idéia de empoderamento começa a se esboçar. No Brasil, o termo “empowerment”, já traduzido para “empoderamento” e trabalhado por autores como Lisboa (2000), Deere e Léon (2002) e Pinto (2003), é largamente utilizado pelas ONGs (site ABONG, 2005), e, freqüentemente, aparece nestes espaços o verbo: “empoderar”. Na tentativa de dotar o termo de significado, num primeiro momento, é possível inferir que o empoderamento seja: “revestir, dotar indivíduos de poderes”. Inicialmente, pode ser assim compreendido: fornecer uma formação (capacitar, no vocabulário das ONGs) para o acesso desses indivíduos a direitos, envolvendo o “reconhecimento, por essa população, do direito a ter direitos”, para, a partir daí, facilitar o acesso dessa ao Estado. Todavia, há que ter o cuidado de compreender o empoderamento para além do âmbito jurídico, pois além dessa “capacitação” ser estendida para outros enfoques como, por exemplo, projetos de reforço de auto-estima, ela pode envolver algo que ultrapassa o relacionamento indivíduos (agrupados ou não) e Estado, para abarcar questões que se estendem à sociedade como um todo: é o caso das lutas por reconhecimento, aspecto que abrange as discussões concernentes à igualdade-diferença.

Dentro dessa lógica, lembramos o trabalho de Pinto (1999) no qual, através das noções de exclusão e inclusão desenvolvidas por Foucault, analisa, ao longo da história brasileira, os sujeitos de direitos (revestidos de poder), através das sucessivas constituições, respondendo quais foram os excluídos e os incluídos pelas elites e em que condições. As cartas constitucionais refletem essas exclusões e inclusões no mundo público, isto é, as condições de cidadania.

O critério de inclusão ou de exclusão, segundo a autora, é a capacidade de os sujeitos (já existentes ou novos, constituídos pelos mesmos critérios) estarem discursivamente definidos, diretamente proporcional no que tange a inclusão, mas inversamente no que se refere à exclusão. Por outro lado, a autora aponta para a dissolução da linha divisória entre excluídos e incluídos – ninguém é totalmente incluído, nem totalmente excluído – e aponta a perda de uma identidade unificadora, pois o excluído deseja se tornar incluído, o que criará espaço aberto para novas formas de poder pelos grupos dominantes. Pinto constata que a última constituição é mais incluyente em relação às primeiras, e, diferentemente das outras, começa pelos direitos e garantias e não pela constituição do Estado – reflexo de lutas anteriores nas quais tomam parte partidos, movimentos sociais e uma série de organizações da sociedade civil.

A partir de múltiplas exclusões e inclusões as quais os sujeitos estão submetidos é que o debate sobre igualdade e diferença começa a ganhar contornos, aspecto fundamental para a reflexão sobre o empoderamento. Um dos problemas que o empoderamento se propõe a solucionar, e talvez este seja o seu maior desafio para o caso brasileiro, é buscar soluções para a questão da desigualdade. Ou seja, é possível, através do empoderamento, elevar o patamar de igualdade dos sujeitos envolvidos nesse processo, fazer com que esses sujeitos saiam de uma situação de exclusão para uma de inclusão? Inicialmente, trata-se de discutir qual é a percepção de igualdade que está em pauta quando estudamos o empoderamento. Para chegar a esse debate, e visando à compreensão mais alargada do assunto, começaremos pela abordagem de um conceito mais amplo: o universalismo.

Benhabib (2002) propõe uma ruptura com o universalismo substitucionista em prol do universalismo interacionista. O primeiro está fundamentado na idéia de que há um “universal”

definido e válido para todos – indiferente a fatores como cor, raça, gênero e crença religiosa. Prevalece, nesse caso, a noção de que exista uma natureza humana fundamental, comum a todos os indivíduos, e que, por essa razão, deva ser regida pelos mesmos critérios: esse universalismo é normativo, imparcial, objetivo e, sobretudo, para a autora, é etnocêntrico, pois pressupõe o conhecimento dos ocidentais sobre os outros. Essa generalização sobre o ocidente tende a ser facilmente falsificável por sua homogeneidade, porque embotam a percepção de modelos culturais mais complexos que as sociedades podem abranger. Para escapar dessa totalidade homogênea, congruente, a autora propõe o universalismo interativo. O último viria a romper com a suposição que o universal deve ser fixo, para isso subtrai do universal esta permanência. Isso não significa extrair-lhe toda a fixidez, porque há que existir algo em que este possa estar sedimentado, um significante a ser mantido, até que novo conteúdo o substitua. Assim, nesta proposta, a fixação de conteúdos é contingencial, o que significa que, as exclusões que ocorrem jamais serão definitivas, pois haverá sempre a possibilidade desse universal incorporar mais alguém.

Para que o universalismo interativo possa efetivar-se é preciso escapar ao enclavismo entre as culturas, ou seja, a interpretação de culturas como totalidades fechadas; para isso, Benhabib sugere o diálogo cultural complexo, no qual há interpenetração das tradições e discursos e o processo de reconstituição reflexiva das identidades coletivas. O universalismo interativo defende a multiplicidade e parte do princípio de uma igualdade construída sobre critério moral: para a autora, todos são iguais em moral, independentemente de raça, gênero, etnia, língua, sexo, religião e cultura. Para a cientista política, compreender o outro não é apenas um ato cognitivo, é uma ação moral e política – a compreensão torna-se um imperativo metodológico, a partir do ponto de vista de quem construiu o significado. Tendo como ponto de partida a pergunta: “quem somos nós

e quem são os outros?” É possível ampliar os horizontes de compreensão pela mesma quebra de comunicação que pode gerar hostilidade e indiferença, especialmente quando as diferenças são confrontadas. Os diálogos são para desafiar e desalojar uns aos outros e, ainda que algumas conversas sejam confrontações, podem forçar a revisar posições; assim, o confronto entre culturas diferentes está produzindo, além de uma comunidade de conversa, uma comunidade de interdependência e também de hibridismo: as culturas (que não devem ser vistas como totalidades homogêneas), ao se depararem umas com as outras, sofrem contaminação e da diversidade daí oriunda se reconstitui o universal.

O modelo de Benhabib parece dar muito pouca atenção às relações de poder existentes no que denomina diálogo cultural complexo; nesse, a comunicação busca sempre um consenso, tenta ser a mais distorcida possível, é o que Chantal Mouffe (2000) aponta como “pluralismo sem antagonismo” – antagônico entendido como a presença que não deixa o outro se completar, como um limite contingente. Seyla Benhabib, tal como Mouffe, prevê um consenso não em prol de um universal definido aprioristicamente, mas de um universal construído diariamente, um consenso que dê conta das diferenças. No entanto, há, conforme Mouffe, um enorme risco de esvaziamento do político - não significando que esse deva ser dissociado da preocupação com a ética ou com a moral-, uma vez que Benhabib não dá o devido relevo às relações de poder em sua análise e, com isso, o que lhe são intrínsecos: traços de inclusão e inclusão nessas incluídos.

Talvez a maior contribuição do modelo de universalismo interativo apontado por Benhabib seja a de que nesse, a idéia de reconhecimento tem mais espaço, essencial quando se começa a refletir sobre a diferença. Nessa lógica, Nancy Fraser (2003) contribuiu trazendo as discussões sobre as políticas de reconhecimento para dentro do debate universalista, sem cair no

essencialismo cultural. Aportou conteúdo analítico e empírico e a perspectiva de se igualar à política de reconhecimento com a de identidade. Reconhecimento, para Fraser, não deve ser visto apenas sob o ponto de vista da cultura ou da economia, o último, como um epifenômeno da redistribuição, embora, salienta, não deva estar dissociado dessa; o reconhecimento está relacionado a perspectivas distintas (por exemplo, étnicas, raciais) e pressupõe intersubjetividade e consentimento intra-público e geralmente pertence à esfera da ética: está relacionado com diferentes noções de “boa-vida” e auto-realização. O debate referente à noção de reconhecimento está associado às atuais discussões concernentes à paridade participatória, principalmente quando estas trazem no seu escopo a questão da diferença para dentro da esfera pública e, a partir dessa questão, buscar caminhos para resolução do problema da injustiça social. Paridade para a autora significa a condição de os membros de uma sociedade poderem atuar em iguais condições com os outros, de interagir com esses como pares. Para isso, duas condições são necessárias: a distribuição de recursos materiais de forma a assegurar independência econômica aos participantes e a segunda, a que a autora chama de “condição intersubjetiva”, é o igual respeito entre os participantes para que se garanta oportunidades iguais de participação. Essa segunda condição está intrinsecamente ligada à primeira, dado que Fraser relaciona fortemente a construção da intersubjetividade individual com as condições econômicas dos indivíduos; neste caso, tem o cuidado de não avançar nas discussões sobre o mérito, sendo esse mais um efeito profundamente relacionado à situação econômica e sócio-cultural do indivíduo do que uma contingência, aliás, se há contingência ela é o fruto dessa situação.

Fraser percebe um equívoco nas demandas dos novos movimentos sociais que minimizam ou não tematizam as questões concernentes às desigualdades econômicas, uma vez que a separação entre as dimensões culturais e econômicas lhe é falsa. O problema é como



conceitualizar reconhecimento cultural e igualdade social de forma que uma demanda não enfraqueça a outra; nessa direção, a autora se propõe a fazer esquemas analíticos que conciliem essas demandas, apontando alguns “remédios” para solucioná-las, que, algumas vezes, parecem controversos. O remédio para as injustiças econômicas é buscado na reorganização do trabalho, na redistribuição de renda, por exemplo. Nesse sentido, Fraser reconhece a existência de uma eficácia valorativa nos fatos econômicos de redistribuição, embora não chegue a explicar teoricamente o modo como essa eficácia se efetivaria. Para a injustiça cultural, busca a nova avaliação de identidades marcadas por discriminação e estereotipagem, a transformação de padrões sociais de representação visando mudar a forma de auto-interpretação desses para a comunidade política. Toma como exemplos as demandas por questões de gênero e raça. Nesse caso, os remédios podem ser contraditórios, uma vez que aí se afirma tanto o princípio da igualdade, quanto o da diferença. Para resolver esse dilema, a autora propõe estratégias de afirmação e de transformação. A primeira deve corrigir os resultados não desejados, sem mexer na estrutura em que estão inseridos; a segunda corrige resultados, transformando as estruturas. A meta é a substituição de hierarquias sociais por redes de diferença, cabendo a cada grupo, a cada movimento social mostrar como é afetado pelos dois tipos de injustiça e propor estratégias de transformação. No que pese a referência feita a uma falta de tematização para as questões econômicas dos novos movimentos sociais, Fraser parece voltar sua atenção apenas aos países desenvolvidos, que têm a questão econômica menos premente na pauta das reivindicações. No caso brasileiro, o movimento negro, com integrantes em organizações não governamentais que tratam de questões de afros-descendentes, estaria, com relação à autora, na contracorrente, pois justamente seus participantes afirmam a desigualdade econômica como um empecilho a sua plena

auto-realização. O discurso de Maria Luiza, integrante da ONG Maria Mulher, dá relevo a esse aspecto:

“Mas havia a compreensão da organização de que a população negra tem mais dificuldade de acessar a justiça em função de aspectos da relação de raça e dos aspectos econômicos, porque acessar a justiça é algo que requer dinheiro aqui no Brasil. Não deveria ser, mas funciona assim”.

Com relação à diferença, Iris Young (2000) opõe-se àqueles que vêem a política da diferença como forma de os grupos representarem interesses próprios e com isso, criarem públicos de self-interest, atrapalhando a democracia; a autora acredita que a diferença social deva ser vista mais como um recurso do que como uma obstrução. Ao mesmo tempo, salienta ser redutor pensar as políticas de diferença apenas como políticas de identidade. Para Young, o público democrático não chega a um discernimento político colocando as diferenças entre parênteses, mas conduzindo-as para a discussão. A comunicação da diferença ajuda a corrigir o bias derivado da dominância de perspectivas parciais sobre o problema e sua possível solução.

José Murilo de Carvalho, relativamente ao âmbito das diferenças, sublinha que alguns cidadãos precisam de mais recursos para ser tratados como iguais (Carvalho, 1998). É possível que sejamos iguais na chegada, porém não o somos na saída. Nesse caminho, a prática do empoderamento pode ser uma afirmação positiva e eficaz quando se tenta elevar o patamar de igualdade sem abrir mão do direito à diferença. Santos, citado por Liza (2001), lembra da “importância de reivindicar a igualdade quando a diferença inferioriza e o direito à diferença quando a igualdade descaracteriza”.

Trabalhando sobre a perspectiva de empoderamento dos governos e, sobretudo, das sociedades locais, Souza (2001) o associa ao debate sobre a descentralização – vista como um dos principais instrumentos de promoção do desenvolvimento e, ao mesmo tempo, como estratégia para a redução do papel do Estado. Como resultado da descentralização, tem-se a possibilidade de maior envolvimento dos governos locais na prestação de serviços sociais e também o questionamento se a mesma aumentou o poder de segmentos da sociedade local antes excluídos do processo decisório (Souza, 2001:22). Esses segmentos poderão ter seu poder aumentado através da participação.

Souza (2001) destaca dois significados para a participação: a participação como voz e a participação como empoderamento. No primeiro, a participação é uma forma de integrar os desorganizados à chamada sociedade civil, gerando capacidade de influenciar (não de decidir) sobre questões que lhe afetem diretamente. Já a participação como empoderamento significa que pessoas ou grupos anteriormente excluídos do processo decisório conscientizam-se da sua exclusão e como consequência, passam a participar do jogo político com o objetivo de modificar sua condição política e social. A idéia de empoderamento implica a tomada de consciência sobre injustiças e iniquidades, mas, ao mesmo tempo, implica a crença nas possibilidades da ação coletiva para promover mudanças (Souza, 2001:30).

Lisboa (2000) vê no empoderamento a dimensão psicológica dada por Friedmann (1996), nesse sentido, adquirir autoconfiança é fundamental para a luta pelo empoderamento. Lisboa tenta mostrar que este se efetiva através de um processo de conscientização, via conhecimento de interesses comuns, dentro de uma comunidade, com três momentos distintos: engajamento e reivindicação, integração e ação, conscientização. A organização em grupos é fundamental para

que o processo de empoderamento consiga obter ganhos políticos, idéia também trabalhada por Collins (1991).

Tendo presentes as discussões acima como ponto de partida para análise, nossa atenção se direciona, agora, para os próximos capítulos, nos quais abordaremos as ONGs como espaços de empoderamento.

### 3. O empoderamento nas ONGs de São Paulo: Geledés e Fala Preta! – a trajetória de vida das integrantes.

Neste capítulo, e no próximo, trataremos de analisar as ONGs como espaços de empoderamento dos membros a elas ligados organicamente. Faremos um breve histórico das organizações selecionadas, visando o entendimento inicial do campo da pesquisa e, a seguir, o estudo da trajetória de vida das integrantes entrevistadas. O objetivo é compreender, através das trajetórias, os processos de formação dessas lideranças - verificar similitudes e diferenças entre esses - e realizar um estudo sobre as ONGs e o empoderamento a partir do conteúdo do discurso dessas líderes. Nossa atenção volta-se, agora, à apresentação das ONGs paulistas.

A Geledés – Instituto da Mulher Negra - foi fundada, em 1988, na capital paulista. Geledé é originalmente uma forma de sociedade secreta feminina, de caráter religioso, existente nas sociedades tradicionais yorubás, que expressam o poder feminino sobre a fertilidade da terra, a procriação e o bem estar da comunidade. A Geledés iniciou suas atividades desencadeando uma estratégia para dar visibilidade ao problema racial do Brasil. Na década de 90, participou de todas as conferências mundiais convocadas pela ONU com o objetivo de sensibilizar governos e sociedade civil para a discussão do processo crescente de exclusão das populações pobres e discriminadas e impulsionou “o debate político sobre a necessidade de adoção de políticas públicas inclusivas para a realização do princípio da igualdade para todos” (site Geledés, 2003). A missão da Geledés é “o combate ao racismo, ao sexismo e a valorização e promoção das mulheres negras em particular e da comunidade em geral” (site Geledés, 2004).

A Fala Preta! – Organização Negra para o Terceiro Milênio - foi fundada em 1997, quando algumas integrantes da Geledés decidiram dessa se desvincular e fundar nova ONG. A Fala Preta! direciona suas atividades para defesa dos direitos humanos e cidadania da população negra, “visando o acesso à educação e capacitação de recursos humanos e a qualidade de vida através de padrões sustentáveis de produção, consumo e serviços adequados de saúde, incluindo sexualidade, saneamento básico, habitação e transporte”. (site da Fala Preta! 2005). A missão da ONG é a de promoção do desenvolvimento humano sustentável, trabalhando pela eliminação de todas as “formas de discriminação e violência, especialmente a discriminação étnica racial e de gênero, com base nos princípios éticos da igualdade, equidade e justiça, na promoção da qualidade de vida e no respeito aos direitos humanos e reprodutivos”.

Temos, neste momento, a partir das apresentações acima expostas, uma idéia dessas organizações; agora, elas serão mencionadas, descritas e analisadas na medida em que apresentarmos o discurso das integrantes que mantém vínculo mais orgânico com as organizações. As duas primeiras entrevistadas fazem parte da Geledés e as duas últimas, da Fala Preta! Passaremos, pois, à trajetória de vida dessas integrantes: essas narrativas fornecerão elementos-chave para compreensão das ONGs e dos processos de empoderamento a elas vinculados.

## 3.1 Trajetórias de Vida

### 3.2 Solimar Carneiro

Solimar Carneiro integra a Geledés desde a sua fundação. Na ONG, trabalha diretamente com os projetos Brio, Promotoras Legais Populares e o Instituto de Formação Superior Afro (ISFA), os quais veremos, mais detidamente, no quarto capítulo. Paulista, 49 anos, filha do meio de uma família de sete irmãos. O pai, ferroviário, sempre dizia aos filhos: “ que a gente teria dificuldades na vida, não só em função de sermos pobres, mas particularmente por sermos negros, então, quase que indiretamente, estas questões sempre permearam a família (...) todos, podem não ser militantes, mas todos têm consciência racial”. A mãe, secretária até o casamento, após, a pedido do pai, abandonou a profissão e começou a trabalhar em casa como costureira: “mas largou toda a perspectiva profissional que ela tinha, uma situação muito comum para mulheres negras”. Solimar estudou em escola pública, aprendeu datilografia e taquigrafia com sua mãe e, a partir desse aprendizado, começou sua trajetória profissional. Primeiramente trabalhou no Unibanco, após, na Unicef e, a seguir, no Banco Mercantil, para, depois, trabalhar como secretária na prefeitura, na área de Planejamento e, a seguir, na de Secretaria de Departamento - sempre a serviço dos secretários, independentemente de partidos. Aliás, nunca teve filiação partidária, embora nutrisse simpatia pelo Partido dos Trabalhadores. No trabalho junto à prefeitura, o tratamento diferenciado: “as pessoas chegavam e procuravam a secretária, imaginado que eu não poderia estar ocupando aquele lugar - as pessoas são julgadas pela cor da pele, com frequência”. E a réplica de Solimar: “eu sempre lidei com isso não com bom humor, mas de uma forma que as

peças percebessem qual era a prática que elas estavam fazendo”. E, a partir do momento em que começou a militar no movimento negro, narra, passa a ser mais enfática contra práticas percebidas como discriminatórias.

Solimar iniciou o curso superior em arquitetura e, após, trocou para História. Não se identificou com nenhum. Concomitantemente, a vida profissional lhe tomava grande parte do tempo – o que lhe estimulou a desistência, não completando a formação superior. Viveu sob o período da ditadura, todavia, não tomou parte na militância de esquerda da época. Começou a acompanhar as atividades da irmã mais velha, Sueli Carneiro, filósofa, que, neste momento, voltava as suas preocupações para a questão racial no Brasil. Solimar ainda não estava no movimento negro, esse, oficialmente, não tinha sido “fundado”. Em 1978, ocorre a passeata da criação do movimento negro na cidade de São Paulo, da qual participou. Embora, contemporize, o MNU (Movimento Negro Unificado) tenha origens anteriores, utilizando, como exemplo, a existência da Frente Negra Brasileira, na década de 40. A passeata foi um marco. A partir do MNU, Solimar passou à participação mais ativista: “na verdade todos nós saímos do MNU, todos nós, assim, as organizações de São Paulo”. Em São Paulo, foi criado o Conselho Estadual da Condição Feminina (1986); logo, houve a percepção que nenhuma das conselheiras indicadas era negra, dessa reflexão, nasceu o Coletivo Mulheres Negras de São Paulo (1987), que levaria à pauta o debate sobre o papel da mulher negra dentro do Conselho Estadual.

Vimos, nas linhas anteriores, o início da biografia de Solimar. Desde cedo, o pai lhe apontava as desigualdades pela condição econômica e racial: “eu acho que a questão da militância, sem saber, ela começa em casa”, explica. Perspectiva que não abandonou, ao contrário, permearia cada vez mais sua trajetória. Teve formação em casa que cedo lhe permitiu alcançar



postos de trabalho - os quais não era comum serem ocupados pela população negra. Nestes cargos, pôde averiguar o choque de valores que ocorria, constantemente, com parcelas da população branca e, como decorrência, dirigiam-lhe práticas discriminatórias. A perspectiva “raça”, percebida em seu ambiente de trabalho, foi o combustível para que acompanhasse as atividades da irmã, participasse das discussões anteriores à passeata do MNU e ingressasse, efetivamente, nesse movimento. A partir daí, cresceu o seu ativismo por maior ocupação de espaços para a população afro-descendente; como exemplificou, tomou parte nas discussões sobre a participação de mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina. Solimar afirma que todas integrantes das organizações de São Paulo vieram do MNU, afirmação que não se constata em todas as entrevistas e na consulta bibliográfica, como poderemos constatar. No entanto, o apontamento de Solimar é valioso porque, de fato, essa origem se confirma em grande parte dos casos - especialmente, nos quadros iniciais dessas organizações.

Em 1988, é fundada a Geledés. Nessa época, Solimar trabalhava meio turno com projetos sociais - como a “Casa da Menina-mãe”, ligados à prefeitura – e, meio turno na ONG. A partir de 1992, dedica-se integralmente à organização. A Geledés, como define, é uma organização negra feminista: que tem seus trabalhos voltados para mulheres, mas também para homens: “discutindo com os homens, desta necessidade, de construção de um novo homem negro que perceba a sua companheira com outros valores, e que perceba a condição feminina de outros valores” partindo de uma ótica feminista - realça: “não estereotipada” - e incorporando sempre a questão racial ao debate. Nesse aspecto, sublinha Solimar, houve a dificuldade inicial do movimento feminista de incorporar a questão de raça para dentro das discussões sobre gênero. Todavia, atualmente, no décimo encontro feminista, a questão racial deve perpassar todas as discussões, o que atribui como conquista da população negra. Esse discurso, entretanto, é “matizado” por Nilza Iraci,

também integrante da ONG, quando ressalta a necessidade de trabalhar essa questão constantemente: “estamos fazendo o 10º encontro feminista Latino Americano (...) ainda hoje, se não tem uma mulher negra lá, a questão não entra, ainda não foi incorporada como uma questão de todas as mulheres”. Fala que dá destaque para a permanência das dificuldades quanto à colocação da pauta racial.

Na época da criação da Geledés, todas fundadoras estavam trabalhando em suas áreas: “Edna dava consultoria na área da saúde, a Sueli trabalhava na CT, eu, na prefeitura, a Sandra era oficial de justiça; Ana Lúcia trabalhava na FEBEM, a Lúcia era psicóloga - a Maria Lúcia, mãe de Santo; a Silvia era psicóloga, a Lia era professora”. Reuniram-se na casa de uma das integrantes, ainda não tinham sede, fundaram a ONG e foram em busca de recursos. Conseguiram com a Fundação Ford, através do projeto SOS Racismo, que consolidou o estabelecimento da ONG. Não mantinham relações com o Estado na época, o que surgiria a partir de 1996, através de parceria com o Ministério da Justiça: “a gente não tem muita relação com o Estado, a não ser com os órgãos que a gente considera estratégicos, por exemplo, Secretária da Justiça”. Todavia - tal qual Deise Benedito, da Fala Preta!-, salienta a relação de oportunismo do Estado: “A relação, às vezes, é de oportunismo, às vezes, é de pura necessidade, porque a questão tem que ser discutida, aí a organização é chamada”. O que é indício da obtenção de espaços, pela ONG, na agenda estatal, colocação que aparecerá também em outras falas. Quanto ao mercado, a partir do final da década de 90, a organização procura, junto a empresas, financiamentos para seus projetos: “nós somos também a primeira organização a estabelecer parcerias com as empresas, em 99”. Estratégia adotada especialmente em um momento que os financiamentos internacionais estão escassos. A diminuição dos recursos fez com que a ONG também limitasse o quadro de

funcionários - na década de 90, chegaram a ter sessenta pessoas trabalhando. Hoje, conta com vinte e três pessoas na folha de pagamento.

Os recursos, na fase inicial, logo foram obtidos (com a Fundação Ford), e a ONG conseguiu se estabelecer rapidamente. Quatro anos depois da fundação da Geledés, Solimar iria dedicar-se integralmente à organização. Com o tempo, a ONG estabeleceu relações com o Estado, com destaque para o monitoramento de políticas públicas e, mais do que isso, a proposição estratégias pela ONG e pelo movimento social que, assim espera Solimar, venham a se tornar políticas públicas – ainda que esteja consciente do “oportunismo” encontrado na relação com os agentes estatais. Apesar disso, “o Estado reconhece que é um Estado racista, o Estado reconhece que é uma dívida histórica para com esta população e com a população indígena, então, é confortável, do ponto de vista, de ver que não foi um trabalho em vão”. Neste trecho, Solimar sublinha as lutas dessa população por reconhecimento, travadas com o Estado e também com a sociedade em geral: “tem uma situação em que a sociedade reconhece, a despeito dos racistas de plantão, mas a grande maioria da sociedade reconhece o racismo (...) isso tudo, geração espontânea? Isso é fruto do movimento que está aí a 25 anos”. O que está próximo da perspectiva de Fraser (2003), apontada no capítulo primeiro, quando relaciona reconhecimento a perspectivas distintas - como, étnicas, raciais – e pressupõe consentimento intrapúblico com relação a perspectivas distintas de vida. O reconhecimento é tido como o passo inicial para resolver problemas de injustiças sociais, discussão que será retomada quando examinarmos a trajetória de Elisabete Pinto, da Fala Preta!

Quanto ao empoderamento, Solimar destaca: “é oferecer condições para que as mulheres se fortaleçam, e eu acho que em todos os níveis, em nível pessoal, no nível profissional; poder fazer com que essas mulheres tornem-se responsáveis e condutoras de suas vidas e possibilitem,

inclusive, o conhecimento de outras mulheres”. Isso ocorre com o público-alvo e com as integrantes da ONG: “para nós é uma necessidade, porque senão, em 88, a gente tinha dançado, mas hoje têm outras necessidades que faz com que a gente procure se aperfeiçoar”. O empoderamento, assim, está relacionado à autonomia pessoal, a aquisição e repasse de conhecimentos, aspecto que também será destacado nas demais trajetórias.

### 3.3 Nilza Iraci

Nilza Iraci faz parte da Geledés desde que foi fundada e trabalha na área de comunicação, atuando no que concerne às estratégias de visibilidade da ONG. Atualmente trabalha com publicações, articulação da ONG em diferentes espaços e com o uso de novas tecnologias de informação. É paulista, de São José do Rio Preto, onde passou sua infância. Família de sete irmãos. O pai abandonou a mãe quando Nilza ainda era bebê: é a caçula dos quatro filhos que nasceram daquela união. A mãe educou-os sozinha, tendo que enfrentar enormes dificuldades econômicas e o alcoolismo. Ao mesmo tempo, desejava que esses filhos estudassem, “dessem certo”, como forma de provar para sociedade que, mesmo abandonada, conseguiria manter a família. Esses filhos estudaram até o primeiro grau. Após quase dez anos de procura pelo marido, ela casou-se novamente e teve mais três filhos. Os irmãos de Nilza foram rapidamente casando - para sair da opressão familiar ou, mesmo, para reproduzi-la. Quando Nilza completou dez anos, a família mudou-se para São Paulo. Nesse período, Nilza começou a trabalhar como babá, depois, relata, “ascendi. Eu ascendi pra ser operária e depois eu ascendi pra trabalhar num escritório”. Nilza rebelou-se contra a reprodução do modelo familiar e, a partir dos catorze anos, período em que trabalhava na fábrica durante o dia e estudava à noite, ingressou na militância. Era o ano de

1964. Aos poucos, adquiriu contatos com a militância de esquerda. Em 1968, sua mãe faleceu, deixando-lhe o cuidado de três de seus irmãos. Muito próximos à marginalidade, Nilza os matricula em escola particular, tentando resgatá-los desse limiar. Concomitantemente, na escola, ela viveu “uma certa esquizofrenia” porque confrontou o quadro familiar, de extrema pobreza, de desagregação, de problemas, com a realidade de seus colegas do movimento estudantil, que tinha um viés de classe média:

“e eu encarnava aquilo do que eles falavam. Eu era operária, eu morava na periferia, eu morava, não era uma favela, mas era muito próximo ao que seria uma favela hoje, vivendo todas as contradições sociais (...). Então, eu encarnava esse movimento social de um lugar onde não era muito comum. As pessoas que eu convivia, as pessoas falavam dessas pessoas que eu era, então tinha uma certa novidade aí: eu ser uma militante, estar no movimento estudantil eu vivi muita contradição, muita esquizofrenia neste movimento”.

Os colegas conheciam sua condição social e tentaram glamourizá-la: “nossa operária de plantão”, o que Nilza jamais permitiu. A escola era pública e considerada modelo, freqüentada, conforme Nilza, pela classe média e pela elite também. Ali “havia sempre uma certa insatisfação do lugar onde eu estava. Por isso que eu chamo de esquizofrenia, por que eu freqüentava essas pessoas, eu freqüentava esses lugares, eu ouvia as musicas que elas ouviam”. Assim, seu meio escolar pouco se assemelhava ao seu entorno doméstico – este, geralmente ligado à violência e marginalização. Em 1970, então com vinte anos, estava trabalhando num escritório, fazendo o curso de Comunicação Social na Universidade de São Paulo (curso que fez de forma muito fragmentária em virtude da militância) e, casada com um militante. Um dos motivos pelos quais se casou, conforme relata, foi dar uma família aos irmãos que estavam sob sua guarda. O casamento durou três anos. Desse casamento, teve uma filha. Apesar dos esforços de Nilza, seus

irmãos caíram na marginalidade. Dois foram assassinados e um morreu de cirrose: “enquanto a mãe está, a família se mantém nucleada, a mãe morreu, a situação familiar desagrega. Não posso falar das outras, mas das famílias negras aqui dentro do Geledés, da diretoria do Geledés, esse é o retrato”.

Embora começasse na militância de esquerda, o recorte de raça esteve sempre presente: “Porque é que tem tão pouco negro nessa escola? As festinhas eram Jony Rivers, festinha de jovem adolescente branca. Mas eu não deixava de frequentar os bailes blacks (...). Eu nunca deixei esta questão racial de lado, porque ela era parte do meu cotidiano”. Porém, junto à esquerda, não era dado espaço para discussões raciais e de gênero. Dentro da organização de esquerda, ressalta, “despertou” para o feminismo, ao perceber que, mesmo entre “companheiros”, o tratamento era desigual entre homens e mulheres. Nilza acredita que as integrantes de ONGs da sua geração começaram junto à militância de esquerda (cita duas colegas com esta trajetória), porque, observa, embora possuíssem a consciência racial, esta ainda não tinha canal de expressão.

Entretanto, algumas integrantes da geração de Nilza e, principalmente, da geração imediatamente posterior afirmam não terem passado pela militância de esquerda. Como elementos explicativos, apontaram a pouca idade, a ligação muito tênue com as classes médias ligadas ao movimento estudantil, ou ainda, a distância dos grandes centros urbanos, onde essa militância se desenvolveu mais rapidamente. Porém, mais cedo ou mais tarde, todas acabam presenciando e algumas participando, mais ativamente, do processo de abertura do regime. Nilza chegou a ser presa e torturada, em curtos espaços de tempo, durante a ditadura.

A partir de 1974, mulheres exiladas retornam ao Brasil trazendo a experiência do feminismo europeu, nesse período, dedicou-se às lutas por anistia, manteve ligação com sindicato,

ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores, ingressou no movimento feminista e começou a levar a questão de gênero para os espaços de militância, já com “leve” recorte racial, salienta. Característica que se acentuaria nos anos seguintes, especialmente após a criação do Movimento Negro Unificado de que Nilza iria participar. Nilza esteve, em sua trajetória, mais identificada com o feminismo do que com o movimento negro.

Logo percebeu o mesmo caráter “homogeneizador”, encontrado na esquerda (entre homens e mulheres), no movimento negro, junto aos homens, e no feminismo. Isto é, a idéia de um universal válido para cada um deles, que não dê conta das diferenças. A esquerda, conforme Nilza, dizia: “nós somos todos oprimidos, nós vamos resolver o problema de classe; a hora que a gente resolver o problema de classe, resolvemos o problema das mulheres”. Os homens negros tinham este discurso: “a hora em que a gente resolver o racismo, todos nós vamos estar livres”. As mulheres rebatiam: “bom nós vamos estar livres, isto significa, que os homens vão parar de bater nas mulheres”. E o movimento feminista colocava: “somos todas mulheres e temos as mesmas questões, a hora que a gente vencer a questão de gênero, nós vamos, todas as mulheres, ficar libertas”. Então, o recorte racial e de gênero introduziu: “não, porque permanece para a mulher negra a opressão racial, essa diferença não se resolve com a liberação das mulheres, de todas as mulheres: têm umas mulheres que são mais oprimidas”. É, neste momento, que a questão das diferenças, ou seja, a questão da especificidade da condição de mulher e de negra começou a ser tematizada. O fato de ser feminista, nessa época, não era bem visto pelas mulheres do movimento negro, que não se identificavam com o feminismo e tampouco apreciavam a inserção de Nilza, “uma feminista”, no movimento.

Destacamos, na biografia de Nilza até este ponto, alguns elementos. As situações econômica e familiar difíceis, que irão lançá-la muito jovem no mercado de trabalho. Prematuramente, a idéia de sair de seu meio familiar, sem levá-lo como modelo, uma vez que o considerava opressivo. Dessa maneira, não iria colaborar para sua reprodução, como fizeram alguns de seus familiares e amigos próximos. Na escola, deu-se o início da militância, ligada à esquerda da época, a partido político, em meio a pessoas com um entorno familiar e financeiro diferente do seu, o que lhe causou “certa esquizofrenia”, um corte muito profundo entre realidades tão distintas. As diferenças ficaram sublinhadas, econômicas, sociais e, paralelamente, raciais. Nilza foi da esquerda para o feminismo e deste para o movimento negro, mantendo maior contato, mais identidade com o feminismo, o que é o elemento diferente em relação a outras trajetórias pesquisadas, pois, nos outros casos, a aproximação maior sempre se deu com o movimento negro. Paulatinamente, iria levar o recorte de raça para dentro da esquerda e do feminismo, rompendo com o “universal” desses movimentos, isto é, a idéia de um valor a ser alcançado, válido para todos, contribuindo, tal qual Benhabib (2002) nos chama atenção, para a construção de um modelo universal não definido aprioristicamente, que abarque as diferenças. Encontrará, no entanto, resistências dentro desses movimentos - o que está de acordo com o apontamento de Mouffe (2000), quando sublinha que Benhabib imagina esse universal realizado através da comunicação - a mais distorcida possível. Mouffe, ao contrário, dá relevo para as distorções na comunicação em virtude das diferentes posições (de poder) ocupadas entre os debatedores, isto é, a perspectiva antagônica que pode ser encontrada quando se busca o consenso. Voltaremos a este debate, ao final do capítulo.



Nilza, mesmo vista com desconfiança nos movimentos em que toma parte, trabalhou na contracorrente, tentando estabelecer uma ligação entre os mesmos. Nos anos oitenta, explica, agregando os descontentamentos de algumas feministas e do movimento negro, surgiram as organizações de mulheres negras: “e qual era o nosso papel enquanto organização de mulheres negras? É trabalhar dentro do movimento negro pra levar a questão de gênero, porque eu começo a demonstrar que a minha identidade feminista não, ela não briga com a minha identidade racial”. Em 1988, ano em que Nilza trabalhava na Revista de Economia e Indústria, é fundada a Geledés, a fala inicial era:

“nós queremos uma organização que não pese sobre nossas cabeças, nós vamos continuar militando mas nos queremos estudar’. Qual era a idéia da formação do Geledés? Você não encontrava matéria, documento sobre mulher negra em lugar nenhum, então a gente queria produzir, por isso que se chama instituto, produzir material, produzir conhecimento, produzir, qualificar discurso (...) Então, era um tripé: comunicação, direitos humanos, que aí incorporava atendimento a ações de racismo e tal e saúde - essa era a idéia do Geledés, e continuar trabalhando onde a gente trabalhava”.

Organização que, segundo Nilza, “fez escola”, pois inaugurou um novo momento: “de mostrar que é possível você ter uma identidade política, você ter voz própria, você não ocupar mais uma mesa do movimento feminista: ‘ah vamos colocar uma negra ali, porque senão fica mal’, ou ‘vamos botar uma mulher dentro do evento negro, porque senão elas cobram”. A partir da Geledés, outras organizações se formaram. Quanto as integrantes da Geledés:

“todas elas vieram da militância, e talvez, por essa formação, a gente começa a agregar pessoas que são técnicas ou que estavam meio soltas no movimento negro, ou não estavam querendo, ou estavam contendo espaço de militância. Efetivamente, não queriam ir pro movimento negro e não queriam ir pro movimento feminista, porque também não achavam o seu espaço, e, quando o Geledés é formado, vêm neste espírito de militância, apesar de técnicos, eu diria que nós contratamos pouquíssimos técnicos que não tivessem essa visão”.

Critério de seleção que até hoje é considerado. Solimar destacou a necessidade da organização de ter os dois vieses, o técnico e militante. Nilza sublinhou o aprendizado dessas pessoas dentro da ONG, pois, “a organização formou militantes” – que entraram como técnicos, saíram da Geledés e hoje são militantes. E também contratou militantes, os quais se aperfeiçoaram tecnicamente após o ingresso na ONG e foram para a universidade. Destacou também, o estímulo para que as pessoas se qualifiquem: com o objetivo de qualificar seu discurso e sua prática, e, assim, sair do “achismo”, destaca. Os integrantes são estimulados a fazer cursos, universitários ou não, dentro do que a ONG caracteriza como “formação de quadros”.

Observamos o nascedouro da Geledés: um instituto de pesquisa. As integrantes estavam já integradas no mercado de trabalho, eram quadros da militância “descontentes”, conforme Nilza, que perceberam na ONG, um espaço diferenciado para exporem suas questões, no qual poderiam agregar militância ao conhecimento técnico. A ONG aparece como um local para se atuar de forma independente: “você ter uma identidade política, você ter voz própria”. Característica a qual se manteve, com o passar dos anos: frente ao Estado e ao mercado a autonomia ainda é tida como um valor supremo. Em relação ao último, efetua-se na medida em que se implementa apenas os projetos vinculados aos objetivos da ONG e, no tangente ao Estado, porque é uma forma de a ONG manter uma postura crítica em relação às políticas, de exigir-lhes implementação e

monitorá-las: “você tem que monitorar as políticas que o Estado está implementando, o dever do Estado é implementar políticas, a nossa é de sugerir, cobrar” No entanto, relata, existe uma relação de respeito: “porque como eles sabem que a gente opera nestes espaços com muita responsabilidade, não é só ‘o não concordo pelo não concordo’. Nós não concordamos e propomos”.

Nilza dá relevo para a necessidade de o Estado buscar “representantes” da sociedade civil: “na conferência que tava o Lula, tinha que ter uma representação da sociedade civil, e aí, eu fui escolhida (...)É um texto, mas era uma coisa impensável há 10 anos atrás, se você tivesse uma mulher negra, representando as mulheres brasileiras”. Representação que se expande para conselhos e organismos nacionais e internacionais, vinculadas às estratégias de articulação da ONG, ao direcionamento presente e perspectivas futuras das atividades da organização: políticas para a população negra, de âmbito geral, “para interferir na conjuntura, em políticas de desenvolvimento: não é mais olhar o próprio umbigo - ‘saúde da mulher negra e só’ (...) é para pensar políticas públicas e pensar intervenção, intervenções no sistema ONU”. Para tanto, a ONG vem se constituindo como um espaço de formação, de “empoderamento” de seus membros: “A gente procura mesmo estar se empoderando nos vários temas (...) todo mundo tá fazendo alguma coisa”. O empoderamento, aqui, tem relação estreita com a aquisição de conhecimentos e com a capacidade de utilizá-los para a vida profissional e pessoal, observação que também vale quando este está direcionado para o público da organização e que poderemos examinar, mais detidamente, no capítulo quatro, ao estudarmos os projetos de empoderamentos das ONGs.

### 3.4 Deise Benedito

Deise Benedito tem sua trajetória marcada por a militância muito atuante: começou no movimento social, participou de partido, sindicato, organização de bairro, conselhos, foi uma das fundadoras da Geledés, bem como ajudou a fundar a Fala Preta, em 1997, onde trabalha atualmente. “Nossa, menina, eu fiz tanta coisa...” Com essa frase dá início a sua narrativa: infância difícil, filha caçula de sete irmãos, foi doada pela mãe, que, abandonada pelo marido, não tinha condições financeiras para sustentá-la. Um casal de imigrantes brancos assumiu a adoção. Na escola, a diferença: “Eu fui a criança negra, criada por pais brancos, que sofreram o preconceito por terem adotado uma criança negra (...) como é que eles adotam uma criança negra com tanta criança branca precisando ser adotada?”. E, narra, a constante busca por identidade:

“por que sua mãe é branca e você é preta?(...) Porque eu, como eu muito cedo sabia ler e escrever, então, eu vi o nome do pai e o nome da mãe que era diferente, então, eu ia buscar a minha origem (...) E aí, com o passar do tempo, eu fui entendendo, que essas mulheres negras que eu via pedindo esmola na rua, com cinco, seis, sete filhos, eu estabeleci uma relação que poderia ser da minha mãe com meus irmãos. E, a partir daí, toda vez que eu via uma mendiga na rua eu perguntava: “qual é o seu nome, qual é o seu sobrenome?”

Deise atribui o “despertar” para militância quando, em uma das suas idas ao Juizado de Menores (relacionadas ao acompanhamento do processo de adoção), encontrou meninos presos, um deles falou: “menina, tira a gente daqui”. “Aí eu olhei e falei: ‘ olha, quando eu crescer eu vou tirar todo mundo daí, porque aí não é lugar de criança ficar’. Para mim, um daqueles meninos era meu irmão”. Aos nove anos, seus pais lhe contaram da adoção. Aos dezesseis, encontrou sua mãe,

morando com os demais filhos numa favela. Nesse momento estava trabalhando, vivendo no período da ditadura militar, porém não tinha idéia da dimensão dos acontecimentos relacionados ao regime: “para a gente que mora na pobreza, na periferia, não sabia o que era uma ditadura. A gente sabia que tinha a polícia”. Nesse momento, com dezessete anos, começou a fazer parte da associação do bairro em que morava (movimento contra a poluição) e dos primeiros núcleos do Partido dos Trabalhadores dessa região. Continuou participando das reuniões. Aos 23 anos, não foi contratada como datilógrafa porque, segundo a empregadora, fora bem no teste, mas a empresa não admitia negros. Não denunciou, “nem sabia como”, mas, a seguir, tomou conhecimento, através de um cartaz, de uma conferência sobre relações raciais, em 1983. Foi. Não tinha idéia sobre movimento negro. Lá, expressou a situação que vivenciara na candidatura ao emprego. Foi convidada a integrar o Coletivo de Mulheres Negras do Estado de São Paulo, que, então, estava sendo fundado. Conheceu várias mulheres do movimento negro. Na época era a mais jovem integrante, e, desde então, questionava a pouca participação de jovens no movimento: isso foi uma das razões pelas quais optou trabalhar com esse público, quando se fundou a Geledés, em 1988.

Neste momento, já reunimos alguns elementos para compreender as escolhas de Deise. Vinda do que se chama “militância de base”, Deise agrega alguns elementos familiares com outras trajetórias de integrantes de ONGs, como por exemplo, o começo difícil, as dificuldades econômicas sempre muito presentes e a discriminação, essa se fazendo perceber já no início da fase escolar. No caso de Deise, o fato de ser negra e adotada por pais brancos, fez com que a diferença fosse constantemente sublinhada e cobrada pelo seu entorno. A adolescência foi vivida na ditadura, mas longe da militância de esquerda, opositora ao regime. Nas linhas anteriores, Nilza Iraci, integrante da Geledés, acentuou a distância entre a vida na periferia e a do movimento estudantil. Aqui, Deise Benedito reforça essa característica: periferia na qual pouca informação

chegava, a não ser, segundo Deise, a ostensiva policial e os corpos que eram jogados nos terrenos baldios do bairro onde habitava. Somente tempos mais tarde, tomou conhecimento que aqueles eram corpos dos “desaparecidos” do regime militar. O início da militância - da associação de bairro para o partido - a participação nas reuniões sobre temas os quais afetavam a sua comunidade. A questão racial, naquele período, não era discutida nesses locais. Relata que ingresso no movimento negro deu-se ao acaso. O movimento trazia, no seu bojo, o começo do debate sobre as discriminações pelas quais passara, e, a partir disso, ela estabeleceu uma identidade com o movimento; o que não implicava em aceitação de tudo que nesse estava incluído, pois logo questionaria a falta de jovens no movimento, pergunta que levaria também para a Geledés. Atentando sempre para as múltiplas exclusões dentro dos espaços aos quais estava inserida, para, a partir disso, procurar soluções para a inclusão das pessoas (ou temas) excluídos.

Na Geledés, permaneceu nove anos, trabalhou com projetos para juventude e para população carcerária. Também começou a fazer pesquisa sobre as relações raciais no Brasil. A condição de pobreza em que nasceu, relata, “é falta de uma política pública específica, que vem desde o tempo da escravidão (...) eu sou o resultado de nenhuma política, eu e outros que me antecederam”. Paralelamente, fez concurso e atuou no Tribunal da Justiça como escrevente, lá, trabalhou com população penitenciária; sua militância, diz, foi sempre atuante em todos os ambientes que esteve inserida. No movimento de mulheres, também tem atuação: “porque o feminismo também nos vem”. Porém, salienta, “não fazer o feminismo chavão” e sim, levar o enfoque racial para dentro do feminismo, dando relevo para o trabalho e a organização das mulheres negras, encontrado já nos tempos de escravidão, e que estabeleceram diferentes condições de atuação da mulher negra em relação à branca. Deise Benedito procurou, inclusive, levar a questão racial para dentro do movimento de direitos humanos: “o movimento de direitos

humanos era aquele movimento que defendia os presos políticos na ditadura e não incorporava a questão racial, e a mesma coisa faziam o pessoal da questão racial, não incorporava o racismo com a relação dos direitos humanos”. O movimento negro, no nascedouro, conforme Deise, era mais de denúncia da violência policial, “a falta de emprego, falta de acesso ao mercado de trabalho, a questão da boa aparência (...) Na década de 80, ele começa a se organizar e aí, começam a surgir as grandes ONGs, que surgem, nos anos 90, já com políticas, já com propostas”. Com o tempo, o movimento incorpora o racismo como parte dos direitos humanos e também o debate sobre a população carcerária: “eu sou a única pessoa que faz essa discussão de política criminal e penitenciária no movimento negro”. Ela atua com a população carcerária, interesse que cultivava desde a adolescência, e, no movimento feminista, procura (como as demais integrantes de ONGs voltadas para população afro-descendente, quando neste atuam) colocar a questão racial na pauta – tendo, como base, a pesquisa histórica. Dessa forma, busca introduzir as diferenças da mulher negra, quando discutidas dentro de um contexto que busca igualdade de condições para a mulher dentro do feminismo. Esses temas, juntamente com as atividades direcionadas para população jovem, tem-lhe absorvido o tempo desde a época em que atuava na Geledés, trabalho que deu continuidade na Fala Preta! Uma das razões pelas quais optou por não casar, nem ter filhos; outras razões foram o cuidado com a família e o “medo de ter filhos e de acontecer com os meus filhos o que aconteceu com a minha mãe (...) tradicionalmente, na África, as mulheres criam seus filhos sozinhas; os homens têm outro papel; só que nós não estamos na África, nós estamos no Brasil, numa outra relação”. As relações diferentes, existentes no tocante aos papéis familiares entre africanos e brasileiros, são apenas exemplares e chamam a atenção para a questão das diferenças como construtoras de identidades, tão familiares às ONGs voltadas para população afro-descendente.

Deise percebe as grandes ONGs, as quais tratam da questão negra, como oriundas do movimento negro organizado: “tá nas ONGs porque é uma geração que tinha ideais, é uma geração que veio com ideologias”. É possível averiguar isso, nas quatro organizações de mulheres negras com as quais trabalhamos, ao menos, parcialmente. Na origem, têm, entre seus integrantes, pessoas ligadas organicamente ao movimento, porém, nem todos que vieram a trabalhar nas ONGs, mesmo na fase inicial, tinham ligação estreita com o movimento negro, especificamente. Algumas estavam apenas no movimento feminista, outras tinham outro ativismo que não o ligado ao movimento, como, por exemplo, liderança comunitária. Vimos que a geração que fundou as ONGs estava mais ligada à militância do que a atual; a última, caracterizamos como “nova geração”. A relação com o movimento negro foi se estabelecendo à medida que essas organizações estavam nele inseridas e, ou, incorporavam seus temas, não deixando, desde os primórdios, de estabelecer uma linha divisória (ainda que tênue, e isso tem seus propósitos, pois lhes é interessante o vínculo) entre as ONGs e movimentos sociais. Deise, faz referência ao trabalho das ONGs para formar quadros (capacitação) dentro do movimento: “têm ONGs que realmente têm trabalho sério, que é formação de quadros, porque a grande dificuldade, hoje, dos movimentos, é a formação de quadros”.

Perguntada sobre a relação ONG e Estado, responde: “o Estado acaba entendendo que precisa das ONGs (...) a ONG está onde o Estado não está. A ONG ela é o Estado paralelo, Estado paralelo, de poder de fazer uma discussão”. Isso diz respeito, conforme vimos no capítulo um, à capilarização das ONGs, ao mesmo tempo, está de acordo com a proposta de Cohen e Arato (1992) para o fortalecimento da sociedade civil: quando o Estado prescindir dessa representação social que discuta e formule proposições.



Em relação ao monitoramento de políticas públicas, relata que, no momento, a ONG não está fazendo: “para fazer monitoramento para política pública, o acompanhamento total e necessário, você precisa de recursos e a grande dificuldade, hoje, é a dificuldade das ONGs se manterem”. Nesse caso, para fazer um acompanhamento contínuo do governo: “O negócio é ter dinheiro para ir, para participar, para você ter uma intervenção. Porque você tem que ter uma intervenção política”. Essa intervenção, segundo a entrevistada, é de monitoramento, mas também de proposição de políticas públicas, idéia que acorda com a perspectiva de que as ONGs estão cada vez estão mais preocupadas em expandir-se para além do trabalho com uma população específica (sem abandoná-lo, naturalmente), buscando estratégias de visibilidade e intervenção direta dentro dos órgãos governamentais ou não. Quanto ao empoderamento, para Deise:

“O empoderamento, eu acredito que é a partir do momento que você toma conta do conhecimento teórico, que você vai pegar esse teórico, que você ouve dizer e que você acredita que não tem condições de tê-lo em mãos e colocá-lo em prática. É se empoderar do conhecimento. Tem a relação do poder capital, também, se você sabe quantos metros de lã você precisa para fazer uma blusa, você sabe o quanto vai ter que investir, quanto que aquilo vai fazer valor agregado e tudo. Mas, independente disso, o empoderamento também passa pela capacitação dessa possibilidade, das mulheres gerirem seus próprios negócios e gerir a sua autonomia, entendeu, ter mais autonomia nas coisas que fazem”

A noção de empoderamento está bastante relacionada com a trajetória de vida de Deise, “se empoderar”, é possuir conhecimento teórico, é reconhecer que não só é possível possuí-lo, como se pode pô-lo em prática, como aconteceu, de fato, na vida de Deise, especialmente, a partir do momento em que foi à conferência de relações inter-raciais na qual percebeu que podia trocar e receber conhecimentos. Temos, como informação adicional, que Deise, quando já integrante da ONG, fez “Escola de Governo”, curso da Universidade de São Paulo, de dois anos, voltado para

formação de lideranças. Também, em 1996, foi candidata à vereadora pelo Partido dos Trabalhadores, no entanto, não se elegeu, como principal razão disso, apontou as dificuldades econômicas da campanha. Foi fundadora do sindicato dos funcionários do Tribunal de Justiça de São Paulo, o qual se desligou, vindo dedicar-se integralmente à ONG. Dessa maneira, a entrada ao movimento foi o marco inicial para que adquirisse uma formação que lhe possibilitou a realização de atividades antes sequer imaginadas, dimensão dada por Souza (2001), trabalhada no capítulo um, quando aborda a participação como empoderamento: “pessoas ou grupos anteriormente excluídos do processo decisório conscientizam-se da sua exclusão e, como consequência, passam a participar do jogo político com o objetivo de modificar sua condição política e social”. Essa abordagem tem elo estreito com o que Deise pensa sobre a questão de cotas para afro-descendentes nas universidades, da qual é a favor; sua atenção está voltada para a desigualdade: “mesmo com diploma universitário, a polícia pode te pegar, te prender, te matar e você vai continuar sendo preto. O que você tem é que ocupar os espaços que são os espaços do privilégio”.

A fala de Deise também estabelece vínculo com o duo: poder – saber, dado por Foucault, o qual faremos referência abaixo, quando analisarmos o conteúdo do discurso de Elisabete Pinto. Outros aspectos relevantes são: a ligação que estabelece entre empoderamento e poder econômico - “ter” capital financeiro, para “conhecer”, ter acesso ao saber; e a relação entre empoderamento e autonomia, a qual - mais do que estabelecer um paralelo com a abordagem de Souza acima destacada – diz respeito à autonomia pessoal, possibilitando alternativas de escolha, de caráter mais individual: de mudança de perspectivas no âmbito privado, que nem sempre têm haver com o jogo político ou lhe reflitam, necessariamente, em demandas diretas.

### 3.5 Elisabete Pinto

Elisabete Pinto tem 42 anos, voz de soprano agradabilíssima, cujo tom fica mais contundente quando o assunto é ONGs, especialmente as organizações que trabalham a questão negra. Atualmente trabalha na Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, é professora universitária numa universidade privada da grande São Paulo e atua na Fala Preta! desde a sua fundação. Não casou, nem teve filhos, explica: “mulheres negras com mais estudos ficam sozinhas (...)É uma fatalidade, pode ser que exista um processo de individuação e eu consiga sair dessa estatística, mas eu tenho que trabalhar com aquilo que é concreto e real”.

Sua infância foi em Amparo, cidade onde nasceu e “passei por todas as dificuldades que passa uma criança negra no interior (...) questão dos preconceitos (...), dos conceitos de beleza e tal”. Família de sete filhos: mãe, empregada doméstica, pai, oleiro. Ambiente familiar “tranquilo”, conforme Elisabete, e que lhe deu sustentação para cedo ter clareza para distinguir entre “humildade e subserviência”. Pais kardecistas<sup>11</sup>, destaca, sem vínculos com partidos, sindicatos ou movimentos sociais. A mãe, atuante, conforme Elisabete, no sentido de garantir a integridade física e emocional dos filhos, especialmente na escola (pública) onde costumava defendê-los. Elisabete fala da solidão que as crianças negras passam na escola porque, naquele momento, “a questão étnico-racial não era tratada no espaço familiar e nem mesmo na escola, mas sim, na prática, existiam as discriminações e as diferenças com crianças pobres e crianças negras”. Apesar disso, conta, nunca teve dificuldade de transitar entre os colegas que tinham muito mais dinheiro, pois, desde cedo, sobressaiu-se nos estudos.

---

<sup>11</sup> Diz respeito à doutrina espírita de cunho cristão iniciada no século XIX pelo francês Alan Kardec.

Adolescente, foi influenciada por um amigo paterno, o João da Bomba, comunista - apesar de seu pai não ver essa amizade com “bons olhos”, alertando-a: “você vai acabar morrendo em praça pública”. A amizade continuou e suas opiniões políticas começam a ter um viés de esquerda, embora não tenha sido uma adolescente militante: na própria escola onde estudava isso não era muito comum “talvez pelo fato de ser do interior”, explica. A habilidade nos estudos possibilitou a obtenção de uma bolsa para segundo grau noturno (contabilidade) em escola privada, o qual realizou paralelamente ao curso de normalista pela manhã em escola pública e o trabalho à tarde, com crianças, junto a um programa de governo. Quanto à carreira profissional, pensava em ser engenheira, médica... Mas as condições financeiras não lhe permitiam. Pensou em fazer Filosofia: “curso de subversivo”, lhe falaram. Acabou o segundo grau e foi para Santos, onde iniciou a universidade: “Serviço Social”, graduação que concluiu na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Trabalhando no estágio em Serviço Social, descobriu que a maioria dos usuários era negra e discriminada, sobre essa temática, fez seu trabalho de conclusão do curso universitário. Em Santos, começou a se aproximar dos movimentos de esquerda da época e do movimento negro, freqüentando a Pastoral do Negro, porém, desde essa época, tem dificuldade muito grande em adaptar-se “a igrejas e discursos: igrejas, que eu digo, porque para mim o discurso político não é muito diferente que os discursos da crença. Então para mim: das teologias para crença, das teorias políticas para ideologias, não têm diferença”.

A história de Elisabete passa por uma infância difícil. No seu caso, teve pai e mãe presentes em sua educação, garantindo uma estrutura emocional. As dificuldades porque passou deveram-se, sobretudo, à condição financeira e étnica, apesar de conseguir, no último quesito, por seu trabalho, fazer-se mais aceita. Relata que as questões étnicas não eram tratadas no meio familiar e

escolar, o que coincide com o período (década de 60) no qual a abordagem desse debate era comparativamente inferior às décadas de 80 e 90, por exemplo, época a qual ganha força o movimento negro, as associações e ONGs que trabalham essa questão, bem como o número de pessoas que levariam essa temática para seu ambiente de trabalho: professores, agentes de saúde, entre outros profissionais. Ou seja, as possibilidades de discussão do tema dentro das esferas públicas, nesse período, se ampliaram. É na faculdade que começa a aproximação com a militância, e, logo, percebe que o seu perfil não é compatível com o dos militantes em geral: “primeiro porque as pessoas gostam de igrejinhas. Eu não gosto. Elas não gostam de ouvir as verdades e eu gosto de falar o que eu penso. Então, eu não tenho nem partido político”. A fala de Elisabete contrasta em muito com o discurso militante da geração a qual pertence. As demais integrantes das ONGs, que iniciaram suas trajetórias no período, em geral, faziam parte de algum movimento social e costumam salientar esse aspecto em suas falas. Elisabete “dialoga” com os movimentos, sem dizer-se realmente inserida em algum, como relata em relação ao seu trabalho na Secretaria da Saúde: “Agora, eu posso falar isso porque eu sou uma pessoa eficiente e tenho um respaldo. Primeiro na eficiência, na relação solidária que travo com os movimentos, de empoderar todos, é eles que me bancam aqui. Apesar de não ser de nenhum”. Relação em que beneficia os movimentos (“empoderar” aqui é “capacitar” os movimentos sociais, com o conhecimento técnico adquirido) e é beneficiada pelo movimento, pois o próprio conhecimento da temática desse e do saberes para com eles dialogar - e ser sua interlocutora dentro de um órgão público - lhe é um dos pilares que lhe respaldam dentro da Secretaria. O diálogo, enfatizado por Elisabete, também parte de uma perspectiva de natureza ética, filosófica, na qual está sua crítica aos perigos que podem existir quando as pessoas estabelecem vínculos estreitos com partidos e movimentos sociais:

“E, para mim, a única coisa que não sai de moda é o ser humano, é a ética humana, é o respeito, então, quando as pessoas se juntam e começam a desrespeitar ou não entender a dinâmica do processo e achar que pensa melhor que o outro, já não adianta. Para mim, a perspectiva tem que ser dialógica sempre, de você tentar uma unidade. Não que você não possa discordar, mas tem que ter um pressuposto ético (...). Muitas vezes, os movimentos de mulheres e os movimentos negros também não usam muito da inteligência, e querer o poder pelo poder não vai levar a nada”.

Elisabete acredita na construção de um consenso tendo como base um pressuposto ético, característica, diz, que nem sempre é encontrada nos movimentos sociais ou partidos políticos: “porque as pessoas tinham um discurso e a prática nas relações eram tão autoritárias, eram estúpidas e não existe isso, porque a polidez não chega a ser uma virtude, é uma qualidade, mas é a base para todas as virtudes”. Disso deriva sua dificuldade em estar neles inserida de forma mais efetiva. Em relação à perspectiva dialógica, apontada acima por Elisabete, essa vai ao encontro do enfoque teórico de Seyla Benhabib (2002), no que tange ao pressuposto moral, quando a autora apresenta o universalismo interativo, de que tratamos no capítulo precedente. Ou seja, da compreensão como imperativo metodológico, no qual a discordância encontra espaço, porém, sem jamais perder de vista a igualdade moral como pressuposto ético. Benhabib observa isso em nível macrosociológico, entre as diferentes culturas, o que não impede a associação dessas idéias para o nível micro, intracultural, no qual a diferença não mais aparece em razão das diferentes culturas ali representadas, mas em virtude de diferenças de opinião dentro de uma cultura. Elisabete faz referência ao poder, às relações de poder que os diálogos comportam e aponta um caminho que esse poder pode tomar: “poder pelo poder não leva a nada”, isto significa, a perda de uma referência, de um consenso em torno de um objetivo. Ou seja, a dimensão antagônica dos diálogos e, daí, sua natureza intrinsecamente política, conforme a perspectiva de Mouffe (1996), para

Elisabete, nesse caso, ficaria em segundo plano em troca do consenso: “o que existe são consensos éticos daquilo que é ético, daquilo que pode ser bom para uma comunidade”. Retornemos à trajetória de vida de Elisabete.

O mestrado foi concluído em Campinas, o sujeito da dissertação foi a história de Laudelina de Campos Melo, que foi uma militante negra, fundadora da primeira associação das empregadas domésticas no Brasil, em 1936. O doutorado foi concluído em 2004, na PUC, na área de Psicologia Social. O título é “Sexualidade na Identidade da Mulher Negra a partir da Diáspora Africana”. Tese na qual desconstrói a “noção de mulher negra e sim de um personagem que foi construído a partir de um tempo longo, o tempo das relações”. Foi no último ano do mestrado (1993) que recebeu o convite para ingressar na Geledés. Edna Roland (uma das lideranças da Geledés) a viu palestrar no Anhembi e a convidou para participar da ONG. Na organização, trabalhou com pesquisas e publicações. Elisabete relata que o rompimento, ocorrido em 1997, em virtude de uma sucessão de discordâncias, foi uma tristeza. “O Geledés foi nossa primeira casa, de dar casa a nossa própria alma, a dar endereço às nossas lutas, a dar endereço à nossa integridade, a dar referência à nossa história e isso eu acho importante nas associações negras e nas ONGs negras”. No final da década de 80, narra, as ONGs se proliferaram “porque neste período, existia também o interesse das agências de cooperação internacionais de injetarem dinheiro e de fortalecer o movimento de mulheres, o movimento negro”. As agências exigiam prestação de contas e excelência – isso, narra, foi um aprendizado. O Geledés, segundo Elisabete, deu suporte para que outras organizações fossem criadas. E foi, a partir das ONGs negras, de acordo com Elisabete, que se pôde mudar um paradigma, isto é, reconhecer o Brasil como um país racista: “E o reconhecimento, como diz Charles Taylor, não é uma benevolência que você presta a outros, é

uma necessidade humana vital. Porque, a partir do momento que você reconhece, você é obrigado a implementar políticas, a dar soluções”.

A partir desse trecho da entrevista, a narrativa de Elisabete volta-se ao empoderamento. Inicialmente faz referência ao reconhecimento, esse como ponto de apoio para que “se obrigue a dar soluções”. Seguimos o discurso de Elisabete:

“Muitas vezes, nós perdemos porque o oprimido não tem trabalhado, então, algumas estruturas emocionais e confia muito nos pequenos poderes que lhe são atribuídos. Se a gente conseguisse se ver como o ‘cocô do cavalo do bandido’, né, a gente teria muito mais condições de trilhar o caminho do poder, porque, no fundo, muitas vezes, as pessoas se entusiasma com os pequenos poderes que lhe são atribuídos; amanhã não é mais, e, nem você e nem o coletivo, não é? (...) Ter estratégias políticas, porque, a partir do momento em que você reconhece a sua impotência, você pode se articular com quem tem mais poder e pode delegar o poder na sua questão e essa é uma relação que sempre existiu, que não é uma relação de apadrinhamento, mas é uma relação de alianças que você faz, com todas as dimensões, se você quer o poder. Não é, então, nós temos muito para dar, e, numa questão política, nós temos votos, né? (...) mas não é a população negra que está ocupando os postos de poder.”

Reconhecimento, para Elisabete, também está ligado ao plano individual, quando se “reconhece a sua impotência”, se pode reconhecê-la no seu grupo e, a partir daí, buscar estratégias para superá-la: fazer alianças com quem tem mais poder, “se você quer o poder”. Neste caso, o empoderamento é visto por um prisma muito mais amplo, o de conquistar o poder, que significa postos de comando no Estado. Mais do que conquistar poder é consolidá-lo: “E, quando os ocupa, muitas vezes, acaba envaidecendo-se e não estendendo esse poder, não solidificando seu próprio poder, porque a gente tem que aprender a solidificar poder e isso é um trabalho muito moroso porque quem não tem o saber, o ter, também não tem poder”



Nesse aspecto, a fala de Elisabete está bastante relacionada à perspectiva foucaultiana de poder. Acrescentemos, neste ponto, uma breve discussão sobre o poder, do ponto de vista foucaultiano, a fim de melhor compreendermos os processos de empoderamento. Foucault (2000) contribui teoricamente com as discussões relativas ao poder: este está ligado ao saber. Para o autor, não há conhecimento desinteressado, conhecimento e poder são interdependentes: o lugar onde o poder é exercido é o mesmo onde o conhecimento é produzido. As modalidades de conhecimento, o sujeito que conhece e os objetos a serem conhecidos devem ser observados como efeitos das implicações fundamentais do poder, mas o poder – conhecimento, os processos e lutas que o atravessam e no qual ele é feito é que determinam as formas e possíveis domínios do conhecimento. Quanto ao poder, interessa-lhe mais porque meios ele é exercido e quais seus efeitos do que a pergunta: o que é poder e de onde ele vem? O poder não é visto como propriedade de um grupo, Estado ou sujeito, mas como uma estratégia que, “pulverizada” em múltiplos locus, investe o sujeito, é transmitida por e através dele. Assim, para Foucault, poder não é uma instituição, nem uma estrutura, mas “relações de força” que permeiam múltiplas práticas discursivas; por esse prisma, não deve ser percebido apenas em seu aspecto negativo: como repressor, representando obrigações ou proibições. O autor salienta que onde há poder, há resistência, que o poder depende, para sua existência, da presença de múltiplos focos de resistência, sendo que a pluralidade das resistências não pode ser reduzida a um simples local de revolta ou rebelião.

Elisabete percebe essas “relações de força”, sobretudo relaciona poder ao saber. O que caracteriza como “empoderamento ético individual”: “esses jovens também, se a gente não trabalhar numa perspectiva da ética, do empoderamento ético individual, eles vão entrar em

igrejinhas, em posses do Hip-Hop ou outra posse aqui, outro grupo ali e não vai ver a dimensão futura”. O critério ético parte de um princípio de igualdade moral, destacado acima, e que Elisabete nem sempre encontra nos movimentos, partidos e demais associações da sociedade civil. Dimensão futura é a noção de empoderamento como parte de um projeto maior, como parte de estratégia para alcançar postos de poder. A questão da resistência, sublinhada por Foucault, também permeia sua fala:

“ou a gente se estrutura neste momento, que a gente já conseguiu fazer que a sociedade brasileira reconhecesse a questão das diferenças, mas existe um contra-movimento, que eu acho interessante a questão das cotas estarem pautadas porque faz com que a sociedade brasileira saia à rua para discutir, ainda com apertes irados e que fiquem “descompensadas”, mas antigamente, a gente não via uma pessoa branca ficar descompensada com a questão do racismo, era a gente que ficava. Então esse é o empoderamento.”

Nesse caso, reconhecimento e resistência caminham juntos. A lógica de Fraser (2003), discutida no primeiro capítulo, relaciona reconhecimento a diferentes perspectivas (aqui, racial) tendo como pressuposto o consentimento intrapúblico a partir de diferentes noções de “boa-vida”. Todavia, na prática, esse consentimento, nem sempre se efetiva da maneira a mais pacífica possível. A paridade participatória, no caso, buscada pelas políticas de cotas<sup>12</sup> como forma de buscar alternativas para resolver o problema da injustiça social, destacada por Fraser como meta a ser alcançada, encontra, em seu escopo, resistências, bastante relacionadas à dimensão plural e antagonica, destacada por Mouffe (2000), que a esfera pública pode comportar. Exemplo disso é o “contra-movimento” apontado por Elisabete, ou, a arguição desfavorável às propostas que objetivam a implantação das políticas de cotas. Todavia essa discussão só se realizou a partir do

---

<sup>12</sup> Políticas voltadas para garantir determinados números de vagas nas universidades brasileiras para afros-descendentes.

momento em que a pauta foi colocada, quando as diferenças foram conduzidas a debate, o qual, segundo Young (2000), pode possibilitar que o público democrático adquira maior discernimento sobre o assunto. Seguimos o discurso de Elisabete:

“Para mim, o empoderamento ele tem várias dimensões. Primeiro, que eu não acredito no empoderamento só social, tem que haver o empoderamento individual. O indivíduo negro tem que ser trabalhado para suportar sérias pressões. É bem na perspectiva de Barrington Moore, sabe, para ele ter a capacidade da inventividade moral, eu não sei se todo mundo é capaz de ter essa capacidade de ter inventividade moral, de perceber e conseguir mudar velhos padrões culturais em novos padrões culturais, por exemplo.”

Quando Elisabete diz, na fala anterior: “empoderamento é isso” faz referência ao que caracteriza como dimensões do empoderamento (social, individual). Em nível individual, o trabalho com auto-estima (dimensão da auto-confiança trabalhada por Lisboa, 2000) para que o indivíduo negro possa “suportar sérias pressões”, porém esse trabalho de nada vale, segundo Elisabete, se não for direcionado para algo maior - relacionado às perspectivas para projetos futuros da ONG, de ampliação de público, de proposições, que, por sua vez, mantém ligação estreita com as propostas de empoderamento do público (e das integrantes) como parte de um projeto mais amplo, comprometido com mudança de paradigmas – padrões culturais - e com a assunção ao poder:

“não dá para ficar mais com uma coisinha de mulher, fazendo officininha e grupo de auto-ajuda na periferia, de ficar com o “Brio”: ‘ai, tem que ser de mulher’. Não, tem que ser pessoas que tenham cacife, que tenham disciplina, bala na agulha para poder lutar com todo o mundo (...) Porque, ou você tem uma proposta mais arrojada que causa impacto ou então não adianta você dizer, sabe, coisas. (...) Então, o que é empoderar? Fazer officininha nos bairros? Isso a gente pode continuar fazendo. Mas para mim isso é pouco, ou a gente assume de fato uma linha política abrangente, alianças fortes. Não adianta fazer alianças só

com os de baixo. “Ai, a gente com os de baixo vai”. Mais quarenta anos. Ou a gente faz aliança com os de cima e faz todos os movimentos possíveis e vai em todas as dimensões e atinge a questão do poder porque daí o empoderamento, para mim, é assumir o poder, é estar no poder, com precisão, mas para estar a gente tem que se qualificar”.

Logo, o poder, para Elisabete, é muito mais do que uma intervenção pontual da ONG em determinadas matérias: é fazer alianças para alcançar os postos mais altos do poder, para realmente “poder” fazer as intervenções desejadas e dar-lhes abrangência. A intervenção, sublinhada acima por Deise Benedito, ganha contorno maior na fala de Elisabete. Empoderamento, portanto, é mais do que “dar oficinas”, faz parte de estratégia mais ampla, de chegada ao poder.

Tendo como ponto de apoio as trajetórias acima referidas, é possível destacar alguns elementos: vimos, no capítulo anterior, que as famílias das integrantes, geralmente, com poucos recursos econômicos, algumas desagregadas; a percepção da diferença das suas condições sócio-econômicas em relação aos membros de outros grupos aos quais freqüentavam; e, principalmente, a perspectiva de “raça”, geralmente percebida desde a infância, e que irá encontrar canais de expressão mais tarde, a partir dos vínculos com movimentos sociais. Essa trará à tona as discussões referentes aos conceitos de igualdade e diferença, fundamental para a compreensão do processo de empoderamento. Lógica que será levada para o próximo capítulo, especialmente, em sua finalização, quando, já dispondo de todas as entrevistas, poderemos ter uma compreensão mais acurada do empoderamento.

#### 4. Rio Grande do Sul – a trajetória de vida das integrantes da ACMUM, Maria Mulher e Thêmis. Estudo comparado entre todas as trajetórias estudadas.

Nosso interesse direciona-se, agora, para o empoderamento das integrantes de ONGs porto-alegrenses. Faremos uma apresentação das organizações, destacando seu histórico e objetivos. Após, trabalharemos com as trajetórias de vida de suas integrantes, tendo em vista a formação de cada uma enquanto líder e as suas reflexões sobre as ONGs e o empoderamento. Ao final do capítulo, realizaremos um estudo comparado de todas trajetórias até aqui estudadas - com o foco direcionado para o empoderamento.

A ACMUN (Associação Cultural de Mulheres Negras) teve início na década de 80 quando um grupo de mulheres da Vila Conceição, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, fundou um grupo de orações, a partir do grupo, passaram a se reunir e trocar suas “experiências de mulher, negra, de periferia, num lugar extremamente violento, pobre, carente de ações do governo (...) porque, na verdade, o que nós não temos são políticas públicas específicas para nós. (...) nós queremos respeito às nossas diferenças” (fala da fundadora, Nelma Oliveira Soares, extraída do site ACMUM, em maio de 2005). Primeiramente, fundaram uma cooperativa de mulheres negras para geração de renda, nessa, confeccionavam roupas, logo, algumas dessas mulheres inseriram-se no movimento social e passam a reivindicar direitos para a população negra, concomitantemente, começam a participar de um projeto, vinculado ao governo, para prevenção de DST/AIDS: a ACMUM se organiza na forma de ONG. Atuando dentro de Porto Alegre, com sede na região central da cidade, mas com o foco de ação voltado para o bairro Restinga, a missão da ACMUM é

promover ações para o fim da discriminação de gênero, raça e etnia, a partir da valorização e promoção da população negra, em especial das mulheres negras.

A Maria Mulher, Organização de Mulheres Negras – está situada no centro de Porto Alegre; a atuação está direcionada para a Vila Cruzeiro do Sul, onde mantém uma outra sede – é neste local que a maior parte dos seus projetos são realizados. A organização foi fundada em março de 1987, e, “na sua fase inicial, alertou, de forma pioneira, os Movimentos Negro e Feminista de Porto Alegre para a necessidade de serem abordadas questões específicas das mulheres negras” (site Maria Mulher, 2005). Os objetivos da Maria Mulher são: defesa dos direitos humanos das populações marginalizadas e excluídas; combater as discriminações sexistas, étnica/racial e social; “propor políticas públicas que possibilitem a promoção de cidadania das mulheres, visando à igualdade e a equidade de direitos; instrumentalizar as mulheres negras para que atuem efetivamente na sociedade como agentes de sua história” (site Maria Mulher, 2005)

A Thêmis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero foi criada em 1993. O nome já é um indicativo de seu trabalho: trata-se de uma homenagem à deusa grega da justiça, que emerge espontaneamente dos agrupamentos humanos, ao lado da poesia. Em 1993, “um grupo de mulheres, ligadas à carreira jurídica, com militância de esquerda, marcado pela conscientização de mulheres da periferia, decide aplicar o conhecimento profissional para construir a igualdade entre homens e mulheres” (site da Thêmis, 2004). A Thêmis possui sede no centro de Porto Alegre e atua em espaços cedidos por escolas, creches e associações na periferia do município. A missão da ONG é “a ampliação das condições de acesso das mulheres à justiça, através da construção de novos mecanismos de defesa e promoção de direitos” (site Thêmis, 2004).

A partir das informações acima, podemos observar que, em comum, essas ONGs estão situadas em Porto Alegre, ambas com sede na região central da cidade, o que é importante por algumas razões, dentre estas: estar na região de mais fácil acesso da capital - isso aumenta as possibilidades da ONG “ficar visível”, tanto para seus membros e público-alvo, quanto para os meios de comunicação, fundamental para seu trabalho - e também pela proximidade com o poder público, especialmente, por possuírem um foco de atuação também comum: direitos humanos. As principais instituições relacionadas a esses estão localizadas na área central da cidade (o que ocorre também com as ONGs paulistas). No entanto, apesar de possuírem sede na zona central de Porto Alegre, todas três ONGs, acima mencionadas, têm foco de atuação nas regiões periféricas, em virtude do trabalho com o público-alvo que está, predominantemente, na periferia. Isso é mais um indicativo de que as ONGs ainda estão longe de se desligarem da realização de projetos para públicos dessas regiões, “caminhando” em direção à produção literária, conforme exposto no capítulo anterior. Em relação à população-alvo, as duas primeiras trabalham mais incisivamente a questão racial (bem como as ONGs paulistas estudadas) enquanto que para Thêmis, ainda que essa questão já esteja inserida dentro de seus trabalhos, não é o principal enfoque. Gênero é o outro foco, que nas ONGs Maria Mulher, ACMUM, Fala Preta! e Geledés está vinculado à temática da organização: mulheres “negras”; na Thêmis o enfoque é “mulheres”. Outro ponto comum entre as organizações estudadas é o de que, apesar de serem ONGs feministas, abrirem espaços em suas agendas para prestar atendimentos aos homens, especialmente em alguns serviços, como por exemplo, o SOS racismo, da ONG Maria Mulher, no qual os atendimentos são direcionados para ambos os sexos. Também existe a contratação de profissionais homens nestas organizações, porém, é possível encontrar restrições nesses contratos, como é o caso da Geledés, onde homens não podem assumir postos de direção – cláusula estatutária. Examinemos, agora,

mais detidamente, as trajetórias de vida das integrantes entrevistadas nas ONGs do Rio Grande do Sul.

## 4.1 Trajetórias

### 4.2 Maria Luísa

Maria Luísa é psicóloga, clinica em Taquari, sua cidade natal, e trabalha na Maria Mulher há cinco anos. Nasceu no Rio Grande do Sul. Fez seus estudos primários em escola particular e os secundários em colégio público – porque, explica, não havia uma boa opção de escola privada na cidade. Deu continuidade aos estudos, tão logo saiu do segundo grau, graduando-se na UNISINOS (distante 30 km de Porto Alegre), pois, narra, era a forma de acessar a universidade mais próxima de sua residência; da universidade, tinha boas referências e teria uma formação que lhe daria facilidade de inserção no mercado de trabalho. Após concluir a graduação permaneceu mais um tempo em Taquari em virtude de problemas de saúde paternos, mas manteve um vínculo com Porto Alegre, através de um curso de formação clínica ministrado nessa cidade. Até este período, não esteve inserida nos debates sobre as questões raciais. A família não tem histórico de militância, mas mantinha contato com uma professora, militante do movimento negro. Todavia, apesar deste contato, Maria Luiza terá maior conhecimento das discussões raciais e de gênero,



quando, em 1995, ao fazer um curso de especialização na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, estabeleceu contato com um núcleo de pesquisa, ligado à Faculdade de Educação, que estudava essas questões. Em 2000, deu-se a sua entrada na Maria Mulher. A aproximação foi gradual: já vinha participando de atividades nas quais a ONG estava inserida e tinha uma amiga que lá trabalhava. Essa, a indicou para substituí-la na função de psicóloga. A partir do ingresso na ONG, Maria Luísa estreitará a relação com o movimento negro: “eu me senti comprometida, eu me senti com responsabilidades (...) isso me toma de uma maneira diferente, eu enxergo o mundo de uma maneira diferente eu me sinto responsável”. Para Maria Luísa, o fato de estar na organização é um diferencial, pois é uma forma de se manter informada, especialmente, salienta, porque não tem a formação anterior, ligada à militância: “da formação política”, como diz.. Nesse trecho, ela sublinha o fato de que a militância dos membros da ONG os quais, tal como ela, não tem o histórico perpassado pelo engajamento nas lutas contra a ditadura, tampouco uma participação anterior nos movimentos sociais, é diferente, perpassada pelas carreiras profissionais, fala que destacamos no capítulo primeiro (p.9).

O movimento, para Maria Luísa, não é uma entidade constituída: “são diversas instituições, diversas entidades, diversas pessoas, que têm o compromisso e o engajamento com o combate ao racismo no Brasil e que aí, nas suas diferentes práticas, no seus diferentes exercícios, se movimentam nesse sentido” . Questionada quanto a certo “protagonismo” das lideranças no movimento negro, respondeu que, em alguns momentos, existe: “algumas lideranças assumem determinadas tarefas, determinadas funções e coisas que têm que ser executadas. Em determinados momentos, outras podem assumir de acordo com as suas especificidades”. Destaca, ainda, que o movimento é uma forma de se relacionar socialmente, de perceber o mundo. Isso expandiu-se, inclusive, para a sua família, a qual, embora não tenha se inserido na militância, já se

expressa, por influência, de maneira similar a de Maria Luísa no tangente às discussões raciais e de gênero. Aliás, no último aspecto, Maria Luísa dá destaque para a pouca abertura do movimento feminista para as questões da mulher negra, das diferenças e ressalta que este é um dos papéis das organizações de mulheres negras: “alertar para essa necessidade”.

Observamos, nas linhas anteriores, que a trajetória de Maria Luísa, se constitui de maneira um tanto diferente das militantes mais orgânicas, vinculadas as ONGs. Ela é uma das representantes da “nova geração”, a mesma que, no capítulo um, destacamos não chegar, necessariamente, às organizações, com a trajetória ligada a algum tipo de militância anterior. Sua biografia é bem direcionada para especialização técnica; o ingresso na ONG dá-se casualmente, condição também encontrada nas histórias de vida de muitos integrantes de ONGs pertencentes a essa geração . A partir do elo estabelecido com a ONG, passa à inserção no movimento negro e, conseqüentemente, à mudança de seus pontos de vista, os quais passam a incorporar o debate entorno de raça e gênero; principalmente no que tange às especificidades da mulher negra, ou seja, a questão da diferença. Isso tem reflexos inclusive no âmbito familiar. O que aponta para um alargamento do debate fora dos espaços de militância já conhecidos. Atuação caracterizada como parte integrante da estratégia “agentes multiplicadores”, realizada pelas ONGs, que tem por objetivo ampliar o público, os debates e a adesão de vários segmentos da sociedade às discussões fomentadas pelas ONGs.

Maria Luísa narra a formação da Maria Mulher: um grupo de mulheres negras, as quais sentiam necessidade de trabalhar com as questões específicas das mulheres negras, que, naquele momento, não estavam contempladas no feminismo, onde militavam, ou no movimento negro, no último, não havia reconhecimento do trabalho das lideranças femininas por parte da população

masculina nele inserida. Essas mulheres resolveram fundar a ONG em 1987<sup>13</sup>. Os projetos iniciais eram voltados para meninas e mulheres negras, com temas que abarcavam a discriminação racial e a violência doméstica voltados para a população da Vila Cruzeiro em Porto Alegre, local em que a organização, atualmente, conta com uma sede cedida pela igreja Metodista. Em 2001, criou-se o projeto SOS racismo, neste ano, a ONG consegue, através de parceria com o Serviço Social de Indústria (SESI), sede no centro da cidade, para facilitar o acesso da população negra ao serviço. O trabalho de Maria Luísa é dar suporte psicológico às pessoas vítimas de discriminação racial: “a gente acredita que, para além da violação do direito, existe também um abalo do ponto de vista emocional e do ponto de vista das relações sociais mesmo, que ficam prejudicadas”. O projeto, relata, veio da compreensão da ONG de que a população negra encontra mais dificuldade de acessar a justiça, em virtude de aspectos das relações de raça e das dificuldades econômicas. O projeto recebeu financiamento do Ministério da Justiça, que foi fruto, segundo Maria Luísa, da marcha “Zumbi dos Palmares”, ocorrida em 1995, ponto de partida para as movimentações que objetivavam pressionar o Estado para criar mecanismos que possibilitassem, à população negra, o acesso à justiça. O financiamento foi realizado de 2001 até 2003, depois deixou de liberar recursos:

“O Ministério diz que atualmente tem outras, acredita em outras formas de intervenção, porque o argumento é de que, na verdade, esse serviço de possibilitar a justiça é um dever do Estado, e a gente tem certeza disto, e a gente em momento nenhum acha que a organização não governamental substitui o Estado, obviamente não. Na verdade, é para apontar as necessidades, para o Estado, só que o governo federal atual entende que não é interessante financiar ações deste tipo, entende que é interessante financiar outras formas de intervenção. Então, não financiam mais os SOS”.

---

<sup>13</sup> Praticamente, todas as fundadoras ainda estão vinculadas à organização, que, atualmente, conta com 20 pessoas, sendo 50% voluntárias.

Hoje, o programa está sendo mantido voluntariamente. No entanto, a ONG ainda mantém iniciativas com financiamento do governo federal, que são: a Capacitação para Multiplicadoras de Saúde, realizado em conjunto com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e Ações para Prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS, juntamente com o Ministério da Saúde. Em relação ao Estado, a ONG também vem aumentando a participação em conselhos, fóruns, conferências nacionais e internacionais por esse integradas, como a Conferência em Durban, da ONU:

“O Estado brasileiro assinar este documento da conferência mundial é uma coisa muito importante, é um reconhecimento das demandas da população negra. O reconhecimento de que, efetivamente, existem desigualdades raciais no Brasil e tudo. Agora, é claro que a implementação disso é o que está sendo tentado e articulado, desde então, e é claro que isso é a parte mais difícil”.

Do que foi descrito acima, podemos observar a semelhança entre a formação da Maria Mulher e da Geledés: foram fundadas em período muito aproximado, as integrantes vinham de quadros da militância os quais não encontravam canais de expressão nos movimentos em que militavam. A ONG aparece como um meio de suprir essas demandas. Como a Geledés, a ONG Maria Mulher também possui um SOS racismo o qual, conforme exposto, foi implantado em razão da dificuldade da população negra de acessar a justiça e que conseguiu sensibilizar o

governo e dele obter verbas até um certo período, quando esse decide suprimir os recursos. Quadro que aponta para a instabilidade dessa parceria. Entretanto, em outras áreas, como a saúde (que também são dever do Estado assumir, se levarmos em consideração o próprio argumento estatal dado ao retirar-se do projeto referido), nas quais lhe convém contratos com as ONGs, esses se efetivam. Os financiamentos, sublinha, mesmo de agências internacionais, são escassos: “mas eu acredito que isso esteja ligado ao nosso tema de trabalho”. Vimos também que a palavra “reconhecimento”, parte do discurso de outras integrantes de ONGs, novamente aparece e, como essas, narra a dificuldade de adoção das políticas de reconhecimento: “as relações raciais no país ainda são um tema que, quem leva, acaba sendo a população negra, isso não está sendo assumido como uma responsabilidade da sociedade, não tem um interesse nisso, então, é muito difícil”.

Para Maria Luísa o empoderamento é a possibilidade de intervir em todos os espaços em que a ONG tiver inserção: “seja quando a gente está no CONDIM, quando a Letícia está na reunião do CONDIM e está lá falando em nome das mulheres negras, seja quando a Conceição está na organização da Conferência Estadual da Promoção da Igualdade Racial”. Dessa forma, o empoderamento está relacionado com intervenção, ou seja, com a possibilidade de a ONG se fazer representar e, efetivamente, atuar como representantes de parcelas da população. Maria Luísa adiciona, ainda sentir-se “empoderada”, pois o ingresso na organização:

“foi um divisor de águas na minha vida, eu tenho responsabilidade com a minha raça, que antes eu não enxergava, eu me sinto com esse comprometimento de levar para onde eu tiver, nos diferentes espaços, na academia, as demandas do meu povo, as demandas que me dizem respeito; isso me faz significar todas as minhas práticas. (...) Eu fico pensando que, provavelmente, eu ia chegar no mestrado mesmo que eu não estivesse na ONG, mas se eu não estivesse aqui, dificilmente, eu ia bancar pesquisas num tema como este, das relações raciais”

Empoderamento, assim, vincula-se a obtenção de conhecimentos, nesse caso, em área específica, engloba reorientação de postura em relação a sua forma de interagir com o mundo e o comprometimento com questões que afetem determinados grupos e que lhe dizem respeito. E isso é um ponto comum entre as organizações que trabalham as questões de afro-descendentes: não estão voltadas ao empoderamento apenas do outro, apenas cumprindo um papel, que caracterizamos no primeiro capítulo “de chamar os desorganizados à sociedade civil” ou atuando no tangente à participação como empoderamento, caracterizado por Souza (2001). As integrantes dessas organizações se vêem diretamente tocadas pelas questões de seu público, umas mais, outras menos. Nesse aspecto, o estudo do histórico de vida é bastante esclarecedor. No caso de Maria Luísa, ela diz que, provavelmente, ingressaria no pós-graduação (pois sabe que pertence a pequena parcela da população negra que tem acesso à educação de nível superior), porém não seria com o mesmo enfoque, o que estende para outras integrantes da ONG que também estão fazendo estudos acadêmicos com abordagem racial. Assim, o empoderamento está ocorrendo com os “organizados” - que não se encontram perfeitamente representados, em seus reclames, nos espaços políticos tradicionais, como governos e partidos -, entre os que oscilam entre o perfil militante e o acadêmico e que têm, nas ONGs, um espaço para levar adiante as suas demandas.

### 4.3 Noelci Homero

Noelci Homero integra a Maria Mulher desde 1990. Inicia a narrativa de sua trajetória a partir da conclusão do curso normal, período em que já tinha inserção no movimento estudantil. Trabalhou, na década de 70, como professora de jovens e adultos em uma escola da periferia de Porto Alegre, local em que começou levar as questões da militância, agora já com recorte racial, para serem discutidas, sobretudo, por ser negra a maior parcela dos seus alunos. Tempos após, ingressou no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Fez concurso público e, em 1983, ingressou na biblioteca do Palácio Piratini (sede do governo estadual), local em que o público era, principalmente, advogados e estudiosos da área jurídica e onde Noelci não exercia sua militância por cláusula estatutária. Porém, não se desvinculou do movimento: “o movimento é uma coisa que faz parte da trajetória da gente, se tu te desvincula do movimento social, tu estás te desvinculando daquilo que a gente realmente acredita ou faz”. Foi na década de 80 que passou a ter uma vinculação mais estreita com o movimento negro, o qual, conforme Maria Noelci: “existe desde que os negros chegaram trazidos aqui no Brasil, porque sempre foi através de rebeliões, de reuniões, de não aceitação das condições”. No final da década, ingressa na Maria Mulher, explica, como parte de um trajeto o qual é comum aos militantes do movimento:

“É comum, porque todos aqueles e aquelas que estão fazendo parte do movimento social, principalmente do movimento de negros e negras, também têm uma militância ou um ativismo dentro de uma organização, dentro duma entidade, duma instituição, até para estar incidindo, assim, em políticas públicas para estar militando dentro da especificidade. E o movimento negro, claro que trabalhava as questões das mulheres negras, mas a forma mais rápida é da gente estar dentro, não, mais rápida não, uma forma que dê maior visibilidade, é trabalhando as coisas específicas, as especificidades. Então, resolvi fazer parte de uma instituição que trabalhasse com as questões, a visibilidade e a especificidade da mulher negra”.

Noelci, em todas as suas falas, se refere ao movimento “de negros e negras”, maneira pela qual remarca a questão de gênero. O ingresso em uma organização surge como necessário para atuar de maneira mais efetiva e “organizada” para formulação de políticas públicas. Também é uma forma de focalizar uma temática e trabalhá-la mais detidamente a fim de que não exista dispersão e se obtenham melhores resultados. Dentro desses espaços, a questão partidária fica relegada a segundo plano: “até porque algumas pessoas do movimento social de negros e negras entendem que a temática racial é supra-partidária. Os que estão em algum espaço de ativismo, claro que sim, que levam essa discussão para dentro de sindicatos, de partidos...”. Nesse discurso, podemos observar um elemento explicativo para o fato de as ONGs estudadas procurarem se estabelecer como espaços diferenciados dos partidos: além de não vislumbrarem nesses a representação da especificidade de seus temas - como pudemos notar, à guisa de exemplo, na fala de Nilza Iraci, no capítulo anterior, quando estendida para o movimento negro e feminista – não dão conta do que há de “universal” na questão negra, em prol do seu “universal”. Entender a temática racial como suprapartidária, é compreendê-la para além das clivagens dos partidos políticos, é buscar uma representação a qual não ficaria restringida as suas plataformas. Todavia, quando há possibilidades, as integrantes de ONGs buscam se inserir dentro desses espaços, objetivando, através deste trabalho capilar, dar a “visibilidade” as suas demandas.

Expectativas do que é “universal” se confrontam. Por exemplo, nos partidos, sua linha de ação; no movimento negro, o racismo; no movimento feminista, as mulheres; nessas ONGs, as especificidades. Quando esses elementos são questionados, relacionados, levados à discussão, tem-se que o “universal” é o elemento em aberto, a ser definido, contingencial, o qual exige



reconhecimento para ser implantado e, como ressaltou Maria Luísa anteriormente: “e é claro que isso é a parte mais difícil”, pois pode implicar na dimensão antagônica dada por Mouffe (2000): a presença que não deixa o outro se completar. Dessa maneira, é possível que em nenhum momento se esteja “totalmente representado”, porque os limites são alterados à proporção que este universal é revisitado, incorpora novos conceitos e deixa lacunas para outros. É nessa incompletude, intrínseca, que as diferenças vão ganhando terreno.

O ingresso na Maria Mulher foi em virtude da participação de Noelci nos eventos à semana da consciência negra (ocorrida anualmente, na segunda quinzena de novembro) entre outras atividades. Disso houve uma aproximação com as integrantes da ONG, Nô, como lhe chamam, passou a integrar a organização e fazer atividades no bairro Menino Deus, em Porto Alegre. Nesse momento, trabalhavam com direitos sexuais e direitos reprodutivos, o público era meninas e adolescentes de periferia. Um pouco depois, as atividades voltar-se-iam para a Vila Cruzeiro do Sul a convite das lideranças comunitárias locais que já conheciam o trabalho da ONG. Noelci destaca que a Vila Cruzeiro é uma região muito ativista “É a região que mais tem equipamento social, ambulância, devido ao ativismo destas lideranças”. Hoje, é dentro dessa região que realiza grande parte de suas atividades na ONG: “Nós trabalhamos com mulheres que passam por violência doméstica. Evidente, que dentro das oficinas de auto-estima, dentro dos seminários, nós trabalhamos sempre com o recorte gênero, raça, etnia, exclusão social e orientação sexual”. Essas mulheres, conta, transferem informações às integrantes da ONG, e isso significa uma forma de empoderamento: “é uma história de vida, porque a gente aprende muito mais com essas pessoas, do que a gente repassa”. Aqui, o empoderamento efetiva-se pela transferência de saberes não acadêmicos, dimensão dada por Foucault (2000: 171): “trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância que pretenderia depurá-los,

hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro”. Dessa forma, o empoderamento significa o aprendizado a partir desses conhecimentos não sancionados pela academia, perspectiva que retomaremos no capítulo quatro quando estudarmos os projetos.

#### 4.4 Simone

Simone integra a ACMUM há um ano. Nasceu em Porto Alegre, cidade onde reside atualmente. Psicóloga, graduou-se na Universidade Luterana do Brasil. Até 2002, trabalhou em cargo comissionado junto ao governo do Estado - então governado Partido dos Trabalhadores. Em 2003, ano de sua formatura, iniciou-se um novo governo, então liderado pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), Simone foi dispensada. Neste período, relata, aproveitou para fazer uma especialização em psicooncologia na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Um pouco antes do início das aulas buscou um trabalho voluntário na área de oncologia. Na ONG Parceiros Voluntários foi indicada para outro trabalho: no Centro de Apoio ao Portador de Anemia Falciforme (CAPAFI), exatamente pelo perfil (negra, psicóloga) que poderia ajudar a criar uma identidade junto aos pacientes os quais procuravam o Centro. Simone foi e permanece como voluntária até os dias atuais. Neste Centro, travou contato com o movimento negro. Em 2004, uma colega lhe indicou para trabalhar na ACMUM, no projeto Observatório, financiado pela UNIFEM (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher): “é um projeto-pesquisa que a gente está fazendo lá na Restinga, por todas as questões: da Restinga ser 10% da população de Porto Alegre, de ter 90% da população negra. A gente quer

fazer um observatório de políticas públicas em DST, HIV e AIDS, raça e etnia”. Atualmente, nesse projeto, vem entrevistando pessoas, nos postos de saúde local, para avaliar o atendimento da população negra.

A partir do ingresso na ACMUM, Simone passa a ter maior contato com o movimento negro, porém, diz, não tem uma relação estreita com o movimento, fala destacada no capítulo um, na qual procura diferenciar as atividades da ONG e as do movimento e sublinhar o trabalho de cunho mais técnico realizado pela organização. Como outras integrantes de ONGs da “nova geração”, não vem de militância orgânica, mas a partir de formação especializada. A organização, além de lhe proporcionar um aprendizado, lhe abre perspectivas profissionais:

“foi a partir do fato de eu estar na organização, é que eu encaminhei, eu mandei um currículo porque tem um projeto da ONU que chama ‘Relatores Nacionais em Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais’ e, com indicação da Elaine, tive apoio da Criola, lá do Rio; daí eu fui selecionada e estou trabalhando neste projeto. Isso também é super importante porque dá uma visibilidade, a ONU é uma organização internacional, então, isso dá uma visibilidade para a própria organização e para mim também, com certeza, profissionalmente isso vai ser muito bom. É super importante porque, se tu não estás dentro de uma organização hoje tu perdes muitas coisas, tu tens que estar dentro de uma organização para tu poder te inscrever, por exemplo, para um projeto, que nem tem o projeto lá da fundação Carlos Chagas que trabalha a questão de gênero e raça, tu tens que estar vinculado a uma organização para tu encaminhar e eu acho importante porque isso nos capacita bastante, nos possibilita, nos abre muitas portas, o fato de estar aqui, de trabalhar aqui”

Empoderamento, para Simone, refere-se à “capacitação” pessoal e profissional através das constantes inserções da ONG em diferentes espaços. Dentro da ONG, através dos projetos, hoje, por exemplo, também faz parte do Sala da Vida (projeto cujos temas são violência doméstica, intervenção DST, HIV e AIDS) e do Lai-Lai, que é um seminário de DST, HIV e saúde da

população negra: o objetivo é elaborar propostas para saúde da população negra e encaminhá-las para o Ministério da Saúde, órgão financiador. Externamente, vinculando-se a projetos, participando de reuniões, de audiências públicas, convocadas pelo governo ou por entidades civis: “a gente vai lá, representa, algumas a gente vai como representante da organização”. Empoderamento, na fala de Simone, está relacionado, sobretudo, a uma estratégia de atuação profissional.

#### 4.5 Rúbia

Rúbia é advogada, atualmente diretora da Thêmis, organização de que faz parte desde 1996. Nasceu no Rio Grande do Sul, família de 5 irmãos. O pai, gerente da Caixa Econômica Federal, a mãe, dona de casa. Rúbia viveu toda sua infância e adolescência no interior desse estado (em várias cidades em virtude do cargo ocupado pelo pai) passando a morar na capital, Porto Alegre, após a separação dos pais, tão logo iniciaram seus estudos acadêmicos na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Concomitantemente à faculdade, trabalhou no Tribunal de Justiça do Estado em áreas como direito trabalhista e penal. Nesse período, não possuía contato com militância nos ambientes em que transitava. Entre a família, Rúbia se considera “a diferente”, com posturas políticas distintas das comumente encontradas em famílias de classe média. A militância, segundo coloca, começou ao acaso: chegando à etapa final do curso de direito, fez “promessa” de que trabalharia no GAPA (Grupo de Apoio aos Portadores da Aids) caso fosse aprovada no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Passou na prova e foi ao Gapa. Iniciou o trabalho no

núcleo de direitos dessa ONG, como voluntária. Foi assistente de coordenação do Gapa, ali, participou de cursos e realizou um projeto para aquisição de remédios para os portadores do vírus, programa que ganhou visibilidade e projetou seu trabalho. Permaneceu dois anos nessa ONG e retirou-se. Dois meses depois, em razão de contatos com a Thêmis, foi chamada para trabalhar na organização, pois naquele momento, várias advogadas haviam saído da organização “por questões de reestruturação”, explica. Primeiramente, era um trabalho de organização de dados, e, a seguir, foi chamada para o programa “Advocacia Feminista”, projeto que objetiva conquistar jurisprudência favorável às mulheres em casos de violência doméstica e sexual. Um dos focos desse projeto, e núcleo do trabalho de Rúbia, é trabalhar com “casos exemplares”, isto é, aqueles que poderão servir de modelo na aplicação de penalidades para casos de violência dentro do Brasil; ao mesmo tempo, tentar dar publicização internacional através de organizações como a OEA (Organização dos Estados Americanos).

O contato com o feminismo começou dentro da Thêmis, a partir do contato com o público da ONG. Rúbia diz ter se tornado feminista, suprimindo os estereótipos anti-feministas com os quais estava acostumada. Todo o trabalho realizado até o presente momento dentro da ONG será perpassado por essa temática. Quanto ao empoderamento, salienta:

“essa palavra para mim é meio complicada, mas claro, se eu for comparar com vários outros públicos de mulheres, eu sou uma mulher empoderada porque eu tenho acesso a milhares de coisas que as mulheres não política pública, de ter um diálogo com qualquer deputado, qualquer juiz, de ter essa inserção. Então, no contexto geral, com certeza, eu sou uma mulher empoderada. (...)o que a gente quer é que as pessoas possam se relacionar igualmente, sem tanta distinção: somos diferentes, mas não precisamos ser tratadas desigualmente por causa disso, é nesse sentido” (Rúbia, integrante da Thêmis).

Vimos, no discurso de Rúbia, que ela está mais próxima aos discursos das integrantes anteriormente caracterizadas como “nova geração”, na qual o histórico profissional vem antes da militância. Rúbia veio de uma condição familiar que lhe permitiu acesso aos bens culturais, condição que irá salientar em sua referência ao empoderamento. Como outras integrantes também associa esse ao acesso a conhecimentos; a meta em seu discurso é a garantia de igualdade sem abrir mão da diferenças, aliás, esta é reforçada: “somos diferentes” e o empoderamento não está em suprimir essa diferença, mas lutar por maiores condições de igualdade.

#### 4.6 Empoderamento: reflexões

Tendo como ponto de partida as trajetórias de vida até aqui estudadas, poderemos fazer algumas inferências sobre o empoderamento dessas lideranças. Primeiramente, entendemos o empoderamento como um processo. A linha temporal desse é variável, dada de acordo com o discurso da entrevistada; nos casos estudados, a fala foi orientada para esse dentro da ONG. No entanto, as suas origens podem ser buscadas anteriormente ao ingresso na organização, especialmente, quando temos como marco inicial da compreensão do empoderamento “o reconhecimento do direito a ter direitos”, dentro desse raciocínio, poderíamos localizar o momento do discurso no qual essa percepção aparece e delimitá-lo como o início desse processo. Caminho bastante arbitrário, pois estaríamos cerrando os olhos para o que há de mais curioso no empoderamento: a variedade dos temas e sujeitos que nele podem estar envolvidos. Isso abre possibilidades mais amplas para entendê-lo: dentro dessas, por exemplo, elementos como o debate

entorno da diferença e a perspectiva de ampliação da igualdade podem ser incorporados. Passaremos, agora, ao estudo das semelhanças e diferenças entre as trajetórias e entre as abordagens das lideranças referentes ao empoderamento.

O primeiro ponto em comum é o fato de todas estarem organicamente ligadas às organizações, serem líderes e porta-vozes da ONG - o que não significa possuírem um discurso sempre afinado com o que a organização se propõe a fazer. As discordâncias dentro da ONG são comuns, sobretudo, quanto a diferentes perspectivas sobre o futuro da organização, como é o caso de Elisabete Pinto, ao propor a expansão da ONG para além das oficinas realizadas na periferia, proposta a qual encontra entraves entre os membros. Isso sinaliza para a necessidade de revisão de conceitos e de fazer mudanças de tempos em tempos; assim, divergências constituem-se como partes integrantes da dinâmica das ONGs.

Outra característica comum: todas integrantes asseguram serem feministas; umas mais, outras menos identificadas com os discursos do feminismo. O que nem sempre aparece nas falas do público-alvo: nessas, empregam, alternadamente, os termos “feminista” e “feminina”, de acordo com o público para o qual se dirigem. No caso das Promotoras Legais Populares (vinculadas ao projeto de mesmo nome, da ONG Thêmis, o qual trabalharemos no próximo capítulo), em contato com o policial, costumam se dizer “femininas”, dada a baixa aceitação que o termo “feminista” encontra nesse grupo; já, no partido e no movimento, por exemplo, se reconhecem como “feministas”, com isso demonstram o conhecimento do código e dele se utilizam para obter benefícios (Bonetti, 2002).

Nem todas lideranças das ONGs vieram de movimento social, sindicato, partido, associações e afins, principalmente as novas integrantes das ONGs, porém todas tiveram suas

trajetórias perpassadas por carreiras profissionais, nas quais as chances de ascensão mais rápidas foram entre as líderes cuja família lhes deu maior suporte.

As lideranças entrevistadas tiveram acesso ao ensino superior, antes ou depois do ingresso na organização. Isso faz parte do que a ONG valoriza e caracteriza como “capacitação dos quadros”: realizada em nível externo e interno à organização. No primeiro caso, o estímulo à formação acadêmica e o ingresso de pessoas com essa formação na ONG proporciona a qualificação teórica para os discursos, ou, como salientou Nilza Iraci, “sair do achismo”. Paralelamente, essa formação dá-se por meio de palestras, fóruns, cursos dos quais os membros da ONG participam, fora e dentro da organização. Para isso, Solimar, prefere utilizar a palavra “aperfeiçoamento” em detrimento da palavra “profissionalização”, pois o primeiro termo abrange também a aquisição de outros conhecimentos que não, necessariamente, técnicos, como sugere o segundo termo. Colocado dessa forma, o empoderamento adquire uma dimensão maior do que uma estratégia diferenciada de atuação profissional, pois pode englobar outras temáticas como, por exemplo, o reforço da auto-estima, assunto geralmente relacionado à Psicologia, dentro dos estudos desenvolvidos, nessa área, a respeito do empoderamento. Nesse ramo do saber, o empoderamento é descrito, em linhas gerais, a partir de uma perspectiva de melhora de auto-estima através do trabalho com a subjetividade individual. O objetivo é proporcionar as condições psíquicas necessárias para que o indivíduo possa alcançar seus objetivos.

Em todos discursos o empoderamento está relacionado à aquisição e repasse de conhecimentos. Para as lideranças, como destaca Solimar, “uma necessidade” - a sobrevivência da ONG deriva disso, uma vez que o seu “produto” não costuma ser palpável: é o trabalho e as idéias que pode oferecer. Nesse sentido, “empoderam-se em vários temas”, sublinha Nilza Iraci, o



objetivo, no caso da Geledés, é a intervenção na conjuntura, em nível de políticas macro para a população negra, através da busca por maior espaço de representação para sociedade civil. Assim, empoderamento, na fala de Nilza, implica também na possibilidade de poder atuar como representante dessa sociedade. Elisabete Pinto, da Fala Preta!, expande essa representação: “alcançar postos de poder dentro do Estado”, ou seja, procurar ocupações dentro da representação oficial que permitam (à população afro-descendente, esteja ela dentro da sociedade civil ou não) maior intervenção no processo decisório.

Temas como o “reforço da auto-estima” e a busca por aquisição de conhecimentos, destacados acima, aparecem conjuntamente em algumas falas, como a de Elisabete Pinto, aqui retomada: “Muitas vezes, nós perdemos porque o oprimido não tem trabalhado, então, algumas estruturas emocionais (...) confia muito nos pequenos poderes que lhe são atribuídos (...) amanhã não é mais, e, nem você e nem o coletivo”, isto é, a supervalorização das conquistas parciais e a perda da visão de conjunto, podendo desembocar apenas num casuísmo empirista. Outro aspecto dessa fala é a valorização da auto-estima para procurar oportunidades maiores do que as oferecidas; uma vez alcançadas, ainda é preciso trabalhar pela sua estabilização: “porque a gente tem que aprender a solidificar poder e isso é um trabalho muito moroso porque quem não tem o saber, o ter, também não tem poder”. O “ter”, aqui, está vinculado à abordagem de cunho econômico ou de estratégias para redistribuição de renda, vinculadas ao processo de empoderamento, nessa, ele efetua-se a partir da melhora das condições econômicas do indivíduo e de seu grupo (através do incentivo e da realização de trabalhos de geração de renda, por exemplo), pois se entende que é a partir de um patamar de renda mínima que esses podem ter maior controle sobre sua vida. O empoderamento, assim entendido, está relacionado com autonomia financeira em nível individual ou grupal. Isso pode ser observado em grande parte dos discursos estudados,

nos projetos e nas linhas de ação da ONGs, algumas direcionadas para a tematização das desigualdades econômicas, sinalizando que essas organizações estão bastante preocupadas em fomentar essa temática para dentro das esferas públicas.

Reforço de auto-estima, busca e valorização da aquisição de saberes e estratégias para o acesso aos bens econômicos são os “remédios”, parafraseando Fraser, utilizados por essas organizações para obtenção de reconhecimento, que sugere aqui, “ser tratado como igual mesmo sendo diferente”, isto é, a procura por uma igualdade que dê conta das diferenças; de ultrapassar os limites de um “universal” definido a priori. A partir do reconhecimento, o esforço de implantação e extensão desses “remédios” (e de outros possíveis, dada a incompletude do ‘universal’) para parcelas da população. Essas, não são ou não estão, necessariamente, “excluídas” dos bens econômicos, sociais ou políticos. Em determinados momentos e tangente a determinadas questões podem estar “incluídas”, ou seja, têm seus interesses representados na esfera pública oficial e assegurados em lei, ou, acrescentamos, perfeitamente resolvidos no âmbito privado. Ainda que, lembrando Pinto (1999), “ninguém é totalmente incluído”, isto significa: “tem, permanentemente, a totalidade de seus interesses representados”, pois sempre há a possibilidade da incorporação de outros temas (para esses e outros sujeitos) passíveis de representação. Assim, o empoderamento não pode ser visto apenas pelo prisma da inclusão de um sujeito, antes totalmente excluído. Esse pode estar “incluído”, sob determinado aspecto, e excluído em outro; por exemplo, considerado incluído no tocante ao acesso aos bens culturais, mas sofrendo exclusões em relação aos seus direitos de cidadania, como na fala de Deise, já anteriormente citada: “mesmo com diploma universitário, a polícia pode te pegar, te prender, te matar e você vai continuar sendo preto”.

Buscar soluções para as (múltiplas) exclusões pelas quais indivíduos ou grupos estão sujeitos parece ser o objetivo principal dessas organizações, o reconhecimento dessas exclusões é apenas uma etapa (talvez, a mais trabalhosa); nessa já estão imbricadas as questões concernentes à igualdade e diferença, também relacionadas ao processo de empoderamento.

Como vimos no primeiro capítulo, um dos objetivos do empoderamento é a ampliação da igualdade. Nas ONGs estudadas, essa efetiva-se a partir da perspectiva calcada nas diferenças a partir de identidades: mulher, negra; excluído, incluído. Isso tem implicações reais e conceituais muito abrangentes, trazendo questões que se mantêm em aberto dentro da Ciência Política: como “incorporar” esse “novo” sujeito, com diferentes demandas, para dentro das esferas públicas? Sua participação é desejável? Como estabelecer marcos para que essa possa se realizar? Quais contribuições esse público traz para a teoria e a prática democrática?

Primeiramente, esses sujeitos têm identidades e demandas diferenciadas. A condição de mulher e de negra, por exemplo, não é transitória: são identidades que buscam reconhecimento e espaço para terem suas demandas representadas e implementadas em locus variados, não deixando de se constituir enquanto tais no momento em que seus reclames são atendidos - ao menos no tempo presente, pois é possível que quaisquer identidades sejam contingenciais principalmente quando consideramos uma ‘linha temporal’ mais longa. Têm especificidades e desejam que essas sejam levadas em consideração: são diferentes e querem manter sua diferença, porém superar as desigualdades (muitas em virtude dessa diferença) a que estão sujeitas. Para tanto, articulam-se e levam seus interesses para as esferas públicas, para debate, arguição e incorporação de seus temas: a democracia “ganha” outras questões a que se preocupar. Paralelamente, esses grupos buscam protagonismo em suas ações, isto é, a possibilidade de

atuarem autonomamente ao Estado, de manterem certo grau de liberdade frente a esse, de formularem espaços de representação para além do âmbito estatal e serem desses, quando na interação com o Estado, os representantes, as lideranças autênticas. E é nesta formação de lideranças que o processo de empoderamento se faz presente: compreendendo temas, já expressados anteriormente, que passam por questões econômicas, de auto-estima e de acesso a conhecimentos e a direitos. Formação que poderá também ser observada no próximo capítulo, quando tratarmos do empoderamento do outro: dos sujeitos para os quais as ONGs direcionam suas atividades.

## 5. Empoderamento do Outro: projetos de empoderamento das ONGs estudadas.

Para cumprir seus objetivos ou sua missão, as ONGs realizam projetos. Seleccionamos, entre os projetos realizados pelas organizações estudadas, os que estão diretamente relacionados ao empoderamento. Nosso objetivo é verificar como esse é efetivado quando dirigido público-alvo da organização; para tanto, três linhas temáticas foram escolhidas em virtude de sua relevância para a compreensão do empoderamento: Centros de Documentação e Pesquisa; Projetos de Geração de Renda; Direitos Humanos, Auto-Estima e Reconhecimento. Dentro desses temas, serão agregados, relacionados e analisados os projetos desenvolvidos pelas ONGs pesquisadas: as porto-alegrenses Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras; ACMUM - Associação Cultural de Mulheres Negras; Thêmis - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero; e as paulistas Geledés – Instituto da Mulher Negra e Fala Preta! – Organização Negra para o Terceiro Milênio

### 5.1 Centro de Documentação e Pesquisas

Os Centros de Documentação e Pesquisas têm por finalidade promover o aporte teórico para o desenvolvimento dos trabalhos das organizações. Foram estabelecidos em virtude de demandas internas e externas à organização. Internamente, com o objetivo de construir uma

memória institucional, isto é, organizar e textualizar o trabalho da ONG, estabelecer um espaço centralizado para pesquisa e publicações da organização, bem como reunir todo o material disponível que se tem acesso, relacionado às linhas de ação da ONG. Externamente, para responder a demanda na área de relações raciais, direitos humanos e gênero, disponibilizando ao público a visitação e a consulta ao acervo. Três organizações pesquisadas possuem Centros conforme esse modelo: Geledés, Maria Mulher e Thêmis.

Os Centros de Documentação e Pesquisas são um importante referencial para conhecer o trabalho das organizações e, além disso, fornecem um indicativo para pesquisa de futuros projetos de continuidade e expansão das ONGs. Em relação ao trabalho das organizações, a novidade é o fato de as ONGs estarem inserindo-se na área de pesquisa, a qual, sempre foi característica de determinados centros como institutos e universidades. Nesse sentido, essas organizações auxiliam e concorrem com a produção de saberes.

Com a chegada de acadêmicos as ONGs, essas, mais e mais, voltam-se para pesquisas e publicações, pois isso, além da ampliação de conhecimentos, tão cara ao empoderamento das integrantes, confere às ONGs a almejada visibilidade, essencial para a continuidade das mesmas. A publicização dos trabalhos (dentro das estratégias de ‘comunicação’ da ONG) tanto pode ser realizada por material impresso, como por via eletrônica, aspecto que tem se tornado cada vez mais freqüente e facilitado a articulação das ONGs entre si, com o público-alvo (fonte imprescindível para a troca de informações, principalmente quando no contato direto), com financiadores e com diversos fóruns, o que contribui para troca e expansão de saberes dessas organizações. Assim, os Centros de Documentação, mais do que centralizar os conhecimentos produzidos e relacionados ao âmbito de atuação das ONGs, atuam no sentido da dispersão desses

entre todas as esferas as quais as ONGs interagem, havendo nessas a apropriação dos conhecimentos realizados pelas organizações e também seu questionamento - pois as ONGs não estão isentas de erro. Por sua vez e paralelamente, as ONGs respondem a esses questionamentos e propõem outros, dessa multilateralidade, novos conceitos se originam.

## 5.2 Geração de Renda

Os projetos de geração de renda têm como objetivo proporcionar ao público-alvo uma profissionalização para que esse possa ter maiores condições de acesso aos bens econômicos. Muitas vezes, agrega públicos que já estão em outros projetos, como por exemplo, mulheres vítimas de violência doméstica e que acessaram a organização, inicialmente, para tentar solucionar esse problema. Na ONG, conclui-se que um dos motivos pelos quais essas mulheres estão vinculadas aos seus agressores é a dependência econômica em relação aos mesmos. Logo, ingressam nos projetos de geração de renda para que, pela autonomia financeira, consigam libertar-se da situação vivida. No entanto, há também ações da ONG orientadas para públicos específicos, por exemplo, jovens que estão no limiar entre a exclusão econômica e a marginalidade. Todas organizações pesquisadas trabalham ou já trabalharam com projetos de geração de renda, dada a demanda do público e a constatação das organizações da relevância desses projetos. Neste trabalho, serão destacados três projetos: o Projeto Brio, da Geledés; o Projeto Salva Vidas, da Fala Preta! e o Projeto Economia Solidária, da ACMUM.

## Projeto Brio

O Projeto Brio iniciou-se em 1996 na Geledés. Começou como uma extensão do projeto Rappers (projeto de capacitação e de formação político musical de jovens), como relata Solimar Carneiro: “em função da gente perceber aquele universo de jovens que estavam ao redor do Projeto Rappers sem fazer nada o dia inteiro”, a organização pensou um projeto para ocupar aquele jovem. A proposta, então, foi desenvolver cursos de capacitação e profissionalização, dentro do que a ONG caracteriza como “formação para cidadania e estímulo ao protagonismo juvenil”. A população-alvo é jovens, na faixa etária de 15 a 21 anos (homens e mulheres, equitativamente), esses geralmente residem nas regiões periféricas de São Paulo, onde se encontra a população mais pobre da capital paulista. Nessas regiões, as oportunidades de profissionalização para os jovens moradores são diminutas. Visando minorar essa realidade, a ONG fornece cursos profissionalizantes e de cidadania para jovens negra (os): é o Projeto Brio. A seleção é feita através do Projeto Rappers, donde os jovens estão diretamente ligados às comunidades carentes. O Brio mantém convênios com instituições educativas (públicas ou privadas) voltadas para cursos profissionalizantes. São instituições escolhidas pela ONG por possuírem reconhecida excelência nos cursos oferecidos, para que o jovem tenha oportunidade de possuir uma atividade profissional mais sofisticada e de maior grau de especialização, aumentando suas chances de competir, no mercado de trabalho, em posição de igualdade com os jovens que tiveram boas oportunidades escolares:



“no Brio, a gente contrata escolas, consideradas de excelência, onde o nosso alunado, estaria impossibilitado de participar em função da sua condição econômica, então a gente contrata as escolas com a sua metodologia e inserimos os alunos nas escolas, então foi assim, com o Teobaldo de Libres, que é o maior parque gráfico da América Latina, e este foi, é um curso extremamente interessante, porque nós tivemos 100% de seleção para o mercado de trabalho, porque o Teobaldo de Libres, como é um centro de referência e tem parceria com o sindicato dos gráficos, nossos alunos foram inseridos no mercado de trabalho” (Solimar Carneiro, integrante da Geledés).

Num contexto mais amplo, trata-se de diminuir as desigualdades entre a população branca e a negra, através da qualificação da mão-de-obra negra, pois a ONG compreende que essa, na sua grande maioria, acha-se ocupada em atividades de baixa qualificação técnica e com piores remunerações, isso implica maior vulnerabilidade e maiores riscos de marginalização.

Os critérios utilizados pela ONG para a escolha do curso são demanda do mercado, facilidades curriculares, oportunidades de inserção no mercado formal ou boas possibilidades de o indivíduo trabalhar como autônomo. O projeto trabalha com cinco áreas profissionais: Saúde, Informática, Mecânica, Serviços Gráficos e Construção Civil. Está estruturado em três módulos. Profissionalizante, Básico e Estágio. O primeiro está de acordo com os critérios estabelecidos pelas escolas profissionalizantes com relação a cada área. No Módulo Básico, é dada uma formação para cidadania, através do estímulo ao desenvolvimento da reflexão crítica desse jovem em relação à realidade na qual está inserido e da realização de aulas, seminários e oficinas sobre direitos básicos de cidadania, legislação, segurança, higiene no trabalho, habilidades comunicativas e relações humanas, bem como realização de oficinas e palestras para o fortalecimento de auto-estima. No Módulo Estágio, a ONG busca estabelecer parcerias com empresas para inserção desse jovem no mercado de trabalho, em virtude da necessidade econômica e para que a capacitação técnica seja aproveitada:

“porque você oferece o aprendizado de 6, 7, 8 meses para o menino todos os dias, e aí o curso termina, e há uma necessidade de aperfeiçoamento, e ele não tem o instrumento em casa para trabalhar, então tem gente que deu sorte, não que a gente menospreze nenhum tipo de profissão, mas assim, há um aprendizado que foi altamente sofisticado, mas ele termina como funcionário de supermercado, caixa de supermercado, ou termina como operador de tele-marketing, por exemplo, você entendeu? Então, o que a gente tá tentando aperfeiçoar no Brio, e em todo os projetos nossos, conforme vai caminhando, você vê que tem que aperfeiçoar, então, é como você estabelecer parcerias que imediatamente possam incorporar essa mão-de-obra, nesta área especificamente” (Solimar Carneiro, integrante da Geledés).

Na página eletrônica da organização têm-se, desta forma distribuídos, os 216 jovens que passaram pelo projeto: em 1996, 35 jovens foram formados no curso de “Atendente de Enfermagem” e 35 no curso de “Auxiliar de Enfermagem”; em 1997, 50 jovens profissionalizaram-se como “Técnico de Informática”; em 1998, 18 jovens receberam o curso de “Impressor de Off Set” e 25 em “Instalação de Som, Alarme e Ar Condicionado”; em 2001, 30 jovens realizaram o curso de “Auxiliar de Enfermagem”. Dados atualizados por Solimar Carneiro confirmam que, até o momento presente, foram 375 jovens formados (isso engloba os cursos recentes de Mecânica e de Conserto e Manutenção de Computadores), em sua fala, também confere destaque para a importância do projeto como alternativa de capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho dos jovens que desse participam.

## Projeto Salva-Vidas

Esse projeto da Fala Preta! é bastante abrangente, compreendendo de ações em saúde, meio ambiente, direitos reprodutivos e geração de renda. Em relação a este último aspecto, a organização idealizou o Projeto Salva-Vidas Barulho Bom, um curso de “Operadores de Som, Áudio e Vídeo” para 30 jovens, entre 16 e 21 anos, como forma alternativa de capacitação para jovens de baixa renda e moradores da periferia.

O Projeto Salva-Vidas, também realizou um curso para jovens, com idade entre 16 e 24 anos, para atuação profissional em defesa do meio-ambiente: “Agentes Ambientais Comunitários” - formação direcionada para paisagismo, jardinagem, coleta seletiva de lixo, técnicas de reciclagem, higienização e comercialização de embalagens recicláveis. Desse projeto, atualmente, tem-se 15 jovens dedicados ao trabalho com material reciclável e sua comercialização.

## Economia Solidária

Economia Solidária é um projeto, ou melhor, uma linha de ação da ACMUM, criada em 1998, que compreende projetos que visam o fomento do cooperativismo e promoção de alternativas para geração de trabalho e renda para a população negra. Dentro dessa linha, tem-se o projeto Cara Preta, que diz respeito à formação profissional de mulheres negras para organização de eventos: originou-se a partir de um evento internacional realizado pela ONG, no qual percebeu-se a ausência de profissionais negras nessa área. Como decorrência a organização criou

a cooperativa Nelma (nome da sócia fundadora) que atualmente tem 22 integrantes e oferece cursos de inglês básico, dicção e oratória, organização de eventos, segurança, fotografia e montagem de equipamentos de palco. Os associados têm, adicionalmente, palestras sobre história e cultura negra e são estimulados a repassar esses conhecimentos para as pessoas as quais mantêm contato. As turmas possuem, em média, 15 pessoas, ocorrendo cursos uma ou duas vezes ao ano.

Curiosamente, uma das razões que deram origem a ACMUM foi a necessidade de um projeto de geração de renda para mulheres com grandes dificuldades em acessar os bens econômicos, culturais e sociais: as integrantes da associação naquele momento. A ACMUM, criada dentro da Vila Maria da Conceição (na época, um dos bairros porto-alegrenses mais pobres e desprovidos de infra-estrutura) direcionava-se à resolução de problemas pelos quais passavam os membros, assim, inicialmente, tentavam encontrar soluções para sua causa. Com o tempo, essas mulheres começaram a ter suas demandas, ao menos parcialmente, resolvidas. Concomitantemente, continuavam ocorrendo à organização pessoas com problemas similares àqueles que outrora as integrantes possuíram. Então, as últimas passam a oferecer seu auxílio para esse público: a associação volta-se para a causa do outro.

A ACMUM é a única ONG, dentre as pesquisadas, que tem o seu nascedouro dentro de seu próprio público. Nas demais organizações estudadas, também encontramos membros que tiveram sua origem entre a população mais carente de acesso aos bens econômicos, sociais e culturais; todavia, todas fizeram um percurso que passou pela carreira profissional e, ou estudantil (algumas já com ensino superior) antes de chegar às ONGs. Quando fundam essas organizações ou nelas ingressam, é para buscar soluções para sua causa (no caso, gênero, raça) e, daí, “empoderar-se nos seus temas”, mas também para a causa do outro – que tanto pode ser vinculada diretamente à

causa da organização, como pode ser de outra natureza, por exemplo, de o público procurar a ONG para sair de uma condição de marginalização social através do acesso ao mercado de trabalho. Observamos igualmente que, mesmo em tais profissionalizações, existe uma preocupação da ONG de fornecer uma formação paralela referente a sua missão ou seus objetivos, isto é, “razão de ser” da organização, procurando chamar esse público para a sua causa, conquistar a adesão desse, e, a partir disso, formar “agentes multiplicadores” dessa causa e, assim, ampliar seu raio de ação.

Concernente aos resultados obtidos pelos projetos de Geração de Renda, um dos grandes problemas com os quais as ONGs se deparam é a ausência de recursos substantivos para esses, o que contribui para que seu alcance (especialmente dentro do contexto brasileiro, de desigualdades econômicas tão amplas – IBGE, 2005) seja bastante limitado: são voltados para públicos muito pequenos, em regiões muito delimitadas e geralmente dentro ou muito próximas aos grandes centros urbanos. A menos que os projetos venham a se tornar políticas públicas mais abrangentes, continuaram sendo soluções paliativas para o problema da desigualdade econômica.

### 5.3 Auto-Estima, Reconhecimento e Direitos Humanos

Auto-estima, Reconhecimento e Direitos Humanos talvez seja a área temática mais importante para compreender o processo de empoderamento. Iniciaremos nossa abordagem pelos projetos de auto-estima, após, os de reconhecimento e por fim, os que tratam as questões referentes aos direitos humanos.

Os projetos de auto-estima têm por objetivo auxiliar a recuperação do público-alvo, especialmente após situações de violência e discriminação. Nesses, histórias de vida similares acabam se encontrando, as mulheres reconhecem sua vivência nas outras e assim, buscam soluções coletivas para os seus problemas. Tem relação com a dimensão psicológica salientada por Friedmann (1996), no sentido de que a autoconfiança é fundamental para a luta pelo empoderamento: reconhecer a impotência, procurar sair dessa situação (via ações do projeto) e engajar-se na luta contra a discriminação - o que poderá ocorrer de acordo com a disposição militante do público. Dois projetos foram selecionados: o Projeto Oficinas de Auto-Estima e o Projeto Ações Comunitárias.

Dentro dos projetos de reconhecimento, selecionamos as ações afirmativas realizadas pelas ONGs Fala Preta! com o Projeto “Ampliando as Falas Pretas! Ações Afirmativas na PUC SP” e três projetos da Geledés: Geração XXI; Próxima Parada: a Universidade e o Projeto Afro Ascendentes. Essas ações têm por metas melhorar a qualificação de estudantes negros e a formar lideranças afro-descendentes: para que possam competir no mercado de trabalho em iguais condições ao jovem branco e estarem melhores preparados para exercerem seus direitos de

cidadania, auxiliando, futuramente, outros jovens, em condições semelhantes, a se qualificar.

Finalmente, temos os projetos de direitos humanos, esses costumam agregar auto-estima e reconhecimento, bem como geração de renda e, ainda, deles se extrai material valioso para pesquisa e documentação das ONGs. Grande parte dos trabalhos e dos projetos mais substanciais das ONGs estudadas se inserem no tema “Direitos Humanos”. Numa perspectiva mais ampla, esses projetos têm por meta aumentar a visibilidade da ONG, garantir o reconhecimento da sua causa e da causa do outro e são a “razão de existência” da organização. Seis projetos foram estudados. Nossa escolha deu-se em virtude de sua abrangência e relevância para o trabalho das organizações e seu enfoque voltado ao empoderamento: o Projeto SOS RACISMO e o Projeto Rappers (ambos da Geledés); Advocacia Feminista (vinculado a Thêmis e a Geledés); Direitos Sexuais e Reprodutivos (com destaque para o Projeto Salva-Vidas Bando, da Fala Preta! e o Projeto Observatório em Políticas Públicas de Combate ao HIV e AIDS sobre a Perspectiva de Gênero e Raça em Porto Alegre, da ACMUM); finalmente, o Programa de Formação de Promotoras Legais Populares, promovido pela Thêmis. Passaremos, neste momento, ao estudo dos projetos.

## 5.4 Auto-Estima

### Projeto Ações Comunitárias

Este Projeto, da ONG Fala Preta! Surgiu da constatação de que as discriminações sofridas pelas mulheres negras provocam sucessivos abalos emocionais como baixa estima, tristeza,

sentimento de abandono e solidão. O projeto é voltado para o atendimento de mulheres negras com idade acima de 18 anos. Efetiva-se por meio de grupos de auto-ajuda (com reuniões quinzenais), entendidos como espaços coletivos nos quais os membros reconstituem suas histórias de vida, a fim de possibilitar a troca de experiências entre esses. Nesses, a organização intervém para elevar a auto-estima e trabalhar com oficinas temáticas abordando assuntos como identidade étnica, saúde, gênero, violências e relações interpessoais. Além disso, a ONG tem por meta possibilitar a leitura política das experiências pessoais, capacitando essas mulheres para a intervenção crítica nos desenhos e implementação de políticas públicas destinadas à população negra (site da Fala Preta! 2005). O projeto já atendeu cerca de 200 pessoas desde a sua implementação em 1998.

## Oficinas de Auto-Estima

A oficina de auto-estima da ONG Maria Mulher faz parte do Projeto de Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência. É específica para as mulheres vítimas de violência doméstica e ocorre em módulos, conforme explica Maria Luíza, integrante da organização. Nos módulos há, primeiramente, entrevistas individuais que “buscam acolher e fortalecer o vínculo com a instituição, quer dizer, é o tempo que a pessoa fica ali falando do seu problema e é escutada para estimular que se vincule a nossas atividades”. Após, as mulheres integram as oficinas de auto-estima: uma tentativa de trabalhar com aspectos pessoais já extremamente fragilizados nessas mulheres: “então chegam se achando feias, pouco inteligentes, sem coragem para sair da situação de violência, entristecidas; e aí, essa oficina busca resgatar as coisas positivas que



existem nelas”. São realizados jogos e improvisações para estabelecer um ambiente de confiança entre as integrantes do projeto e, ao mesmo tempo, facilitar a desconstrução de interpretações comuns em seus discursos como, por exemplo, o “destino” e o “merecimento” da violência. A organização realiza também visitas domiciliares e é bastante comum essas mulheres manterem o vínculo com a organização através da inserção em outros projetos. Desde a sua implantação, em 1998, o projeto tem atendido cerca de 80 mulheres por ano, através de turmas trimestrais, em média, com 20 alunas.

## 5.5 Reconhecimento

### Projetos de Ações Afirmativas

A Fala Preta! e a Geledés mantêm, em curso, projetos de ações afirmativas. Apresentaremos o projeto da Fala Preta e, a seguir, as ações da Geledés dentro dessa temática. Em comum, todos projetos visam à inclusão qualificada da população negra através da promoção de maiores oportunidades educacionais para esse público.

### Ampliando as Falas Pretas! Ações Afirmativas na PUC SP

Esse projeto foi implantado em 2002, com a efetivação de um convênio com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O objetivo é garantir a permanência de alunos afros-

descendentes nos cursos de História e Ciências Sociais, através de um programa de tutoria dentro desses cursos.

O programa é direcionado para a formação de pesquisadores, com tutores nas áreas de Português, História e Ciências Sociais: são desenvolvidas técnicas em redação, interpretação e análise de textos e é efetivado o acompanhamento dos estudos, realizados pelo público do projeto, dentro das disciplinas cursadas. A ONG também promove atividades culturais monitoradas, seminários e palestras dentro dos temas de interesse do grupo. Ao todo, dez estudantes participam do projeto: seis alunos da Faculdade de História e quatro alunos da Faculdade de Ciências Sociais.

## Ações Afirmativas Geledés

A Geledés, desde 1999, vem estabelecendo parcerias de curto, médio e longo prazo com empresas nacionais e estrangeiras tendo como meta a superação das desigualdades raciais no tangente ao acesso, permanência e, conforme Solimar Carneiro, integrante da ONG, o sucesso dos afros-descendentes na Universidade. Dentro da linha de ação “Ações Afirmativas”, desenvolveu três projetos: Geração XXI; Próxima Parada: a Universidade e o Projeto Afro Ascendentes. O projeto Geração XXI, Iniciado em 1999, deflagrou as discussões sobre as ações afirmativas para afros-descendentes no Brasil. Foi uma ação pioneira, realizada em parceria com a Fundação Bank Boston. O projeto atende 21 negros (as): esses têm seus estudos custeados da 8ª. série até a conclusão da Universidade. O projeto está no seu sétimo ano, sua finalização está prevista para dezembro de 2007. O projeto Próxima Parada: a Universidade tem como meta o custeio dos estudos de sete jovens afros-descendentes oriundos de escolas públicas, preferencialmente entre

16 e 19 anos: o projeto financia gastos com material didático, matrícula e mensalidades de curso pré-vestibular. Os alunos aprovados em faculdades particulares recebem do projeto financiamento de 50% das mensalidades. Por último, tem-se o Projeto Afro Ascendentes que veremos mais detalhadamente, dada sua amplitude, maior que os demais.

## Projeto Afro Ascendentes

Tem como objetivos a inserção de jovens em faculdades de qualidade reconhecida, realizar acompanhamento e orientação durante o curso, proporcionar estágios em empresas parceiras e oportunizar maiores condições de igualdade para o jovem negro em relação ao branco. A duração do projeto é 7 anos, iniciando um pouco antes do ingresso do jovem na universidade: os jovens recebem suplementação escolar e participam de atividades voltadas para cidadania, cultura, ética, arte, saúde e sexualidade. Até o ano passado o projeto atendia 20 jovens no Rio de Janeiro e 20 jovens em São Paulo em parceria com a Xerox do Brasil, neste ano, a empresa retirou-se do projeto. No momento, a ONG procura novas parcerias para lhe dar continuidade e mantém convênio com a Unilever, empresa que patrocina outros seis jovens nesses moldes e que tem absorvido os jovens negros recém-formados dentro de um programa de Recursos Humanos da Empresa: oferecendo um plano de carreira para que cada um possa, em dez anos, tornar-se gerente de determinada área. Dentro dessa perspectiva, Solimar Carneiro afirma: “estas parcerias com empresas estão possibilitando que a gente possa efetivamente, cumprir as máximas que a gente implementa aqui: que é acesso, permanência e sucesso do jovem negro na universidade, na faculdade”.

Ainda dentro das Ações Afirmativas, a Geledés desenvolve, em parceria com governo, movimentos sociais e ONGs, cursos para formação de educadores em questões raciais para que estes possam ser, segundo o entendimento da ONG, agentes de transformação da desigualdade racial. Proporciona também, formações educativas para jovens e mulheres em parceria com as Organizações Mundo Afro do Uruguai: é o ISFA (Instituto Superior de Formação Afro). Criado em março de 2000 com o intuito de fortalecer a luta contra o racismo na América Latina e Caribe dentro de uma ação coordenada, reúne jovens lideranças e promove para esses, cursos de capacitação em gênero, raça, juventude, cultura e direitos. Os cursos são dados em Montevideu, sede do ISFA: anualmente são realizadas oficinas e palestras, durante um período de 15 dias, para, em média, 30 alunos.

## 5.6 Direitos Humanos

### SOS RACISMO

O SOS Racismo é um projeto existente, em moldes similares, nas ONGs Maria Mulher e Geledés. Esta pesquisa orientou-se para o exame do SOS RACISMO realizado pela Maria Mulher: em virtude da proximidade e disponibilidade de acesso aos dados do projeto. O SOS RACISMO foi criado na França, em 10 de dezembro de 1990, Dia Internacional dos Direitos Humanos. Tinha como princípio lutar contra a xenofobia e as discriminações de toda ordem. O

modelo francês foi logo utilizado em várias partes do globo, através de instituições que vêm trabalhando com atividades de intervenção e sensibilização para combater o racismo e a xenofobia. Na Maria Mulher, o SOS RACISMO surgiu em 2001:

“já havia anteriormente a compreensão da organização de que a população negra tem mais dificuldade de acessar a justiça, em função de aspectos das relações de raça e dos aspectos econômicos, assim por que acessar a justiça é algo que requer dinheiro, aqui no Brasil não deveria ser, mas ainda funciona assim. Então, as mulheres lá da Cruzeiro já tinham essa necessidade de um serviço que pudesse dar conta disso. Dar conta a gente não dá, mas que pudesse ter um olhar para isso. E aí, no ano de 1995, houve uma grande movimentação a nível nacional que foi chamada, marcha Zumbi dos Palmares, que era uma grande movimentação de todas, de todo o movimento esse que nós falávamos anteriormente, no sentido de dar visibilidade para suas demandas e para suas questões e aí, então foi organizado essa movimentação em torno do aniversário de morte, de 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, o líder negro, foi líder, que formou o quilombo e tal, e aí, então em 20 de novembro de 95, foi realizada uma grande marcha, uma marcha mesmo. Foram para rua, e aí uma das reivindicações desta marcha foi esse, essa questão do acesso à justiça, de que o governo, o Estado brasileiro tinha a obrigação de criar mecanismos que possibilitassem o acesso à justiça para população negra, e uma, então um dos frutos que acabaram vindo dessa movimentação toda, foi que o Ministério da Justiça financiou algumas ações deste tipo pelo país, e uma delas foi aqui, e daí foi o SOS aqui, tinham outros SOSs pelo país” (Maria Luíza, integrante da Maria Mulher).

O SOS RACISMO visa a oferecer assistência legal gratuita e apoio psicossocial (atendimento psicológico e oficinas para promover fortalecimento de auto-estima) às pessoas que sofreram discriminação, a finalidade é dar o suporte para que as vítimas reajam e denunciem e que seja aplicada a jurisprudência para casos de racismo. A ONG reconhece que o acesso a direitos pela população negra ainda é muito pequeno; no caso do racismo, a discriminação está naturalizada e banalizada, isso, aliado a alta probabilidade de que o agressor fique impune, acaba conduzindo à baixa procura pela aplicação da legislação anti-racismo. Como elemento adicional, está o fato da existência de poucas estruturas institucionais e pessoas com habilitação para assessorar as vítimas de discriminação racial, bem como a estratégia, quase ausente, de educação

direcionada à superação do racismo. Nesse sentido, o projeto atua de forma muito ampla, visando também a transformação das práticas sociais que corroboram para a existência da discriminação racial.

O projeto agrega direitos humanos, reforço de auto-estima e reconhecimento na superação das desigualdades. Com base no princípio constitucional de igualdade perante a lei “sem qualquer distinção”, a ONG entende as práticas discriminatórias como tratamento desigual à população afro-descendente e uma maneira de negar-lhe cidadania. A agressão também gera danos psicológicos que são trabalhados pela organização com ênfase na auto-estima do agredido. Já o reconhecimento faz parte de uma estratégia maior da organização: continuar levando ao Estado e publicizando para sociedade a existência do racismo. Foi a partir do reconhecimento público de o Brasil ser um país racista, ainda na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), que o Ministério Público passou a financiar os SOS, todavia, atualmente, já não libera mais recursos para esses projetos:

“O Ministério diz que atualmente tem outras, acredita em outras formas de intervenção, porque o argumento é de que, na verdade, esse serviço de possibilitar a justiça é um dever do Estado, e a gente tem certeza disto, e a gente em momento nenhum acha que a organização não governamental substitui o Estado, obviamente não. Na verdade, é para apontar as necessidades, para o Estado, só que o governo federal atual entende que não é interessante financiar ações deste tipo, entende que é interessante financiar outras formas de intervenção, então, não financiam mais os SOS” (Maria Luíza, integrante da Maria Mulher).

As integrantes da ONG, entretanto, entendem que é necessária a existência de projetos como esses, pois o acesso à justiça de determinadas parcelas da população ainda não se faz de forma ideal: o Estado tem pouco acesso a essa população e a recíproca também ocorre; além

disso, o Estado não criou mecanismos que pudessem substituir os SOS. Atualmente, a Maria Mulher mantém o SOS às suas custas financeiras e do trabalho voluntário de suas integrantes, realizando, em média, 180 atendimentos anuais. Resultado ainda pequeno, conforme a ONG, considerando a estimativa dos casos de racismo ocorridos diariamente e que não são denunciados; porém, significativo em termos de número de pessoas dentro da ONG envolvidas no programa (três) para o número de pessoas em que as participantes da ONG conseguem “multiplicar” sua causa.

## Projeto Rappers

O Projeto Rappers surgiu dentro do SOS racismo da Geledés. Jovens do movimento Hip Hop, que já existia 15 anos antes da constituição da ONG, procuraram a Geledés para verificar a possibilidade de intervenção da ONG no metrô de São Bento, espaço onde estavam sofrendo agressões e discriminação. Isso fomentou, dentro da Geledés, uma discussão sobre a violência policial e, a seguir, pela primeira vez, o comando da polícia militar reuniu-se com os jovens para discutir essa violência, tendo a ONG como mediador. Após esse encontro, a organização manteve o contato com esses jovens para com eles constituir um grupo de reflexão. Até então, não possuía projetos para juventude. Neste grupo, eles propuseram a realização de um seminário focalizando direitos e garantias constitucionais da população negra, como resultado, 70 jovens foram reunidos para tratar sobre esse e outros assuntos, como o papel da escola e do Rapper na sociedade.

Após essa etapa inicial, desenvolveu-se um projeto voltado para formação político-musical dos jovens, a partir das necessidades que esses levavam à organização: estava nascendo o

Rappers. Dentro desse, a ONG promoveu cursos sobre raça, gênero, sexualidade, realidade política e formação musical. Segundo Solimar Carneiro, integrante da Geledés, “o projeto Rappers se constituiu em um espaço, catalisador da juventude negra. era jovem de tudo quanto era lugar, e todos sem emprego, então virou um espaço de aglutinação, mas não um espaço de profissionalização, de capacitação”. Foi quando a Geledés conseguiu recurso junto ao Programa Comunidade Solidária (que oferecia recursos para a capacitação de jovens), criado no Governo de Fernando Henrique Cardoso. Foi com esse subsídio que nasceu o projeto Brio, acima referido, dentro da temática “Geração de Renda”: pela extensão das capacitações, mais jovens poderiam incluir-se no projeto; foi a maneira encontrada pela ONG para diminuir o risco de marginalidade constatado nessa população.

Dentro do projeto Rappers constituíram-se Foros de Conscientização quanto aos Direitos e Garantias Constitucionais da População Negra com o objetivo de formar jovens engajados na luta contra o racismo. Além dos foros, um dos espaços de aglutinação dos jovens foram os eventos musicais, promovidos por líderes de bandas de rap e voltados para discussões sobre os direitos de cidadania do jovem negro, onde chegou-se a reunir um público de mais de 20 mil pessoas. O projeto, nesses moldes, permaneceu até 1998. Após, manteve-se a parceria e o contato com o movimento Hip Hop. Uma ONG surgiu do projeto: “Conceitos de Rua” e um dos idealizadores do projeto Rappers é, hoje, o seu presidente.



## Advocacia Feminista

Programa da ONG Thêmis que tem por objetivo conquistar jurisprudência favorável às mulheres através de trabalhos voltados para a conscientização dos agentes judiciário referente às diferenças tangentes a gênero, raça e camada social. Esses trabalhos são efetivados através de cursos, palestras, seminários para o meio jurídico, estudo e acompanhamento judicial de casos emblemáticos envolvendo violação dos direitos das mulheres tangentes à violência, discriminação racial, direitos sexuais e reprodutivos. Programas similares são realizados pelas ONGs Maria Mulher e Geledés, com o foco mais direcionado para as questões raciais, especialmente, decisões judiciais que envolvem os negros. Estes programas têm em comum, o fato de agregarem direitos humanos com estratégias para o reconhecimento de populações marginalizadas pela lei. Na Maria Mulher e na Geledés esses projetos vinculam-se ao SOS RACISMO, como destaca Solimar Carneiro, da Geledés:

“(...) no sentido de oferecer assistência legal, mas também ampliação da consciência de cidadania da população negra, até por conta da inexistência de sanções punitivas: a gente fez uma pesquisa, nas oito varas das capitais, vendo, a partir da criação da lei Afonso Arinos, em 54, quantas pessoas tinham sido criminalizadas por prática de racismo. A gente encontrou 2 condenações, uma condenação por racismo, isso foi em 1960 e poucos, e encontramos todas as outras, nas 19 varas da capital, encontramos a questão da injúria, difamação e calúnia e nenhuma condenação. Então, é a partir disso, que a gente estrutura o SOS, demonstrando a inexistência desta discussão no judiciário, na verdade a proposta era jogar para o judiciário, demonstrar para o judiciário a existência do racismo”.

Em relação aos resultados, ou seja, mudança nas práticas jurídicas, essas tem se efetivado de forma bastante lenta e acontecem, preferencialmente, nos casos mais emblemáticos, nos quais existe maior publicização e maior probabilidade de sensibilização do meio jurídico.

## Direitos Sexuais e Reprodutivos

Todas as organizações estudadas têm projetos dentro dessa temática. Geralmente, mantém convênio com o Ministério da Saúde obtendo desse apoio logístico e financeiro. A questão da saúde, envolvendo direitos sexuais e reprodutivos, perpassa praticamente todos os projetos da organização: aqueles que não têm o enfoque específico nessa abordagem, ao menos, costumam ter oficinas e palestras concernentes à saúde e sexualidade. Para compreender como as organizações trabalham com direitos sexuais e reprodutivos, que fazem parte de uma estratégia de informação para o empoderamento do público, optamos pelo estudo de projetos especificamente orientados para esse enfoque.

## Projeto Salva-Vidas Bando

Fundado em 1999 pela Fala Preta! promove a formação de agentes comunitários em saúde reprodutiva e sexualidade visando reduzir a mortalidade pelo vírus HIV e por outros agentes causadores de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs). O projeto fornece um curso para jovens, geralmente vindos de regiões periféricas da cidade de São Paulo, sobre métodos contraceptivos, gravidez na adolescência, DST/AIDS e prevenção ao uso e abuso de drogas. A meta é que esses jovens adotem as medidas preventivas e constituam-se em agentes de

informação, estimulando outros à adoção. O projeto também trabalha em espaços alternativos como shows, bailes, eventos e escolas da periferia de São Paulo. Foi realizada uma parceria com o Programa Estadual DST/AIDS, do qual a ONG recebe preservativos e material educativo; essa parceria também prevê a formulação de políticas públicas orientadas para grupos vulneráveis à HIV/DST/AIDS.

### **Projeto Observatório em Políticas Públicas de Combate ao HIV e AIDS sobre a Perspectiva de Gênero e Raça em Porto Alegre.**

Iniciado em 2004, é um projeto-pesquisa da ONG ACMUM, financiado pela UNIFEM, organização das Nações Unidas para as mulheres, e realizado no bairro Restinga. A escolha por esse local foi em virtude de a Restinga conter 10% da população de Porto Alegre, sendo que 90% de sua população é negra. O objetivo é promover um observatório de políticas públicas em DST, HIV e AIDS, raça e etnia. Para tanto, foram realizadas entrevistas junto aos postos de saúde (procurando verificar se há diferenças no atendimento quando este é dirigido à população negra), foram promovidas oficinas sobre comunicação, violência doméstica e acesso aos serviços de saúde.

Paralelamente ao Projeto Observatório, a ONG realiza o Projeto Sala da Vida, com público de oito mulheres e direcionado para violência doméstica e prevenção de DST/AIDS, financiado pelo Ministério da Saúde e o Projeto Lai-Lai., também financiado pelo Ministério. O Lai-Lai, iniciado em 2001, é um seminário anual internacional de DST, HIV/AIDS e saúde da população

negra. Conforme Simone, integrante da ACMUM, este seminário confere à organização credibilidade junto ao Ministério da Saúde e desse encontro a ONG retira bastantes propostas para a saúde dessa população e encaminha para o Ministério.

## Programa de Formação de Promotoras Legais Populares

Projeto implementado pela Thêmis em 1993 e, a partir da experiência da Thêmis e, com a assessoria da organização, estendido para a Geledés. Nossa análise ficará concentrada no Programa da Thêmis<sup>14</sup>. O Programa de Formação de Promotoras Legais Populares é uma capacitação jurídica para mulheres de baixa renda, oriundas de camadas populares (site Thêmis, 2005), como requisito mínimo, devem ser alfabetizadas e, preferencialmente, lideranças comunitárias. A ONG realiza um curso de quatro a cinco meses (80 horas), geralmente próximo a residência da população-alvo, com aulas uma vez por semana. O curso compreende aulas expositivas, oficinas, dinâmicas de grupo, vídeos e sobre noções básicas de Direito com foco nos direitos humanos das mulheres: discriminações, violência, direito de família, direitos sexuais, direitos reprodutivos e funcionamento do Estado (site Thêmis, 2005).

Após o término do curso, as promotoras começam a trabalhar junto aos SIMs (Serviços de Informação à Mulher), situados em locais cedidos à ONG - geralmente dentro de escolas, creches, associações de bairro – as demandas variam conforme a região, onde há maior associativismo, geralmente o número de reclames é maior. Em Porto Alegre, tem-se 6 SIMs e na região

---

<sup>14</sup> Programa o qual vimos acompanhando sistematicamente desde 2002.

metropolitana 1, todos em bairros periféricos. “Ali, as promotoras farão um trabalho de prevenção, promoção e defesa dos direitos das mulheres” (Cristina, integrante da Thêmis).

O campo da política comunitária é uma das atuações da promotora, há inclusive, inserções na política partidária. Desde a criação do projeto, mais de uma promotora concorreu a vereadora, algumas foram conselheiras tutelares e temos o caso de Lourdes, eleita 2004 presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres (CONDIM). Depois do curso, muitas expandem suas atividades e atuando em outras organizações, entidades e movimento social.

O trabalho realizado pela promotora, geralmente uma vez por semana, é voluntário. Esse foi um dos motivos de insatisfação geradores da Associação das Promotoras Legais Populares, organização criada, dentro da ONG, pelas promotoras (na época, todas eram lideranças comunitárias) para poder negociar, com maior força, com as dirigentes da ONG. As promotoras, inicialmente, demandavam salário; como os projetos não concedem verba para tal, desejaram autonomia, de forma a transformar os Serviços de Atendimento a Mulher em ONGs, porém, conforme as integrantes da organização, as promotoras eram líderes comunitárias, sem experiência burocrática para gestão de ONGs, conforme essas integrantes, não deu certo porque elas não tinham preparo técnico. Para mediar e resolver o conflito a Thêmis repensou suas estratégias e se rearticulou, contratando o trabalho de profissionais específicos: um psicólogo, uma historiadora e uma antropóloga. A partir desse momento, a ONG passou a investir mais na capacitação dessas mulheres, para que conseguissem maiores chances de remuneração, dando um incentivo para sua permanência na ONG.

Em conflito com as dirigentes da Thêmis, as promotoras se uniram para pleitear autonomia: o que vai ao encontro com a perspectiva dado por Collins, Lisboa (2000) e Souza, referente ao

processo de empoderamento que tem por base o engajamento em grupos e ação com o objetivo de modificar sua condição política e social: a idéia de empoderamento implica a tomada de consciência sobre injustiças e iniquidades, mas, ao mesmo tempo, implica a crença nas possibilidades da ação coletiva para promover mudanças (Souza, 2001:30). A associação foi a forma, encontrada pelas promotoras, de conseguir maior força para negociar com a ONG as questões de interesse comum e, em especial, as de interesses conflitantes, de procurar maior espaço dentro da ONG e ainda, de contrapesar as tentativas de freio a sua autonomia. No primeiro momento, houve a preocupação da Thêmis de atender às demandas das promotoras, estudou maneiras para que essas formassem as suas ONGs, tentativa logo abandonada, uma vez que não possuíam “experiência de gestão”, conforme a ONG; o afastamento das promotoras também implicava o desligamento da Thêmis em relação ao seu público alvo e da continuidade de seu projeto. Atualmente, a Associação ainda existe, realiza reuniões mensais para a defesa dos direitos das mulheres e faz projetos para geração de renda.

## 5.7 O Empoderamento do Outro – um caminho para o self-enforcement da ONG.

Vimos, ao longo deste capítulo, as ações das ONGs para o empoderamento de seu público: este, de modo geral, com acesso limitado aos bens econômicos, sociais e culturais. Trabalhamos com três áreas temáticas: Centro de Documentação e Pesquisas; Geração de Renda; Auto-Estima,

Reconhecimento e Direitos Humanos. Essa separação, um tanto arbitrária, foi escolhida para fins de clareza e compreensão do processo de empoderamento. De fato, esses temas estão interligados: todos os projetos acabam transformando-se em material para os Centros de Documentação; os projetos de Geração de Renda nascem como parte das demandas constatadas dentro dos projetos de Auto-Estima, Reconhecimento e Direitos Humanos, esses os mais abrangentes, perpassando todas áreas de atuação da ONG.

Os Centros de Pesquisa reúnem e dispersam o material adquirido ou produzido pela ONG dentro das suas esferas de ação, são os locais onde as organizações concentram suas pesquisas e articulam as estratégias de comunicação da ONG visando a visibilidade para seu trabalho, isto é, o reconhecimento para si. Esse favorece a captação de recursos e a continuidade da organização.

Já os projetos de Geração de Renda assumem compromisso com a igualdade através da tentativa de elevar o padrão de renda da população-alvo. Igualdade da população negra em relação à branca, pois, no entendimento das ONGs, historicamente, a população negra ficou em condições mais marginais ao acesso aos recursos econômicos, o que também tem reflexos no acesso ao conhecimento: é quando a ONG elabora os projetos de Reconhecimento, para que seja garantido ensino de boa qualidade ao público-alvo, proporcionando igualdade de oportunidades para os afros-descendentes. Aqui, as ONGs buscam, essencialmente, o reconhecimento da causa do outro, paralelamente chamam esse “outro” para si.

Nos projetos de direitos humanos também se tem como meta a elevação do patamar de igualdade. Nesses, a causa do outro costuma fundir-se com a causa da ONG: o compromisso com a superação das desigualdades raciais e de gênero, essas ligadas às desigualdades econômicas e culturais. Nessa direção, as ONGs “empoderam” seu público para sua causa, porém, esse

empoderamento não é unilateral: o público também “empodera” suas integrantes, trazendo-lhe informações. Dessa forma é possível que as ONGs atuem como estimuladoras da perspectiva apontada por Foucault (2001), voltada para a ativação de saberes locais, descontínuos, não-legitimados e desqualificados. O público-alvo tanto pode contribuir com esses saberes e assimilar os conhecimentos repassados pela ONG, quanto entrar em conflito com a organização, como foi o caso da Associação das Promotoras Legais Populares: “trata-se de uma insurreição dos saberes, antes de tudo, contra os efeitos de poder centralizadores que estão ligados à instituição” (Foucault, 2001:171).

Todos os projetos visando o empoderamento têm como base fomentar os debates entorno do critério de igualdade baseado na diferença: o objetivo é publicizá-la para a promoção de mais igualdade – essa, não mais dentro de um modelo fechado, mas inserida num modelo abrangente, no qual as diferenças encontram espaço. O objetivo dessas ações está de acordo com a perspectiva de Young (2000) quando a autora percebe que levar as diferenças para discussão tende a ampliar o discernimento político do público democrático: para que a população específica, os, então, “diferentes”, possam vir a serem tratados como iguais, através de maior adesão às causas (no caso, fomentadas pelas ONGs) e da busca pela universalização dessas. Retorno, aqui, a reproduzir a fala de Maria Luíza, integrante da Maria Mulher: “as relações raciais no país ainda são um tema que, quem leva, acaba sendo a população negra, isso não está sendo assumido como uma responsabilidade da sociedade, não tem um interesse nisso, então, é muito difícil”. É dentro da proposta voltada para ampliação do debate, reconhecimento e ações efetivas para promoção de igualdade que as ONGs estudadas vêm dando andamento aos seus trabalhos.



## 6 Conclusão

Este estudo procurou ampliar as discussões concernentes à temática das ONGs e dos processos de empoderamento dentro dessas organizações. Nesse sentido, procuramos primeiramente situar as principais questões relativas às ONGs como, por exemplo, o debate entorno da legitimidade e representatividade dessas organizações, para, a seguir, dirigirmos nossa atenção para o empoderamento. Fez-se necessário compreender o empoderamento sob o ponto de vista teórico e, tendo isso presente, verificar suas implicações práticas. Para isso, realizamos a análise de um dos problemas que o empoderamento se propõe solucionar, isto é, como, através desse, podem-se buscar soluções para a questão da diferença; colocado de outra forma, através do empoderamento é possível elevar o patamar de igualdade dos sujeitos envolvidos nesse processo? Nossa hipótese de trabalho apontou para a existência dessa possibilidade, porém com o alcance ainda bastante limitado, seja pelas propostas das ONGs (direcionadas a públicos específicos, dentro de regiões bastante delimitadas), seja por atuarem dentro de um contexto como o brasileiro, caracterizado pelas desigualdades econômica, social e cultural de sua população. Hipótese que se confirmou ao curso do trabalho, especialmente, após a realização das entrevistas.

No primeiro capítulo, no qual fizemos um breve histórico das ONGs no Brasil, pudemos constatar a origem dessas organizações, em geral, voltadas para suprir a demanda de agências internacionais por estruturas administrativas sem o histórico de corrupção ligado ao Estado. Ao longo do trabalho, observamos que as ONGs estudadas tanto surgiram impulsionadas por esses incentivos, como pela demanda direta de comunidades locais, como foi o caso da ACMUM.

Vimos igualmente que as organizações não governamentais, num primeiro momento, procuraram delimitar-se frente ao Estado e ao mercado e a outras formas organizativas como igrejas, partidos e movimentos sociais. Com o tempo, essa postura tornou-se mais flexível, especialmente frente aos dois primeiros, por razões como a maior delimitação de espaço das ONGs, a crescente escassez das verbas internacionais e a entrada de novos integrantes nessas organizações, esses com posturas mais maleáveis em relação ao Estado e ao mercado. Atualmente as ONGs têm, com esses espaços, uma interação muito mais ampla do que em seus momentos iniciais.

Ainda no primeiro capítulo, chamamos à atenção para o protagonismo das ONGs nas ações da sociedade civil, objetivando essas, por vezes, a tarefa de representantes dessa sociedade, o que pressupõe aspectos como legitimidade e reconhecimento. A legitimidade mostrou-se relacionada à eficácia e à publicização do trabalho das ONGs, adicionado ao fato de essas organizações conseguirem, conforme Fernandes (1995), canalizar as demandas de participação latentes dentro da sociedade, principalmente junto aos segmentos que não encontram expressão na representação formal, contribuindo para, conforme exposto por Souza (2001), “chamar os desorganizados à sociedade civil”. Dessa forma, concorrem para a constituição, usando os termos cunhados por Benhabib (2002), de “uma esfera pública não oficial” que interage, através de seus reclames, com a esfera pública oficial.

Constatamos que a representação das ONGs é, essencialmente, informal; todavia, tem conseguido intervir na representação formal através de propostas para elaboração de políticas públicas, seu acompanhamento e supervisão, realizando o que SMULOVITZ (2001) define como *accountability social*. Ao conquistar adesão junto ao seu público-alvo e, conseqüentemente, legitimidade junto a esse, as ONGs se fortalecem para buscar reconhecimento frente a outros

segmentos da sociedade e ao Estado, reconhecimento que sedimenta sua legitimidade. O Estado, por sua vez, ora reconhece as ações das ONGs e com elas estabelece parcerias, ora tenta deslegitimá-las; assim, sua relação com as ONGs é constantemente renegociada, especialmente porque as ONGs não estão interessadas em entrar na lógica de atuação do Estado a ponto de substituí-lo. Em particular, observamos que as ONGs estudadas estão impulsionando a ampliação do papel do Estado, quando estimulam que seu público-alvo seja incluído dentro do espectro de ação estatal e suas demandas atendidas. Nessa perspectiva, segundo expusemos, as organizações não governamentais, apesar de assumirem um compromisso com a igualdade (visando a públicos específicos e buscando sua expansão e, compreendida nesse sentido, sua universalização), não têm compromisso com a extensão ou “universalização” dos serviços por elas prestados (uma das razões é o alto custo para implementá-los), essa é deixada para o Estado, através de constante pressão para que determinadas práticas adotadas pelas ONGs se tornem políticas públicas.

Tendo como premissa a elevação do patamar de igualdade dos sujeitos vinculados às ONGs é que a idéia de empoderamento começou a se delimitar. Tanto a bibliografia específica sobre o assunto, como as trajetórias de vida das lideranças das ONGs, a análise do conteúdo de seu discurso e o estudo dos projetos das organizações não governamentais nos conduziram à compreensão das perspectivas das integrantes em relação ao empoderamento e as ações das ONGs para promoção desse. Já na bibliografia, encontramos algumas sugestões para compreensão do empoderamento, como os estudos que o relacionavam a perspectivas como o aumento de auto-estima, a participação de indivíduos ou grupos anteriormente excluídos do processo decisório e o acesso a direitos. Adicionalmente, incluímos outros elementos, não relacionados diretamente ao empoderamento, dentro da bibliografia consultada, mas que poderiam auxiliar a sua compreensão: as lutas por reconhecimento e as discussões concernentes à igualdade e diferença. Tendo

presentes esses aspectos, estudamos as trajetórias de vida das integrantes de ONGs; os resultados obtidos foram bastante esclarecedores.

Concluimos que o empoderamento é um processo (ou processos), no qual não existe um marco inicial definido aprioristicamente, válido para todos os sujeitos nele envolvidos. Isso, caracterizamos, seria muito redutor, pois o empoderamento pode abranger diversas perspectivas e nem todas podem estar presentes quando dele tratamos: ocorre de diferentes formas para diferentes sujeitos. No entanto, alguns elementos comuns são encontrados nos discursos: referências como reforço de auto-estima, aquisição e repasse de conhecimentos, autonomia (conduzida para o âmbito privado e profissional), reconhecimento, acesso a direitos e o aumento da participação no jogo político. Compreendidos de forma mais ampla, todos esses elementos tratam-se de algo único: o empoderamento como estratégias de superação de desigualdades. E é nessa direção, que as lideranças se empoderam e empoderam os públicos para os quais estão voltadas.

As lideranças sublinharam, em suas trajetórias, as desigualdades e diferenças. As primeiras, em geral, econômicas, sociais (as quais se procuram transpor através da valorização da carreira profissional). Já às diferenças (no caso, de gênero e raça) é dado relevo, isto significa que sua permanência é estimulada; o que se busca superar são as desigualdades (muitas, em função dessas diferenças), para isso, o destaque foi dado para a aquisição de conhecimentos, ações e inserções das ONGs nas lutas por reconhecimento com a expectativa de alcançar essa superação.

Os conhecimentos adquiridos são valorizados tanto por proporcionar a ascensão pessoal e profissional das lideranças, como para fundamentar as atividades das ONGs, uma vez que essas não têm um produto palpável; assim, o que podem oferecer são os saberes que possuem e a sua

capacidade de trabalho, por isso, “empoderam-se em vários temas”, como apontou Nilza Iraci. O que garante a continuidade e o protagonismo das ONGs em determinadas matérias e ainda, o fortalecimento das organizações para o ingresso nas lutas por reconhecimento. A partir desse, a promoção de mais igualdade, vinculada à causa das ONGs, isto é, promover suas demandas para que possam ser reconhecidas e adotadas, sejam através de mudanças de práticas sociais correntes (por exemplo, diminuição e supressão do racismo), sejam pela implementação de seus projetos tanto pelo âmbito privado como pelo público, neste último, através de ações que possam se tornar políticas públicas efetivas. Elisabete Pinto, da Fala Preta!, salientou o empoderamento como parte de uma estratégia de ocupação de postos no Estado, justamente para que esses reclames possam (através de lideranças já comprometidas com as causas da população afro-descendente) ser mais rapidamente implementados.

A “causa” da ONG é estendida ao seu público através dos projetos que as ONGs se propõem a realizar. Destacamos alguns programas, estreitamente relacionados ao empoderamento, efetivados pelas organizações não governamentais, como os Centros de Documentação e Pesquisas (esses, mais vinculados ao empoderamento da instituição) e os projetos de Geração de Renda; Direitos Humanos, Auto-Estima e Reconhecimento (mais diretamente focados para a população-alvo). Vimos que os projetos de Geração de Renda objetivam diminuir as desigualdades econômicas da população negra em relação à branca, por intermédio de cursos profissionalizantes: esses projetos, como os outros, visam à supressão das desigualdades, porém sem lançar mão das diferenças: essas, inclusive são sublinhadas, através da formação paralela que a ONG proporciona aos integrantes desses cursos, voltadas também para as questões de gênero e raça. Apesar dos esforços das ONGs para extensão desses projetos, o alcance desses continua sendo bastante limitado, atingindo públicos muito pequenos (se comparados à

população brasileira marginalizada do acesso aos bens econômicos) e, portando, sendo respostas ainda pouco abrangentes para resolver o problema da desigualdade econômica.

Os Projetos de Auto-Estima, geralmente estão vinculados a projetos orientados para combater a violência doméstica ou a programas para combater a discriminação. Também trabalham com públicos reduzidos, dentro dos quais a ONG orienta ações para fortalecer a identidade étnica, como é o caso do Projeto SOS RACISMO, um programa que agrega auto-estima, direitos humanos e reconhecimento. Esse, entre todos os programas analisados, é o que tem o alcance mais amplo em número de atendimentos, posto que também conseguiu o apoio do Ministério Público para sua implantação em vários estados brasileiros e, por muito pouco (o atual governo federal retirou-se desta parceria), não se tornou política pública, o que lhe teria dado abrangência ainda maior. O SOS RACISMO é um dos projetos de maior visibilidade da ONG, talvez só perdendo para os projetos que visam a implantação de cotas raciais nas universidades, bandeira levantada por movimentos sociais e ONGs, que, juntos, conseguiram levar ao público democrático, usando o termo de Young (2000), a questão das diferenças entre as populações branca e negra quanto ao acesso à universidade, estimulando o debate referente a políticas públicas nesse sentido. Se por um lado, a discussão se ampliou, os resultados ainda estão longe do cumprimento das propostas conduzidas pelas ONGs, pelos movimentos e, a seguir, por parcelas da sociedade civil que se engajaram nessa causa. Concomitantemente, projetos de acesso a ensino mais qualificado vêm sendo implementados pelas ONGs, com abrangência que ainda depende da boa disposição de financiadores (cada vez mais escassos).

Vimos que o empoderamento do público dos projetos não é unilateral, esse recebe e repassa conhecimentos para as ONGs; tampouco essa população é totalmente excluída: no caso das

promotoras, por exemplo, a maioria era lideranças comunitárias - ao menos perante sua comunidade de origem, não estavam marginalizadas. No entanto, mesmo sendo líderes, tinham muita dificuldade de acesso a direitos, seja pelas discriminações sofridas, seja pelo total desconhecimento da lei, dificuldades também encontradas em outros públicos como, por exemplo, os participantes do Projeto Rappers, que viviam situações de conflito com a polícia, ou seja, a autoridade mais próxima. Essa relação começa a tornar-se menos desigual, à medida que esses públicos se engajam com o intuito de modificar sua condição. Nesse sentido, as ONGs fornecem estímulo que participem do jogo político. Embora, como anteriormente sublinhado, grande parte dos projetos tenha pouco alcance (visto a proporção que as desigualdades assumem no Brasil – IBGE, 2005), o que não diminui sua relevância e está de acordo com nossa hipótese; alguns obtêm resultados surpreendentes - se analisarmos o número de pessoas envolvidas em alguns desses programas com relação ao número de pessoas atingidas pelos mesmos as quais, freqüentemente, tornam-se agentes divulgadores da causa da ONG.

Dessa maneira, as organizações não governamentais ampliam público. Isso pode ser um indicativo para futuros desdobramentos das ações das ONGs: promovendo debates, levando para as esferas públicas as questões de reconhecimento e superação de desigualdades e agindo em prol das mesmas, isto é, com estratégias não só de fomento das discussões e denúncia, mas de proposição e ação, as ONGs vêm, progressivamente, incentivando e canalizando demandas de segmentos da sociedade e as conduzindo à discussão. Longe de acabar, essas organizações se estabelecem, mais e mais, no cenário político da atualidade.

## Referências:

- ARANTES, Paulo. *Esquerda e Direita no Espelho das ONGs*. Rio de Janeiro: PUC, 1999.
- AVRITZER, Leonardo. *Sociedade Civil e Democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- BAYNES, Kenneth. *A Critical Theory of Civil Society and State*. IN: ROSENBLUM, Nancy & POST, Roberts. *Civil Society and Government*. Princeton: Princeton University Press, 2002.
- BENHABIB, Seyla. *The Claims of Culture – equality and diversity in the Global Era*. Princeton: Princeton University Press, 2002.
- \_\_\_\_\_. *The Democratic Moment and the Problem of Difference*. IN: *Democracy and Difference – Contesting the Boundaries of the Political*. Seyla Benhabib (org). Princeton, New Jersey: p. 3-18, 1996
- BONETTI, Alinne de Lima. *Novas Configurações: direitos humanos das mulheres, feminismo e participação política entre mulheres de grupos populares porto –alégrenses*. IN: *Antropologia e Direitos Humanos*. Seleção de R.K. de Lima e R.R. Novaes. Rio de Janeiro, v.30, p. 137-201, 2002.
- CABRAL, Adilson, 1996. *A Procura de um Meio: o papel da comunicação para as ONG's no Brasil*. Tese de mestrado em Comunicação Social. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, 1996
- CHAMBERS, Simone. *A Critical Theory of Civil Society*. IN: CHAMBERS, Simone & Kymlicka. *Alternative Conceptions of Civil Society*. Princeton: Princeton University Press, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- COHEN J. e ARATO A. *Civil Society and Political Theory*. Cambridge: MIT Press, 1992.
- COLLINS, Patrícia Hill. *Fighting words: black women and the search for justice*. Minnesota: University of Minnesota Press, 1998.
- DEERE, Carmen Diana e LEÓN, Magdalena. *O Empoderamento da Mulher. Direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.
- FEIX, Virgínia. *Em Frente da Lei Tem um Guarda*. IN: *Cadernos da Thêmis*. Porto Alegre, n.2, p. 22-35, 2001.
- FERNANDES, Rubem César. *Privado porém Público*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.



\_\_\_\_\_. *Elos de uma cidadania planetária*. IN: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, N.28. São Paulo, 1995.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.

FRASER, Nancy & HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition? A political – philosophical Exchange*. London: Verso, 2003.

FRIEDMANN, John. *Empowerment – uma política de desenvolvimento alternativo*. Oeiras: Celta, 1996.

GOHN, Maria da Glória. *Cidade, ONGs e Ações Coletivas. Novas parcerias, atores e práticas civis*. IN: *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, SEADE, abril-junho 1995.

LANDIN, Leilah. *Sem Fins Lucrativos – as organizações não governamentais no Brasil*. Rio de Janeiro: Iser, 1998.

\_\_\_\_\_. *Para Além do Mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Iser, 1993.

LISBOA, Teresa kleba. *Heroínas em luta na conquista de suas glórias: um estudo sobre o process de “empoderamento” das mulheres nas comunidades de periferia de Florianópolis*. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2000.

MOUFFE, Chantal. *Democratic Paradox*. London: Verso, 2000.

\_\_\_\_\_. *Democracy, Power and the “Political”*. IN: *Democracy and Difference – Contesting the Boundaries of the Political*. Seyla Benhabib (org). Princeton, New Jersey: p. 245-256, 1996

O’DONNELL, Guillermo. *Accountability Horizontal e Novas Poliarquias*. IN: *Lua Nova* (CEDEC), São Paulo, n.2, 1998.

*ONGs: Um Perfil. Cadastro das Associadas à ABONG*. ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. São Paulo: ABONG, 1998.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Foucault e as constituições brasileiras: quando a lepra e a peste se encontram com nossos excluídos*. IN: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v.24, n.2, p. 33-58, 1999.

\_\_\_\_\_. *Teorias da Democracia - Diferenças e Identidades na Contemporaneidade*. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

RUTINA, Raquel. *O empowerment na administração de unidades de informação*. IN: *Transinformação*. Campinas, v. 12, n. 1 (jan./jun. 2000), p. 21-29.

SCOTT, Cynthia. *Empowerment: um guia prático para o sucesso*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

STEIL, Carlos Alberto. *ONGs no Brasil: elementos para uma narrativa política*. IN: *Revista Humanas* (IFCH – UFRGS). Porto Alegre, v.24, n.1/2, p.36-55, 2001.

SMULOVITZ, Catilina. *Judicialización y Accountability Social em Argentina*. Trabalho apresentado na XXII *International Conference de la Latin American Studies Association*. Washington: 2001.

SOUZA, Celina. *Participatory budgeting in Brazil: limits and possibilities in building democratic institutions*. *Environment and Urbanization*, Gra-Bretanha: v. 13, n. 13, p. 159-184, 2001.

\_\_\_\_\_. *Descentralização, relações intergovernamentais e empowerment dos governos e sociedades locais em contextos de desigualdades*. *Humanas*, Porto Alegre, v. 24, n. 1/2, p. 17-34, 2001.

\_\_\_\_\_. *Reforma do Estado, Descentralização e Desigualdades*. IN: *Lua Nova*, São Paulo, v. 48, p. 187-212, 1999.

TEIXEIRA, Elenaldo. *O Local e o Global. Limites e Desafios da Participação Cidadã*. São Paulo: Cortez, 2001.

TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Souza, CHAGNAZAROFF, Ivan Beck; SOUZA, Maria Teresa Costa Guimarães. *Tudo ao mesmo tempo agora? Parcerias, conflitos e cooptações nas interações entre Estado e ONG's no Brasil*. IN: *Seminário em Administração - SEMEAD*, 2004, São Paulo, 2004.

VIEIRA, Liszt. *Os Argonautas da Cidadania*. Rio de Janeiro: Record, 2001

WILHEIM, A. M. *Iniciativas empresariais e projetos sociais sem fins lucrativos*. IN: *Cadernos ABONG*. São Paulo, nº 12, 1995.

YOUNG, Íris Marion. *Inclusion and Democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

\_\_\_\_\_. *Communication and the Other: Beyond Deliberative Democracy*. IN: *Democracy and Difference – Contesting the Boundaries of the Political*. Seyla Benhabib (org). Princeton, New Jersey: p. 120-136, 1996

**Referências eletrônicas:**

ABONG – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS. São Paulo, acesso em julho/agosto de 2005. **[Página Integral]**. Disponível em: <http://www.abong.br>.

ACMUM – Associação Cultural de Mulheres Negras. Acesso em maio/junho/julho/agosto e novembro de 2005. **[Página Integral]**. Disponível em: <http://www.acmum.org.br/>

AGENDE – Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento. Acesso em agosto de 2005. Disponível em: <http://www.agende.org.br/>

CABRAL, Adilson

. *Movimentos sociais, as ONGs e a militância que pensa, logo, existe*. Rio de Janeiro.2001.Acesso em julho de 2005.

Disponível em: <http://www.comunicação.pro.br/artcon/movsocong.htm>.

CEPIA – Cidadania, Estudo Pesquisa, Informação e Ação. Acesso em agosto de 2005. Disponível em: <http://www.cepia.org.br/>

FALA PRETA! – Organização Negra para o Terceiro Milênio. Acesso em março/maio/julho/agosto e novembro de 2005. **[Página Integral]**.

Disponível em: <http://www.falapreta.org.br/>

GELEDÉS - Instituto da Mulher Negra. **[Página Integral]**. Acesso março/junho/julho/agosto e novembro de 2005. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Acesso em agosto de 2005. **[Página Integral]**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>

MARIA MULHER - Organização de Mulheres Negras. Acesso em abril/maio/junho/julho/agosto e novembro de 2005. **[Página Integral]**.

Disponível em: <http://www.mariamulher.org.br/>

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Acesso em setembro de 2005. **[Página Integral]**.

Disponível em: <http://www.justica.gov.br>

MINISTÉRIO DA SAÚDE Acesso em setembro de 2005.

Disponível em: [http://www.aids.gov.br/final/biblioteca/resposta/resposta\\_2005.pdf](http://www.aids.gov.br/final/biblioteca/resposta/resposta_2005.pdf)

ONU – ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. Acesso em julho / agosto de 2005. **[Página Integral]**. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/>.

RITS – REDE DE INFORMAÇÕES PARA O TERCEIRO SETOR. Rio de Janeiro, acesso em junho / setembro de 2005. **[Página Integral]**. Disponível em: <http://www.rits.org.br/>

RODRIGUES, Almira. *Advocacy: uma ação política de novo tipo Autoria*. Dezembro de 1999. . Acesso em setembro de 2005.  
Disponível em: [http://www.cfemea.org.br/publicacoes/artigos\\_detalhes.asp?IDArtigo=7](http://www.cfemea.org.br/publicacoes/artigos_detalhes.asp?IDArtigo=7)

SOF – Sempre Viva Organização Feminista. Acesso em agosto de 2005. Disponível em: <http://www.sof.org.br/>

THÊMIS – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero. Acesso em março/junho/julho/agosto e outubro de 2005. **[Página Integral]**. Disponível em: <http://www.themis.org.br/>